

cadernos do terceiro mundo

DAQUINO
CHIASSANO
intrevista exclusiva

Novembro 1978 40\$00 Kz 40,00 Esc. 40\$00 PG 40,00 — Ano N.º 9



FORMAÇÃO ATRAVÉS

cuadernos del
**tercer
mundo**

**BOMBAS
SOBRE
AFRICA**

**AFGANISTAN
SORPRESA
PARA LA CIA**

**REBELION
CONTRA EL
FMI EN PERU**

Edição em espanhol

cadernos do
**terceiro
mundo**

21

BOLIVIA
DOMINICANA
ELECCIONES PARA QUE?

**BOMBAS
SOBRE
ÁFRICA**

A
NCIA
A

S.DOMINGOS
DERROTA
DE
BALAGUER

Edição em português

**DA
INFORMAÇÃO**

PERU
E BOLÍVIA
ELECCIONES PARA QUE?

Nesta edição

3 correio do leitor

4 editorial

américa latina

7 cone sul

o cone sul em pé de guerra — *Pablo Piacentini*
um problema de quase dois séculos
guerra e política o equilíbrio do terror
argentina-chile efectivos militares — *Carlos Mário Dávila*

Clodomiro Almeyda: «os militares comprometem a segurança nacional — *Diego Achard*
Esteban Righi: «a guerra não é inevitável»
em defesa da paz

bolívia — fronteiras indefesas

31 argentina — O PRT estratégia, tática e autocritica
— entrevista de *José Luis Alvarez*

Montoneros: abertura internacional — *Etevaldo Hipólito*

44 brasil — a política salarial dos monopólios — *Hércules Corrêa dos Reis*

51 bolívia — o povo impõe a democratização — entrevista de *Marcelo Dias*

57 chile — o caso Letelier — *Herbert Dooley*
avanços e novas ameaças

áfrica

69 Joaquim Chissano: o índico na mira do imperialismo
— *Etevaldo Hipólito*

77 angola — os novos tempos — *Neiva Moreira*
a JMLPA converte-se em organização do partido
— *João Belísario*

88 áfrica austral — os movimentos de libertação — II
zimbabwe — *Paulo César Braz*

médio-oriente

94 a cimeira de Bagdad — *Mohamed Salem*

ásia

99 timor — a guerra do povo — *Cristina Canoura*

105 panorama tricontinental

113 reportagem especial

tanzânia — o porquê da agressão — *Neiva Moreira*
e *Beatriz Bissio*

116 Samora Machel: «quem está detrás da invasão?»

119 informação

123 almanaque

cadernos do
terceiro
mundo

9



cadernos do terceiro mundo 9

Publicação mensal n.º 9 Nov./Dez. 1978

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bissio

Chefe de Redacção: Roberto Remo.

Edição em Espanhol ano II n.º 25

Editor: Enrique Cortez Reina

Insurgentes Sur 1722 Desp. 204, Mexico 20 D.F.

Correspondência: Apartado Postal 20-572

Mexico 20 D.F. MEXICO

Edição em Português ano I n.º 9

Tricontinental Editora, Lda.

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Redacção: Baptista da Silva, Mário Osava, Leonel M., Manuela Fernandes.

Colaboram neste número: Carlos Mário Dávila, Cristina Canoura, Diego Achard, Etevaldo Hipólito, José Luís Alvarez, Herbert Dooley, Paulo César Braz, Vasco, João Belisário, Micaela Ramada.

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços da Agência de Informação de Moçambique (AIM), da Inter Press Service (IPS), da Irakian National Agency (INA), da SHITATA (agência tanzaniana), da Nipon Agency News (NAN) e Prensa Latina (PL). Mantem Intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Tempo (Moçambique) e Novembro (Angola).

Administração e Redacção:

41, 2.º Dto. — Lisboa

Composição e impressão: Empresa Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa

Distribuição: Dijornal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 66, 7.º Dto. — Lisboa

assinaturas

PORTUGAL

ANUAL (12 números) 380\$00

semestral (6 números) 220\$00

ESTRANGEIRO — Anual (12 números) por via aérea

Angola, Moçambique, Cabo Verde

Guiné e São Tomé e Príncipe 600\$00 (escudos) OU

14 DÓLARES USA

Restantes Países 17 DÓLARES USA

distribuidores

PORUTGAL: Dijornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66 — Lisboa

ANGOLA: Empresa Nacional de Apoio Técnico do DOR/MPLA/PT, Praceta Farinha Leitão 27 — Luanda.

GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Disco — Conselho Nacional da Cultura.

MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh 103, Maputo

S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular.

MÉXICO: Unión de Expedidores y Voceadores de Periódicos, Humboldt N.º 47, México 1, DE — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A. Mier y Pesada N.º 130, México 12, DF. Metropolitana de Publicaciones Librerías de Cristal.

FRANÇA: Libraria Portugaise, Rue Gay Lussac 33 — Paris, Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles 75005 Paris.

ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60 Roma, Feltrinelli Via Monserrato 35/6 Roma, Uscita Banchi Vechi 45 Roma.

SUÉCIA: Wennergren-Williams AB S-10425 Stockholm.

HOLANDA: Athenaeum Boekhandel Spui 14/16 — Amsterdam.

correio do leitor

Aprecio muito a «nossa» revista e creio que o critério temático utilizado vem ao encontro dos desejos de muitos leitores em qualquer canto do Planeta. — Justino Jerónimo, Huambo, Angola.

Por último, gostaria (...) que a direcção da Revista propusesse um encontro de todos os assinantes, com vista a discutir e a aperfeiçoar a Revista. — Joaquim Carvalho Coelho, Aljubarrota, Portugal. — Seriam perto de mil pessoas amigas, das diversas partes do Mundo. Como fazê-lo? Mas temos algumas ideias para o futuro.

«A problemática da adesão de Portugal à CEE e consequências do ponto de vista económico e político para os trabalhadores portugueses». — «O que é o FMI, nível de intervenção aqui e noutras países, objectivos...». Tudo isto de forma didáctica, poderia ser importante. — Afonso Barata Simões, Porto, Portugal. — A primeira questão a ser levantada seria: Portugal pertence ao Terceiro Mundo? Mais ou menos? À meias? Quanto ao FMI propriamente dito, já estamos a elaborar matéria concernente.

(...) vosso trabalho incansável e excelente actualizam-se sobre a informação internacional. — João Segundo Dias, Chocué, Moçambique.

Tive que viajar, e quando voltei já não havia mais revistas. Por que não aumentam o número de revistas que enviam para cá? — J. P. M., Bissau, Guiné-Bissau. — Pedimos ao leitor que coloque o problema directamente à Casa da Cultura. Gostaríamos também de ter o seu endereço e o significado das iniciais J. P. M.

Anexo a esta mais quatro boletins de assinaturas. Estamos fazendo o nosso possível. — Juventino Teixeira, Rio, Brasil. — Não entendemos foi o mais. Esta foi a primeira e única carta que recebemos. Juventino. Obrigado pela ajuda.

Do Cone Sul a Bagdad, com escala na Tanzânia

O canal de Beagle é pomo de discórdia entre a Argentina e o Chile e leva as duas ditaduras, eivadas de um militarismo chauvinista, a "desenterrarem o machado de guerra". Mas o diferendo do canal de Beagle é apenas um dos variados conflitos fronteiriços existentes naquela região setentrional da América Latina, vulgarmente conhecida por Cone Sul. O nosso director, Pablo Piacentini, traça-nos o pano de fundo do intrincado problema; e para completarmos o "dossier", quase que exaustivo sobre esta questão candente, mobilizámos todos os meios para dar ao leitor as razões que levam as ditaduras existentes na região a "guerrearem-se" entre si. Ainda na América Latina, o irmão de Che Guevara fala-nos da autocrítica da sua organização, o PRT da Argentina, enquanto os Montoneros nos explicam as razões da sua abertura ao exterior. Siles Suazo, que agora seria Presidente da Bolívia, não fosse a fraude eleitoral e a "quartelada" do general Pereda, traça-nos a actual situação no seu país. Um velho dirigente sindical brasileiro, exilado na Europa, fala-nos do actual movimento grevista e das tarefas que se põem ao movimento operário no Brasil.

Joaquim Chissano, ministro das Relações Externas da República Popular de Moçambique, em longa entrevista com o nosso correspondente em Maputo, explica-nos a envolvência do imperialismo no Índico, as contradições no seio da OUA e as dificuldades por que passam as relações com Portugal, antiga metrópole colonial. Enquanto de Angola nos chegam notícias frescas sobre a conferência da juventude do MPLA — Partido do Trabalho; e Neiva Moreira, nosso director internacional, nos fala dos "Tempos Novos" que atravessam o país. E a história dos movimentos de libertação no Zimbabwe é analisada, em artigo bem documentado, por Paulo César Braz.

De África, um salto a Bagdad, onde os dirigentes de quase todo o mundo árabe disseram um rotundo não às manobras de Sadat e do imperialismo, e reafirmaram a sua solidariedade à causa de libertação do povo da Palestina.

Quase em cima da hora de fecharmos este seu número dos Cadernos do Terceiro Mundo, os nossos companheiros Neiva Moreira e Beatriz Bissio, de Dar-es-Salam, numa reportagem em cima do acontecimento, dão em "primeira mão" os porquês da agressão de Idi Amin ao "país mais internacionalista da África" — a Tanzânia —, como nos definiu o Presidente Samora Machel, ao referir-se à invasão.

EDITORIAL

a causa árabe ante o m

O acordo de Camp David, exibido pelos seus participantes como um passo decisivo para a estabilidade no Médio Oriente é, pelo contrário, um factor de desestabilização regional e um novo obstáculo para a Paz.

Segundo o ditador egípcio, general Anwar Sadat, o pacto que firmou com o presidente norte-americano James Carter e o primeiro-ministro israelita Menahem Beguin, cancelará as trágicas consequências da guerra, e será uma solução para a causa palestiniana. Tão nobres metas seriam alcançadas com a devolução das terras conquistadas por Israel e a constituição de um Estado Palestino soberano.

Mas nenhum destes direitos elementares figuram nas actas subscritas por Sadat, que, no entanto, se arroga o poder de tratar em nome de palestinianos e jordanos — directamente envolvidos no acordo — e de falar por todos os árabes.

O ditador egípcio não se limitou a firmar uma paz separada com Israel. Esta teria significado meramente a capitulação do seu regime diante do adversário sionista, e o abandono da solidariedade entre os árabes. Justificando um passo semelhante pelo temor da guerra e o desejo de recuperar o Sinai, Sadat teria em tal caso invocado pretextos do tipo «nacional».

Mas a projecção regional do pactuado em Camp David, exclui uma interpretação assim circunstanciada, para inscrevê-lo fora do interesse egípcio, e dentro do esquema regional do imperialismo.

A paz separada entre Egito e Israel é, provavelmente, a única coisa que resta deste entendimento trilateral, mas suas consequências envolvem uma mudança substancial na área. Trata-se

Aior desafio

da submissão do Cairo à política norte-americana, que parte de uma aliança privilegiada com Tel Aviv para impôr os seus objectivos no Médio Oriente. Por esse caminho, Sadat primeiramente privou o seu país de uma aliança que compensava o eixo Washington-Tel Aviv (ao romper com a União Soviética) e agora o sela seu ingresso subordinado à aliança das potências capitalistas.

O plano imperialista implica, além disso, o condicionamento da Cisjordânia à «segurança» de Israel. Esta exige que a Cisjordânia não seja a base de um Estado Palestiniano soberano. Por isso Sadat firmou um acordo do qual deriva um estatuto jurídico incerto para o território, que em todo o caso não seria soberano. A Cisjordânia estaria submetida ao controlo de Israel e da Jordânia, países que, previamente, selariam a paz bilateral.

Se estas premissas se concretizassem, tornar-se-ia muito difícil a oposição dos palestinianos e do resto do Mundo Árabe.

É que antes do acordo, o Egito e Israel deviam concentrar seus recursos bélicos em torno das fronteiras comuns, na previsão de um confrontamento eventual. A paz implica que esta hipótese de guerra se afaste, libertando efectivos militares da fronteira comum. Mas, ao mesmo tempo, o acordo de Camp David comprehende a provisão de abundante armamento norte-americano às Forças Armadas egípcias. Trata-se de uma contradição? Que farão Tel Aviv e o Cairo, afastada a probabilidade guerra, com tanto armamento disponível?

As armas israelitas já não apontarão para as tropas egípcias e vice-versa, mas, juntas, serão empregadas para conter a região dentro do projecto de dominação imperialista. Aqui contam a «segu-

editorial

rança dos Estados Unidos» e os seus «interesses no Médio Oriente». Eles requerem que se esmague todo o clamor nacionalista, todo o perigo em sentido «anti-ocidental», numa área em ebullição. Área vital, pois é a principal fonte de petróleo das potências capitalistas. Aí se encontram os exércitos mais incondicionais aliados dos EUA, no Irão e Arábia Saudita — para não falar de Israel — que foram apontados como forças de intervenção regional.

A maior aspiração dos EUA era que o Egito se convertesse no quarto «Estado Chave» da área do seu esquema de controlo, e Sadat — a quem não os desgosta as suas pretensões africanas — dobrou-se ante este desígnio do Império.

Camp David mostra, pois, a dimensão da traição de Sadat. O pacto tenta tornar impossível a realização, já não da Unidade Árabe, mas agora da independência de cada um dos países árabes. É por isso que, deles, surgiu uma reacção tão vigorosa e unânime, e manifestaram-se contra o acordo praticamente todos os sectores, incluindo Governos e núcleos que, ainda sendo conservadores, não podem aceitar a renúncia à identidade nacional.

Esta reacção mostra que Sadat se encontra só e pressente-se o fundamento para uma unidade mais ampla e coerente. Os encontros entre os dirigentes árabes opositores à capitulação e em busca de um consenso são, sem dúvida, um grande passo em tal sentido. Mas esta unidade ainda não foi forjada como seria necessária para enfrentar o acordo. E, por outro lado, é necessário passar do entendimento táctico para o estratégico. Sem estas premissas, a resistência não será eficiente, a instabilidade prosseguirá, e a Nação Árabe não poderá encarar perfeitamente este desafio, o maior que lhe foi proposto até hoje.

AMERICA LATINA



o cone sul em pé de guerra

Os conflitos fronteiriços do Cone Sul da América Latina que têm por protagonistas o Chile, a Argentina, a Bolívia e o Peru são exaustivamente analisados nesta edição. Pablo Piacentini, nosso director, traça-nos neste artigo o pano de fundo da complexa situação

Cone Sul

Pablo Piacentini

A faísca que pode fazer explodir a pólvora cabe ao diferendo entre a Argentina e o Chile, e pode propagar-se à Bolívia e ao Peru. Trata-se do fracasso — até ao momento — em ser encontrada uma solução pacífica para o litígio de três pequenas ilhas no extremo austral — Picton, Lennox e Nueva — que determinam o domínio do Canal de Beagle e, por sua projeção até ao sul, a soberania sobre um sector do Oceano Pacífico e da Antártida. A aplicação em plenitude da decisão internacional, significaria que a Argentina perderia parte da sua posição Atlântica, e veria diminuída a sua zona antártica em favor do Chile, que passaria a ser uma potência do Pacífico com acesso próprio no Atlântico.

Alterar-se-ia assim o princípio oceaníco reivindicado pela Argentina, o qual postula uma clara delimitação das águas de ambos os países, e segundo o qual a Argentina seria uma potência exclusivamente atlântica e o Chile uma potência exclusivamente pacífica.

A perspectiva desta substancial mutação geopolítica numa zona vital para a navegação — além da mais rica em petróleo — pôs em marcha uma situação pré-bélica. Os dois países concentram efectivos militares na zona, e fazem grandes

compras de armamentos, dentro de uma escalada que faz subir a tensão constantemente.

Só a voz da igreja é que se levanta para implorar a Paz.

A contradição é tão visível e completa, que custa imaginar uma saída intermediária, ou seja, o traçado de um compromisso satisfatório para ambas as partes. Dentro do complexo quadro de litígios entre os dois países quanto a seus limites no Sul, achou-se uma fórmula jurídica para resolver um deles, o do Canal de Beagle e das ilhas. Isto sucede em Julho de 1971, mediante um acordo entre os presidentes da Argentina e do Chile, dois opositos ideológicos, o general Alejandro Lanusse e o dirigente socialista e líder da Unidade Popular, Salvador Allende.

Havia dificuldades por parte da Argentina em entregar a decisão a uma instância internacional, pois por razões históricas — o tratado de 1902 — este correspondia à coroa britânica, com a qual o governo de Buenos Aires tem um litígio, já que a Grã-Bretanha prolonga a ocupação das Ilhas Malvinas arrebatadas à soberania argentina.

Buenos Aires denunciou o tratado, e os dois governos modelaram uma fórmula pela qual, de facto, a decisão passou para o Tribunal Internacional de Haia. A sentença deu-se em Maio de 1977 e foi amplamente favorável ao Chile, abarcando a possessão das

Ilhas, do Canal e a sua projeção, apesar de que sobre esta última a Argentina havia formulado reservas.

A decisão encrespou as águas. Enquanto os governantes chilenos falavam de um triunfo nacional, os argentinos faziam energicas reclamações. E as tropas começavam a concentrar-se nas fronteiras do sul.

Em Janeiro deste ano a Argentina desconheceu virtualmente a sentença. E então começou-se a falar do perigo de uma confrontação armada. Mas o facto dos generais-presidentes de ambos os países, Jorge Rafael Videla e Augusto Pinochet, se terem encontrado para negociar e terem assinado a "Acta de Te-pual" (Fevereiro de 1978), fez renascer as esperanças de uma solução pacífica.

Criou-se uma comissão mista negociadora, cuja mera designação significou que o Chile se absteve de exigir a execução plena e imediata da sentença.

A oposição ao regime militar assinalou este facto como uma derrota da diplomacia — e dos interesses nacionais — do Chile. Clodomiro Almeyda, secretário executivo da Unidade Popular, declarou: "O governo fascista chileno, isolado como se encontra, não esteve em condições de exigir a vigência deste tratado, e teve que aceitar a via das negociações bilaterais — depois do desconhecimento da decisão favorável ao Chile pela Argentina, — deixando de lado, precisamente, a fórmula jurídica



que permitiria ao Chile defender a justiça de sua causa diante de um tribunal imparcial".

É evidente que se trata de um passo atrás do Chile e que nisso pesa o desrespeito de Pinochet, isolado internacionalmente. Mas há outros factores, já que o regime de Videla não está menos isolado e desprestigiado, sendo ideologicamente semelhante ao seu vizinho. Os outros factores são a superioridade económica e bélica da Argentina sobre o Chile, e quem sabe ainda mais importante, a acumulação de conflitos

em todas as fronteiras chilenas. Assim, o Chile está ao mesmo tempo isolado internacionalmente e cercado regionalmente, constituindo o quadro mais desfavorável que se deu em termos de segurança nacional em toda a história do país. Este é o resultado de uma política torpe e arrogante, paradoxalmente inspirada na segurança nacional.

Na esfera mundial, Pinochet tem más relações com uma superpotência, os Estados Unidos, enquanto que com a outra, a União Soviética, não tem sequer



relações diplomáticas.

No plano regional agravou os litígios históricos com os seus três vizinhos, e não se prevê nenhuma aliança ou relação especial que compense tal desamparo. Esta disputa com o seu maior vizinho apresentou-se depois do regime militar acumular conflitos com o seu vizinho mais pequeno, a Bolívia e, também, com o Peru. Ambas as nações foram derrotadas pelo Chile durante a guerra do Pacífico (1879-83). O Chile anexou províncias dos seus vizinhos, e todo o litoral marítimo da Bolívia, que desde então se encontra enclosurada. A justa aspiração por uma saída ao mar – um tema de ressonância continental – foi perenemente manifestada pelos bolivianos, e por mais de uma ocasião realizaram-se negociações para procurar uma saída honrosa, a qual teria sido uma fonte de paz e segurança em toda a área.

Em fins de 1975, Pinochet e seu colega, o então ditador da Bolívia, o general Hugo Banzer, deram, o chamado, "abraço de Chacana". Aí decidiram, então, negociar com vista a uma saída ao mar para a Bolívia. Os dois governos reataram as suas relações, rom-

Cone Sul

pidas desde 1962.

Viu-se que a fórmula "pinochetista", longe de ser um caminho para harmonizar interesses, distanciam-nos. O governo de Santiago, em vez de uma reparação histórica que teria selado uma solução pacífica, propôs uma simples troca de terras, ou seja, um corredor até ao mar em terras possuídas pelo Chile, em troca de terras bolivianas equivalentes. A proposta afectava numerosos interesses da Bolívia, mas a sua maior aberração consistia em exigir a renúncia boliviana a toda a reivindicação futura sem satisfazê-la em nada, pois ainda que o país chegassem ao mar, a troca de terras significa a negação do princípio de compensação ao antigo vencido.

Como se isto fosse pouco, a diplomacia de Santiago propôs que o corredor fosse paralelo à fronteira chileno-peruana, ou seja, em terras da província de Arica, conquistada ao Peru, e sobre a qual este país conserva direitos consagrados em tratados assinados com o Chile. Quer dizer que, com um jogo aparentemente astuto, Pinochet sem dar um palmo de terra, consagraria de modo definitivo a situação emergente da Guerra do Pacífico, dando-se, am mesmo tempo, fronteiras mais seguras, pois o corredor que se entregaria à Bolívia converter-se-ia num tampão entre o Chile e o Peru.

O "abraço de Charana" foi patrocinado pelo gene-

ral-presidente do Brasil, Ernesto Geisel, que procurava através do corredor marítimo boliviano, uma saída ao Pacífico para o seu próprio país. Seguramente isto influiu para que Banzer, não obstante a minguada proposta, a considerasse um princípio de negociação aceitável.

Mas a opinião nacional do altiplano julgou-a correctamente, como inadmissível. Depois que foram conhecidos os seus termos, todos os sectores do país o denunciaram, criando um clima que ameaçou a estabilidade de Banzer, que se viu obrigado a exigir concessões a Pinochet. O ditador chileno estava confiante, pois via a situação através da sua miopia crónica. As relações com Lima tornaram-se péssimas desde a sua chegada ao governo, e a proposta chilena, além de afectar potencialmente os interesses nacionais peruanos, agravou-os. Por mais de um momento, neste período, houve tensão bélica, com apressadas concentrações de efectivos militares do Chile e do Peru na fronteira comum.

A manobra de Pinochet procurava dissociar a aliança entre o Peru e a Bolívia, mas deveria prever que sucederia o contrário se as negociações fracassassem. Ainda assim é provável que a sua arrogância lhe tenha sugerido que os militares chilenos se imporiam numa eventual confrontação contra os seus dois vizinhos nortenhos.

Em todo o caso, a acu-

mulação de irritações manifestou-se de modo quase simultâneo. O conflito com a Argentina estava latente, quando em Março deste ano, depois de haverem fracassado as negociações, de um modo ostensivo, o próprio Banzer rompeu as relações que havia reatado com o Chile.

Desde então o regime chileno deparou com um quadro de cerco total ao seu país. Não pode pensar em concentrar efectivos para enfrentar a um dos seus três vizinhos, pois tem que dispersar as suas forças através de todas as suas fronteiras. No caso dos militares argentinos atacarem pelo sul, estes generais, acostumados a raciocinar em termos de guerra e repressão, devem imaginar que no norte sofreriam ataques. E, objectivamente, se se produz uma confrontação, mesmo limitada, entre a Argentina e o Chile, tanto o Peru com a Bolívia encontrar-se-ão no momento mais favorável da sua história para impor pela força as reivindicações, que a sua inferioridade económica-militar face à do Chile os induziu a tratar por meios diplomáticos que defraudaram as suas aspirações. A tentação bélica seria, pois, muito grande.

Dentro deste panorama sombrio, o triunfalismo do regime de Pinochet abriu caminho ao terror. As declarações oficiais são cauteosas, enquanto são ordenadas enormes compras de armamento, que, por certo, não poderão equilibrar o



É inadmissível que o governo argentino queira levar a questão a Haya, pois o precedente da sentença cairá sobre si. A denúncia da sentença indica exactamente o contrário.

A contradição é absoluta. Para o regime chileno apresenta duas variantes. A primeira, ceder diante da Argentina, seria vista como uma humilhação nacional para os chilenos, os quais responsabilizariam Pinochet de tal derrota. Sobre-viveria o ditador a este revés? A segunda variante, insistir na sua postura, leva-lo-ia ao risco bélico já descrito.

Se bem que não comentada ainda pelos governos, a única saída para este trágico dilema, consistiria em congelar a situação por cinco anos. Esta parece ser a tese das Igrejas de ambos os países. Segundo elas, tal lapso serviria para novas e profundas discussões. Por trás da explicação piedosa, entrevê-se um raciocínio de fundo e um desejo: que não haverá Paz enquanto subsistam estas ditaduras, que em nome da segurança nacional, reprimem os seus povos, entregam as suas economias ao imperialismo e põem em pé de guerra a região.

desequilibrio estratégico, mas piorar a ruína económica trazida pelo liberalismo selvagem da ditadura. Estas compras não fazem senão aumentar os receios da Bolívia e do Peru. Cada passo conduz, assim, a um aumento de tensão.

O tempo também joga contra, pois no dia 2 de Novembro termina o prazo para ser encontrada uma solução negociada em torno do Beagle. A extrema dureza exibida pela ditadura argentina, acompanhada, nada casualmente, pelo estreitamento de vínculos com os governos de La Paz e Lima, tem a intenção pri-

meira de "amaciá" os chilenos a ceder a posse das ilhas, mas deles obtendo a aceitação do actual *status marítimo*.

Sem dúvida, a posição oficial chilena exclui esta possibilidade. O seu negociador explicou que se "as negociações directas não conduzirem a uma solução negociada, os dois países estariam obrigados a recorrer ao Tribunal International de Haya... e, no caso de não se conseguir um acordo para a elaboração de um compromisso arbitral quaisquer das duas partes poderá recorrer unilateralmente ao Tribunal".

cone sul - o litígio

um problema de quase dois séculos



O problema limítrofe argentino-chileno é tão velho como os dois países.

Os países da América colonial herdaram, depois da independência, os limites que a Espanha havia traçado, de forma por vezes arbitrária. O princípio do *uti possidentis jure* institucionalizou as fronteiras entre os novos países.

Mesmo que, em termos gerais, este princípio tenha resolvido o problema, ficaram na prática zonas litigiosas, como é o caso do extremo austral do continente americano.

Em 1855, a Argentina e

o Chile ratificaram o princípio como base jurídica da sua delimitação fronteiriça, e estabeleceram a arbitragem internacional como forma de resolver os conflitos de limites.

Em 1881, os dois países subscreveram um Tratado Geral de Limites, que pretendia resolver todos os problemas fronteiriços. Em relação ao vértice austral, este tratado diz no seu artigo 6: "A República do Chile exercerá jurisdição no mar e costas do Estreito de

Magalhães, canais e ilhas adjacentes, e a República da Argentina no mar e costas do Atlântico e ilhas adjacentes". Desta maneira, ainda que de forma embrionária, a exclusividade atlântica da Argentina e a pacífica do Chile, foram enunciadas, o que foi ratificado em texto expresso em 1893.

O artigo 3 do tratado de 1881 diz: "A Terra do Fogo (...) será chilena na parte ocidental e argentina na parte oriental. Quanto às

ilhas ao sul do Canal de Beagle até ao Cabo de Hornos".

A determinação de qual seria o Canal de Beagle — centro da controvérsia — deu a oportunidade para que cada um dos países elaborasse diversas teorias, esgrimindo argumentos históricos, jurídicos e geográficos de todos os tipos.

Em síntese, a Argentina sustenta que o Canal de Beagle termina em Punta Navarro, e assim as ilhas Picton, Nueva e Lennox ficariam a oriente, e portanto, sob sua soberania.

O Chile, por seu turno, argumenta que o Canal continua para o Leste paralelamente à Terra do Fogo, o que implicaria que as três ilhas seriam chilenas.

Em 1892, o Chile efetuou actos de ocupação real das ilhas, enquanto que a Argentina limitou-se a emitir regulamentos administrativos sobre as mesmas.

Em 1902, os dois países firmam um tratado geral de arbitragem pelo qual obrigam-se a levar à coroa britânica todos os diferendos que existem entre eles. No artigo 5 fica estabelecido que, que não havendo solução arbitral entre as duas partes, uma delas pode solicitar ao árbitro que ponha em acção o processo arbitral, e que fixe os termos do conflito.

Depois de reiteradas negociações ao longo de todo o século, onde não se chegou a um acordo sobre as ilhas, em 1967 o Chile pede unilateralmente à coroa

britânica a sua arbitragem, segundo o procedimento estabelecido em 1902.

A arbitragem inglesa não se efectuou diante da oposição argentina, e as duas partes iniciaram conversações que terminariam em 1971 com o acordo firmado pelos presidentes Salvador Allende e Alejandro Lanusse.

Assim se explica como a Argentina teve que aceitar a coroa britânica — como quem mantém vários conflitos, e em especial o das Ilhas Malvinas, — como árbitro nesse diferendo.

De qualquer modo, o acordo de 1971 delimita o objecto do litígio — as três ilhas, — e reduz a participação da coroa britânica à selecção de juizes do Tribunal Internacional de Haia, e a promulgação do laudo a que chegará esse tribunal.

Em 1977, deu-se a conhecer o laudo arbitral. Nele, adjudicam-se as ilhas ao Chile, e se fixam as coordenadas do Canal de Beagle. De acordo com esta sentença, o Chile considera ligitimada a sua soberania sobre as ilhas, e reinvidica, a partir delas, duzentas milhas de mar territorial em direcção ao Leste.

A Argentina declara nula a sentença, argumentando que esta converte o Chile em um país atlântico, violando o artigo segundo do Protocolo Adicional e Aclaratório (do tratado de limites de 1881) assinado em 1893, no qual se estabelece que "O Chile não pode pretender nenhum ponto do Atlântico, como



a República Argentina não pode ter pretensões sobre o Pacífico".

O governo argentino sustenta que a linha divisória entre ambos os oceanos é o meridiano que passa pelo Cabo de Hornos. O Tribunal ter-se-ia exorbitado, argumentam, já que, não só adjudicou as três ilhas ao Chile, mas que também ficariam sob a soberania chilena as ilhas austrais situadas à oriente deste meridiano, por se acharem ao Sul do Canal de Beagle, segundo o traçado definido no laudo.

A parte argentina baseou nestas considerações a sua decisão de declarar nula a sentença. O Chile rechaçou energicamente tal posição, alegando que ela contradiz "normas elementares do Direito Internacional".

Para encontrarem uma saída para a situação criada, Videla e Pinochet encontraram-se em Fevereiro de 1978 na cidade chilena de Puerto Montt, e estabeleceram uma comissão para empreender negociações bilaterais. O prazo para a chegada a um acordo terminou em 2 de Novembro, sem que estivessem resolvidos os pontos essenciais do conflito.

CONE SUL - o belicismo

Guerra e política o equilíbrio do terror

Uma guerra no Cone Sul teria consequências catastróficas para todos os países envolvidos, sem importar quem seria o vencedor ou o vencido.

A guerra é a continuação da política por outros meios, afirma uma conhecida frase do estrategista alemão Von Clausewitz. No caso do actual diferendo argentino-chileno, a guerra — ou a ameaça desta, — é um meio político utilizado nas negociações por ambas as partes.

A oposição dos regimes de Santiago e Buenos Aires denunciou a utilização do clima pré-bético, tanto por Videla como por Pinochet, para consolidarem as suas desgastadas frentes internas. Que outro sentido pode ter, por exemplo, a instrução dada aos escolares de Buenos Aires sobre os lugares de refúgio em caso de alarme, quando é sabido que a capital argentina, não só está fora do alcance da aviação chilena, mas que, além disso, é um alvo militar sem importância?

Nem mesmo na guerra estariam de tal modo desenhados bombardeamentos de aglomerados civis, e nem Tel Aviv, nem o Cairo, e nem Damasco, foram

afectados pelos duros combates que se livravam à poucos quilómetros das suas portas.

Por outro lado, é evidente que a mobilização de tropas, a convocação de reservistas, ou a deslocação das armadas — realizadas todas elas com grande publicidade por ambas as partes, — procuram pressionar ou demonstrar firmeza, criando novas cartas para que os diplomatas possam tirar oportunamente das suas mangas no momento das negociações.

Nos meios do Cone Sul, afirma-se insistenteamente que, fechado definitivamente todo e qualquer diálogo, a Argentina procederia a ocupação das ilhas em litígio para gerar uma nova situação de facto, ainda que com o risco de ser condenada internacionalmente como a agressora. Fontes militares consultadas pelos Cadernos do Terceiro Mundo estimam que tal manobra só seria possível na eventualidade de um conflito bélico generalizado.

Com efeito, ainda que numericamente superior, a esquadra argentina é mais lenta e tem menor poder de fogo que a chilena, que facilmente poderia deter um desembarque desse tipo antes que esta chegasse às costas que Santiago reivindica como suas. A operação somente seria possível se o Chile se abstivesse de defender as ilhas — hipótese pouco possível, — ou se a Força Aérea argentina atacasse antes a frota chilena nos seus próprios portos, imobilizando-a, mais provocando com isso uma confrontação total, e não uma simples escaramuça.

Se a guerra fosse declarada em todas as frentes, além dos objectivos militares (portos, bases aéreas, etc), a lógica militar indica que os primeiros alvos deverão ser os pontos nevrálgicos da economia do inimigo. Dessa maneira, através das passagens ao sul da cordilheira, o Exército e a Frota Aérea chilenos poderiam destruir o centro atómico de Bariloche, a zona



petrolífera de Comodoro Rivadavia, e os centros hidro-electrícios próximos, entre outros.

Visto pelo outro lado, praticamente todo o território chileno está ao alcance da aviação militar argentina. Os centros chaves da economia chilena, minas de cobre em Rancagua, refaria de petróleo em Cañón, depósitos de gás líquido em Concepción, e as centrais eléctricas "El Abanico", "Sauzal" e "Sauzalito", poderiam ser destruídos nos primeiros ataques.

A essa altura, resultaria inútil perguntar-se quem seria o vencedor. Independentemente de onde é que seriam traçadas as linhas do armistício — e a não duvidar isso ocorreria em poucos dias ou horas depois de iniciada a guerra, — as economias de ambos os países estariam de tam modo desastradas, que as suas recuperações levariam décadas.

E este é o argumento que utilizam aqueles que sustentam que a alternativa da guerra é simplesmente impensável. De igual maneira que o "equilíbrio do terror" mantido entre as grandes potências atómicas, a possibilidade de destruição mútua estaria evitando a guerra. Ninguém se atreveria a por as mãos no fogo pela sentatez de governantes que massacraram e massacraram milhares de seus próprios compatriotas, e que põem os seus países à beira da ruína com políticas económicas desnacionalizantes e antipopulares.

Mas também não pode

ser negada a existência de um mínimo de lucidez no seio das instituições armadas dos dois países. E os casos da Grécia dos coroneis, e o Portugal de Caetano de 1975, são ilustrativos de como terminaram os regimes fascistas que por suas políticas belicistas (contra a Turquia e contra os Movimentos de Libertação africanos) ameaçavam levar



seus países a um impasse que somente tinha a destruição como saída.



Como seria a guerra, segundo o jornal boliviano «El Diário». Especulações deste tipo abundaram na Imprensa da América Latina. No entanto, o Peru declarou oficialmente que se manterá à margem do conflito. E a Bolívia mesmo tendo tido incidentes fronteiriços com o Chile, mantém o seu exército ocupado na repressão dos mineiros, em vez de defender as fronteiras

cone sul - forças em presença

argentina-chile efectivos militares

Esta informação sobre os efectivos militares da Argentina e do Chile foi extraída da "The Military Balance, 1978-1979", do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IIIE) de Londres.

Por isso nos permitimos sugerir aos leitores que aceitem essas cifras apenas como uma referência, devido, por um lado, a que não são de todo confiáveis em virtude do seu atraso em relação à corrida armamentista em que estão empenhados os dois países e, por outro lado, ao facto de que normalmente as nações do Cone Sul costumam não dar cifras correctas.

Como exemplo ilustrativo dessa advertência, vale a omissão de que ambos os países adquiriram grandes partidas de armas de guerra em Israel, que incluem aviões, mísseis terra-ar e ar-ar, ultra-sofisticados. A Argentina adquiriu na República Federal Alemã tanques TAM e mísseis MM-38 Exocet; transportes militares G-222 na Itália; 8 fragatas na Grã-Bretanha, 16 aviões A-4P Skyhawk de combate e, posteriormente, outros 25 do mesmo tipo; 4 aviões Merlin 3A e 2 Merlin 4A de transporte; 6 Grumman S-2E e 2 Lockheed SP-2H Neptune.

O IIIE também omite a menção de que os aviões IA-58 Pucará, de produção argentina, somam já várias centenas, sem contar os destinados à exportação. Da mesma maneira, o Chile encomendou muitas unidades EMB brasileiros, além de 47 tanques AMX-13-105, 50 AMX-30, 150 mísseis terra-ar AS-11 e 150 AS-12 à França.

E estes exemplos são apenas uma parte.

Carlos Mário Dávila

argentina

População: 26 390 000
Serviço Militar: Exército e Força Aérea, um ano. Marinha: 14 meses.
Total de efectivos: 132 900
Produto Nacional Bruto estimado (1977): 76 400 milhões de dólares
Gastos de Defesa (1978): 1186 mil milhões de Pesos (1660 milhões de dólares), calculados a 715 pesos cada dólar (1978). Em princípios de Novembro já o dólar estava cotado em 900 pesos e a tendência era alcançar os mil no fim do ano; no ano passado a cotação era de 329 pesos por dólar.

chile

População: 11 100 000
Serviço Militar: um ano
Total de efectivos: 85 mil homens (21 600 recrutas)
Produto Nacional Bruto estimado em 1977: 9800 milhões de dólares
Gastos de Defesa: (1978): 22 600 milhões de pesos — 750 milhões de dólares calculados a 1 dólar igual 1 30,14 pesos (1978). Em 1977, 1 dólar valia 17,8 pesos.



EFFECTIVOS

Exército:

2 brigadas blindadas
4 brigadas de infantaria
2 brigadas de montanha
1 brigada aerotransportada
5 brigadas anti-aéreas
1 brigada aérea
100 tanques Sherman M-4 médios
80 tanques AMX-13
Carros armados Shortland
140 tanques M-113
5 aviões Turbo Commander 690-A
2 aviões DHC-6
3 aviões G-222
4 aviões Swearingen Metro IIIA
4 aviões Queen Air
1 avião Sabreliner
5 aviões Cessna 207
15 aviões Cessna 182
20 aviões U-17A/B
5 aviões T-41 de combate
7 helicópteros Bell 206
2 helicópteros Bell 212
4 aviões FH-1100
20 aviões UH-1H
4 aviões Bell 47G

Armada:

32 900 homens (12 000 recrutas), incluindo a Força Aérea Naval e a Infantaria da Marinha.
4 submarinos (2 tipo 209, 2 ex-classe Guppy norte-americanos)
1 porta-aviões (que transporta 15 A-4Q, 6 S-2A/E e S-61D)
2 cruzadores (ex-classe Brooklyn norte-americanos, com helicópteros)
9 destroyeres (1 tipo 42 com foguetes SAM Sea Dart, 5 tipo Fletcher, 2 tipo Summer e 1 classe Gearing)
12 navios patrulha (2 de treino e 1 guarda-costeira)
5 grandes patrulhas de combate (3 guarda-costeiras)
6 draga-minas
2 navios Combattante II-classe de patrulha

EFFECTIVOS

Exército:

50 mil homens, dos quais 20 mil recrutas.
6 divisões, incluindo 7 regimentos de cavalaria (3 blindados, 3 a cavalo e um aerotransportado), 20 regimentos de infantaria (inclui 3 de montanha, 9 motorizados, 6 grupos de artilharia e 2 de artilharia anti-aérea).

10 tanques M-3, médios M-4, 60 M-41, 47 AMX-13 e outros M-113 e Mowag MR-8.

4 aviões O-1, 5 T-25 de treino de combate, 9 Puma, 3 UH-1H e 12 helicópteros AB-206.

Armada:

24 mil homens (1600 recrutas) incluindo aviação naval e infantaria da Marinha.

3 submarinos (2 classe Oberón e 1 Balao norte-americano)

3 cruzeiros (2 ex-Brooklyn e 1 ex-Tre-Kroner sueco)

6 destroyeres (2 classe Almirante com mísseis Exocet SSM e Seacat SAM, 2 ex-Summer e 2 classe Fletcher)

2 fragatas (classe Leander com mísseis Exocet, Seacat SAM e 1 helicóptero)

3 destroyeres-escola (de transporte)

4 corvetas

2 patrulhas de combate (menos de 100 toneladas)

4 lança-torpedeiros

7 navios de desembarque e combate.

cone sul - forças em presença

1 navio de desembarque de equipamentos

5 navios de desembarque de tanques

28 navios de desembarque de combate.

(Encomendados: 2 submarinos tipo 209, 1 destroyer tipo 42 e 2 fragatas lança-mísseis)

Força Aérea Naval:

4 mil homens, 34 aviões de combate

1 esquadrão de bombardeiros de combate (15 A-4Q)

1 esquadrão de reconhecimento (6 S-2A/E, 10 SP-2H, 3 HU-16B e vários PBY-5A)

Aviões de transporte: 3 Electra, 2 C-54, 2 DC-4, 8 C-47, 1 HS-125, 1 Guaraní II e 1 Sabraliner; 2 DHC-2, 1 DHC-6, 2 Super King Air, 4 Queen Air, 4 Piper Navajo e 4 Turbo-Porter.

Helicópteros: 4 S-61D, 6 Allouette, 3 UH-19, 5 S-55 e 3 Bell 47G.

Aviões de treino: 12 MB-326 GB, 12 T-6/28, 2 AT-11 e 3 T-34C.

(Encomendados: 12 T-34C de treino de combate e 3 helicópteros Lynx).

Infantaria da Marinha: sete mil homens

5 batalhões

1 batalhão de comandos

1 batalhão de artilharia de campanha

1 regimento de defesa anti-aérea

1 batalhão de sinaleiros

1 batalhão de engenharia

7 companhias de infantaria independentes.

Força Aérea:

vinte mil homens e 184 aviões de combate

1 esquadrão de bombardeiros, com 9 Canberra B62 e 2 T64

4 esquadrões caça-bombardeiros com 70 A-4P Skyhawk

1 esquadrão caça-bombardeiro com 20 F-86F Sabre

Força Aérea Naval:

500 homens

1 esquadrão anti-submarino, busca e resgate, com 6 EBM-111

2 PBY-5A, 3 PBY-6A, 4 SP-2E, 5 Beech D18S, 1 Piper Navajo, 1 F-27 de combate, 4 UH-19, 2 helicópteros UH-1D.

Aviões de transporte: 4 C-47, 6 EMB-110C Bandeirantes

Helicópteros: 4 AB-206, 3 UH-19, 2 UH-1D, 12 Bell 47G e 6 Alouette III

5 aviões de treino: T-34

(Encomendados: 5 EMB 111N)





3 esquadrões de combate e apoio aéreo com 48 MS-760A Paris I

1 esquadrão interceptor com 16 Mirage IIIEA, 2 IIIDA

1 esquadrão contra-insurgência com 17 IA-58 Pucará

1 esquadrão de helicópteros de assalto com 14 Hughes 500M, 6 UH-1H

1 esquadrão de busca e resgate com 3 HU-16B de combate, 12 Lama, 2 S-58T e 2 helicópteros S-61 N/R

5 esquadrões de transporte com 1 Boeing 707 320B, 7 C-130E/H, 1 Sabreliner, 2 Learjet 35 A, 3 G-222, 13 C-47, 10 F-27, 6 F-28, 6 DHC-6, 22 IA-50 Guarani II e 2 Merlin IVA.

1 esquadrão antártico com 2 DHC-2, 3 DHC-3, 1 LC-47 de combate e 1 helicóptero S-61R.

1 esquadrão de comunicações com 4 Commander, 14 Shrike Commander, Paris, T-34 e IA-35 Huanquero.

Helicópteros: 4 UH-1D, 3 UH-19 e 3 Bell 47G.

Aviões de treino: 35 T-34, 12 Paris e 37 Cessna 182.

Mísseis: ar-ar e ar-terra.

(Encomendas: 7 Mirage IIIEA, 33 IA-58 Pucará, 16 Turbo Commander de combate, 3 CH-47 e 8 helicópteros Bell 212).

Forças Para-Militares: 42 mil homens

Polícia: 11 mil, especialmente para defesa de fronteiras.

Prefeitura Marítima Nacional: 9 mil, para defesa fluvial.

Polícia Federal: 22 mil.

Infantaria de Marinha:

3800 homens

1 brigada de diversas unidades de defesa costeira.

Força Aérea:

onze mil homens, 97 aviões de combate.

3 esquadrões de bombardeiros de combate, com 27 Hunter F71 e 18 F-5E

1 esquadrão de combate e treino com 9 F-80C e 8 T33A

2 esquadrões contra-insurgência com 34 A-37B

1 esquadrão anti-submarino, busca e resgate, com 8 HU-16B Albatross

Transportes: 2 C-130H, 5 C-118, 6 DC-6B e 12 C-47

2 esquadrões de serviço: 11 DHC-6, 10 C-45, 1 King Air, 5 Twin Bonanza e 10 Cessna 180

Helicópteros: 6 S-55T, 6 SL-4, 2 UH-1H, 6 UH-12E e 6 Lama

Aviões de treino: 30 T-34, 30 T-41, 11 Vampire T22/55, 4 Hunter, T77, 5 T-6, 9 Beech 99, 5 T-25 e 1 F-27.

1 Regimento de artilharia anti-aérea
Mísseis ar-ar Sidewinter

(Encomendados: mísseis ar-ar israelitas Shafir).

Forças para-militares: 30 mil carabineiros.

Clodomiro Almeyda: «os militares comprometem a segurança nacional»



Em entrevista exclusiva aos Cadernos do Terceiro Mundo, Clodomiro Almeida, presidente da Unidade Popular, Ministro das Relações Exteriores e Ministro da Defesa durante o Governo de Salvador Allende, definiu-nos a posição da organização ante o conflito argentino-chileno

28

QUAL é a posição da Unidade Popular em relação ao conflito fronteiriço entre a Argentina e o Chile?

A Unidade Popular tem-se estado a ocupar desse assunto desde que se produziu a sentença Arbitral. A ideia fundamental da nossa posição internacional é a de que os militares chilenos, que por definição se deveriam ocupar em resguardar a segurança nacional — entendida num sentido

do diferente à que eles dão — e que apresentaram como argumento para o golpe militar o facto de que a política internacional da UP comprometia a segurança do país, levaram o Chile à situação internacional mais delicada de toda a sua história. Isolaram o Chile internacionalmente. No contexto da América Latina, a Junta retirou o Chile do Pacto Andino, o que provocou um enfraquecimento das relações do nosso país

Diego Achard

com os países que o integram.

Existe, também, o problema da Bolívia. A linha de trabalho que tinham tanto Frei como a UP, era procurar dar à Bolívia uma saída para o mar, para que resolvesse o problema da sua mediterraneidade. Mas a Junta manejou mal o

problema num duplo sentido. Em primeiro lugar, propôs uma troca de território, e, em segundo lugar, não manteve o Peru informado desde o começo, como o deveria ter feito.

As relações com o Peru também não são muito boas, ainda que a Junta o procure dissimular através de sucessivas viagens realizadas pelos representantes das hierarquias dirigentes entre as capitais de ambos os países. Mas isso não é mais do que um esforço que procura encobrir um problema de fundo.

UMA SOLUÇÃO PACÍFICA

Durante o governo da Unidade Popular conseguimos submeter o problema do Canal de Beagle a uma arbitragem internacional, de acordo com o princípio de resolver estes assuntos de maneira pacífica e pelos meios jurídicos existentes. Para o Chile, e para os chilenos, é um motivo de satisfação o resultado da arbitragem, que mostra a justezza da posição sempre defendida pelo Chile. Este problema tem uma forma de ser resolvido pacífica e juridicamente, de acordo com o tratado que nós próprios assinámos com os argentinos (um tratado de arbitragem assinado em 1972 em que se designou como juiz o Tribunal Internacional de Haya). Uma vez fracassadas as negociações bilaterais, este assunto não tem outra solução que

ser levado à instância que convencionalmente ambas as partes acordaram. Dissemos-nos nessa altura, e é o que dizemos agora. Penso que o Chile deve submeter à jurisdição do Tribunal Internacional de Justiça de Haya o conhecimento deste assunto. Não há outra solução.

O governo chileno comportou-se de uma maneira ignobil nas negociações bilaterais. Temos antecedentes para o afirmar: O Chile obteve um triunfo jurídico internacional importante, mas a sua audiência na comunidade internacional está tão debilitada que não foi capaz de tirar nenhum partido de uma sentença arbitral que em condições normais teria gerado uma pressão pública e já não seria tão fácil para a Argentina desconhecê-lo. A Argentina, fê-lo, porque sabia que não iria sair ninguém à liça no mundo — nem o próprio governo inglês — para defender Pinochet.

Essa é uma dimensão do problema. O outro aspecto, é muito importante, pano de fundo de todo este assunto, é que pensamos que governos militares, repressivos, reaccionários, não são os interlocutores adequados dos povos nem dos seus interesses para poder levar a cabo uma política de amizade real, verdadeira, latino-americana, integracionista. De forma que todas estas negociações têm um pecado original.

Nestas condições, pensamos que a única solução —



sob o ponto de vista chileno — é que estes assuntos sejam resolvidos por um governo amplamente representativo da comunidade nacional, que precisamente lhe permita ter o apoio do seu povo e, ao mesmo tempo, estar inspirado por uma doutrina de paz. Os governos militares, em negociações bilaterais, vão multiplicar as dificuldades e correr-se à risco de que pelo seu próprio carácter militar — que tem sempre uma dose de agressividade — este assunto possa levar a um conflito de características catastróficas e absurdas.

— Pensa que o risco de guerra é iminente?

— De todos os antecedentes, constatamos que existe um grave perigo de guerra. Existe o grave perigo de que uma vez transcorrido o prazo — que em princípio seria 2 de Novembro, mas talvez o proroguem — os argentinos façam a ocupação militar das ilhas em disputa.

— Que atitude irá adotar a Unidade Popular no caso de começarem as hostilidades?

— Eu não me atravessaria a dar uma opinião. Compreende, é uma situação complexa. Mas é dentro

cone sul

destes parâmetros que eu defini, que nos vamos mover. Pensamos que este governo não é adequado para enfrentar uma situação deste tipo. Iremos reclamar a constituição de um governo democrático, amplamente representativo de todos os chilenos para poder enfrentar todos unidos o evento que se vier a produzir.

— A Unidade Popular ou o Partido Socialista, de que é membro, ou alguns dirigentes chilenos a título individual conversaram já com sectores da esquerda argentina?

— Decorreram conversações, mas não creio que tenhamos tratado o tema com a profundidade necessária numa reunião suficientemente representativa. Os partidos comunistas argentinos e chileno — representados pelos seus secretários-gerais — emitiram também uma declaração em que aludem à necessidade de se procurar uma solução pacífica para este assunto. E não aprofundaram muito mais porque, na realidade, os pontos de vista de ambos os partidos diferem. Os comunistas argentinos — a julgar pela declaração do Comité Argentino da Paz — compartilham a teoria do governo do seu país acerca da nulidade da sentença, posição que, obviamente, não é compartilhada por nenhum chileno, nem tão pouco pelos comunistas chilenos. Mas de todas as maneiras é um facto positivo, como foram positivas

as atitudes dos intelectuais argentinos e as declarações das Igrejas dos dois países.

— Como aproveitou Pinochet na política interna do Chile este conflito?

— Como sabe, as contradições nas Forças Armadas chilenas são bastante profundas. O que ficou demonstrado com o incidente do general Leigh. Essas contradições não desapareceram com o tempo, e, naturalmente, tenderão a agudizar-se. Mas este problema veio, de certo modo, congelá-las, amortecendo-as momentaneamente, o que favorece Pinochet.

— Quais são as forças, os sectores e grupos que defendem a cartada da guerra?

— Eu diria que são os militares argentinos quem estão interessados na guerra. Eles vão ganhar a guerra. Do seu ponto de vista não correm nenhum risco. Primeiro, porque aglutinam a opinião pública do seu país em redor deste tema. E, em segundo, porque produzida a invasão militar obtêm resultados, do ponto de vista dos objectivos que perseguem nesta matéria. De forma que penso que os sectores argentinos partidários da *realpolitik* têm que entrar em linha de conta com estas considerações.

Existem, ainda, interesses económicos ligados às investigações sobre os recursos desta zona — alguns chegaram a dizer que a região em causa é uma das grandes reservas alimentí-

cias da humanidade — e, por outro lado, obviamente, se presume um assunto desta natureza não é alheio às preocupações das grandes multinacionais, que podem estar a influir em algum destes países para os levar à guerra.

A IDEOLOGIA REACCIONÁRIA CONDUZ À GUERRA

O outro factor belicista é a própria mentalidade dos governantes de ambos os países. Têm uma mentalidade chauvinista. Eu diria até que o principal factor de guerra é a ideologia reaccionária dos governantes dos dois países. Esta ideologia conduz à guerra, provocou já muitas guerras e continuará a provocar. Ou seja, é o carácter dos regimes chileno e argentino o factor fundamental que está a provocar a guerra.

— Que medidas tomou a Unidade Popular no caso de vir a produzir um confronto armado?

— Nos vários contactos políticos que realizámos, quer a nível de governos, quer com partidos políticos, em que falámos deste tema, temos-lhes pedido que, se a situação se complicar, ajudem a procurar uma solução jurídica para este problema. O que no momento decisivo se poderá reflectir numa reunião das Nações Unidas ou numa decisão do Conselho de Segurança.

Esteban Righi

«a guerra não é inevitável»

ESTEBAN Righi, ministro do Interior durante o Governo popular de Héctor Cámpora na Argentina e figura destacada da oposição ao actual regime do seu país, respondeu assim às perguntas de "Cahernos do Terceiro Mundo" sobre o conflito no "Cone Sul" do Continente:

Existe uma posição comum dos grupos opositores argentinos sobre o diferendo de Beagle?

Eu creio que uma posição que poderia ser comum a todos os sectores democráticos e progressistas argentinos passa por duas grandes linhas: em primeiro lugar, afirmar que este tipo de conflito deve resolver-se respeitando a tradição argentina na matéria, que consiste basicamente em incentivar negociações e de nenhuma maneira recorrer a métodos armados. Em segundo lugar, pretendemos que a negociação respeite a soberania nacional na zona em conflito, sabendo que é uma questão litigiosa.

No entanto, por motivos históricos, devemos estar prevenidos sobre a forma como as ditaduras argentinas têm negociado e comprometido a soberania da Argentina. Um exemplo re-

cente é a discussão entre o Brasil e a Argentina, a propósito do aproveitamento do Rio Paraná, quando a anterior ditadura teve atitudes lesivas para o interesse nacional, na medida em que possibilitou que melhorasse a situação brasileira. E no caso concreto do conflito de Beagle, também a ditadura anterior submeteu o litígio a uma arbitragem em termos não razoáveis, na medida em que a decisão dependia em última instância da Coroa britânica, mais que da intervenção dos cinco juízes do Tribunal Internacional de Justiça. A Grã-Bretanha tem velhos problemas com a Argentina e interesses contrapostos no problema antártico, que é um dos aspectos mais importantes do conflito de Beagle.

Em sua opinião qual a solução para o diferendo?

A título pessoal, diria que o conflito tem três possibilidades de solução. Uma é a guerra. Mas parece-me a pior hipótese. Outra é um acordo entre ambos os Governos, que resolva de maneira definitiva o que se está disputando. Este não parece ser o curso mais provável. A única solução razoável para esta



conjuntura é, então, a postergação do conflito. Esta é uma velha estratégia internacional: quando não há solução negociada para um conflito e a guerra aparece como única alternativa, o sensato é postergá-lo.

Se se acrescenta a isso a existência de conjunturas infelizes em ambos os países, e a convicção de que a arbitragem não seria aceitável para as duas partes, o mais razoável parece ser a postergação.

A FRENTE INTERNA

Que atitudes adoptou o Governo militar em relação aos Partidos políticos, ante a eventualidade de um conflito armado?

Há algumas expressões no seio do Governo argentino que demonstram preocupação pela frente interna. E nos últimos tempos parecia vislumbrar-se uma tentativa de promover aí uma certa coesão. Há uma mudança relativa na atitude do Governo para com os partidos políticos que, tradicionalmente proscritos e submetidos ao silêncio, foram de alguma maneira convocados em função das necessidades.

Utiliza-se a expressão

cone sul - opinião argentina

"inimigo externo", o que obrigaria, segundo a retórica frequente nos últimos tempos, a postergar as divergências internas. Creio que é correcto pensar que um país que enfrenta uma conjuntura difícil necessita ter certa harmonia interna. Mas o caminho para a harmonia interna passa pela democratização do país.

No entanto, a Argentina não necessita da democracia por estes motivos, mas necessita-a devido ao seu problema global de repressão e crise económica. Com um governo democrático, o conflito passará a ocupar o lugar que lhe corresponde, e será mais fácil solucioná-lo.

Acredita que a oposição argentina possa chegar a participar num governo de "unidade nacional"?

Não vejo nenhum indício da possibilidade de que Videla convoque uma participação no Governo. O que há é um pedido no sentido de que haja expressões públicas dos partidos em apoio à posição do Governo no conflito de Beagle.

Isto supõe uma novidade. Antes os dirigentes que falavam de política eram processados. Agora pede-se-lhes que falem. Mas isto não significa de nenhuma maneira que se chame os políticos a comparticiparem no Governo.

A questão não é formar um governo de unidade nacional para resolver o conflito de Beagle. O problema é formar um Governo de

unidade nacional para resolver os problemas globais do país, entre os quais Beagle é um aspecto muito secundário.

Videla conseguiu aproveitar esse conflito para obter um maior apoio político?

Numa primeira época, sobretudo quando é assinado o Acordo de Puerto Montt, em Fevereiro deste ano, a sensação é de que o conflito é utilizado por sectores dentro do Governo para ganhar posições internas. A Marinha aparece nesse momento com uma atitude um pouco mais rígida, frente a um presidente a quem se impõe uma flexibilidade indevida. É provável que se tenha aproveitado o conflito externo para evitar ou postergar problemas internos. De qualquer maneira, creio que isto não é o essencial.

Os problemas reais da Argentina são de tal envergadura que não é suficiente invocar o nacionalismo ou a defesa da fronteira. Creio que há sensibilidade no país para compreender que é necessário defender a soberania nacional. Mas eu diria que se o povo argentino fosse convocado por um governo democrático, saberia que tinha garantias de ser bem defendido e que não haveriam aventuras belicistas.

A OPOSIÇÃO PERANTE A GUERRA

Crê que haverá guerra? Dá-me a sensação de que

há alguns pontos em discussão que podem bem ser conciliados numa negociação bilateral. Por exemplo, é o caso de definir até onde o Chile tem interesse numa saída para o Oceano Atlântico, que parece ser um dos problemas fundamentais.

Vejamos os problemas reais: deixemos de lado a propriedade das ilhas, que parece ser o ponto central, mas não é o mais importante. Creio que há possibilidades de que se respeite o princípio da divisão oceânica e de que se criem os mecanismos de cooperação económica que permitam aproveitar a riqueza da região, que é outro dos pontos em discussão. Creio, além disso, que uma postergação facilitaria uma ação conjunta de ambos os países no que respeita aos seus direitos antárticos. Pois o estranho é que a Argentina e o Chile estejam a discutir direitos antárticos que os grandes países do Tratado Antártico não reconhecem.

Creio então que há matéria de negociação, pelo menos nos pontos onde há menos problemas entre ambos os países. A questão é mais difícil no problema da propriedade das ilhas, que terá que ser vista como se negocia.

Bom, mas que deve fazer a oposição argentina diante do facto concreto da guerra?

Todos aqueles que estamos a favor da paz temos de nos recusar a propor hi-



Esteban Righi, o nosso entrevistado, fez parte do Governo de Héctor Cámpora — que vemos na foto — exilado na embaixada do México, em Buenos Aires, há mais de dois anos

póteses do que fariam em caso de guerra, enquanto não se produzem factos consumados. Nego-me a fazer especulações ou previsões, entre outras coisas

porque as que conheço me parecem bastante censuráveis. Quem de alguma maneira se pergunta o que vai fazer em caso de uma guerra, está alentando a guerra, queira-o ou não.

O que impedia um acordo, ou pelo menos uma declaração conjunta, dos sectores opositores de ambos os países?

Concretamente, não analisei com dirigentes chilenos a possibilidade de fazer uma declaração conjunta. Mas quero assinalar que não houve nenhum acordo no sentido de não fazê-lo. De qualquer maneira, parece claro que se as forças que hoje são oposição na Argentina e no Chile estivessem nos governos dos seus países, certamente não estariam de acordo quanto



ao problema da propriedade das ilhas. Mas o estariam quanto às formas de resolver o diferendo.

Eu não me negaria a uma declaração conjunta na qual argentinos e chilenos democráticos — deixando a salvo as nossas opiniões sobre a zona em conflito — ratificássemos a nossa vocação pacifista sobre a forma de resolver os litígios. Se esta possibilidade existisse, eu estaria de acordo.

GUIA

A equipa dos «Cadernos do Terceiro Mundo» está a preparar a edição de um GUIA DO TERCEIRO MUNDO 1979, a sair no final do corrente ano quer em língua portuguesa quer em espanhol.

O GUIA visa reunir num só volume dados e informação geral sobre os países do Terceiro Mundo, a sua situação e os seus problemas, de forma útil e acessível a um público amplo, e com uma visão progressista, alternativa àquela que se encontra nos meios tradicionais. Será uma obra de divulgação a ser actualizada e complementada a cada ano e que será distribuída em toda a América Latina e nos países de língua portuguesa.

A primeira edição deverá incluir:

- Monografias sobre os países do Terceiro Mundo (cerca de 130), com mapas detalhados e dados estatísticos;
- Temas de actualidades mais relevantes para 1979;
- Biografias de homens e mulheres que tenham lutado pela causa do Terceiro Mundo;
- Principais organizações políticas, económicas e de defesa dos recursos do Terceiro Mundo;
- Países Não Alinhados;
- Almanaque de 1979, com as datas comemorativas mais importantes para o Terceiro Mundo;
- Cronologia dos factos mais relevantes do século XX.

cone sul – a igreja

Em defesa da paz

JÁ em Junho deste ano, o tema de uma possível guerra no Cone Sul da América do Sul era do domínio público, em razão das declarações e atitudes belicistas dos governos da Argentina e do Chile. Nesse mesmo mês, conversaram sobre o tema, no Rio de Janeiro, o bispo Francisco de Borba Valenzuela, presidente da Conferência Episcopal chilena, e o cardeal Raul Francisco Primatesta, arcebispo de Córdoba e presidente da Conferência Episcopal argentina. Foi nessa reunião, que surgiu a convicção de que era preciso fazer alguma coisa.

O momento de tomar partido publicamente chegou em Setembro, quando a tensão entre os dois países chegava a limites perigosos. No dia 12 daquele mês, ambos os bispos assinaram em Córdoba um apelo à paz, que dizia na sua parte principal: "Pedimos às autoridades que, em virtude das suas afirmações cristãs, impeçam toda a actividade belicosa, detenham a envolvente dinâmica armamentista e salvaguardem os legítimos direitos de soberania nacional com um amplo critério de diálogo e de fraterna compreensão", lembrando que "tudo pode ser ganho com a paz, e tudo se perde com a guerra" (Pio XII)".

O cardeal Primatesta explicou que "esta convocatória pela paz corresponde

Carta do Papa João Paulo I aos bispos argentinos e chilenos

"Aeneráveis Irmãos no Episcopado:

Nestes momentos em que, ante a situação existente entre os vossos respectivos países, a vossa responsabilidade de Pastores vos tem impelido a pedir aos vossos fiéis que trabalhem e orem pela paz, desejamos expressar-vos o nosso ânimo de Supremo Pastor e padre comum, para corroborar os vossos esforços em tão meritória tarefa.

Com efeito, em presentes circunstâncias, as suas tensões e ameaças, solicitam a nossa atenção e movem o nosso propósito de sensibilizar a todos os nossos filhos, e a vontade, para que as divergências abertas não exacerbam os espíritos e possam conduzir a imprevisíveis consequências.

Sem entrar em aspectos técnicos, que estão fora da nossa intenção, queremos exortar-vos a que, com toda a força moral à vossa disposição, façais obra de pacificação, alentando a todos, Governantes e governados, para metas de entendimento mútuo e de generosa compreensão para com aqueles que, por cima de barreiras nacionais, são irmãos em humanidade, filhos do mesmo Pai, a Ele unidos por idênticos vínculos religiosos.

É necessário criar um clima generalizado em que, desarmada toda a atitude belicosa ou de animosidade, prevaleçam as razões de concórdia sobre as forças do ódio ou da divisão, que só deixam atrás de si marcas destruidoras.

Ao Príncipe da Paz encomendamos essas intenções, na praça a que, estamos certos, associar-se-ão vós e os vossos fiéis. Para todos os que colaborem nesta magnífica empresa de paz imploramos, com a nossa bendição, a recompensa do Senhor.

Cidade do Vaticano, 20 de Setembro de 1978."



aos anseios do Papa João Paulo I e de todo o povo de Deus, fundamenta-se, essencialmente, em que falamos em nome de Cristo, que é o "Príncipe da Paz" no mundo".

Em termos semelhantes, dirigiu-se, poucos dias depois, o Papa João Paulo I, numa das poucas convocações de conteúdo político realizadas nos seus breves 34 dias de pontificado, aos bispos argentinos e chilenos (ver caixa).

Por sua parte, o cardeal chileno Silva Henriquez, no Te-Deum comemorativo do 168.^º aniversário da independência chilena, assinalou, a 17 de Setembro, na presença do general Pinochet, a urgência de "erradicar definitivamente o espetro, o pesadelo de um possível conflito armado".

Numa atitude valorosa, em momentos em que as forças populares de ambos os países se vêem impedidas de expressar publicamente o seu anseio de paz, pela ameaça de serem acusados de "traição à Pátria", rejeitam-se as manobras belicistas das suas respectivas ditaduras.

Bolívia

Fronteiras indefesas

T RÊS meses depois da tomada do poder pelo general Pereda, e três meses antes do centenário da Guerra do Pacífico, a reivindicação marítima da Bolívia regressou ao primeiro plano da actualidade política no altiplano. Um incidente na fronteira com o Chile, as deslocações de autoridades militares sobre o "espectro da guerra" e outras tomadas de posição, contribuiram para isso. Além disso, o problema situa-se, actualmente, no auge das tensões agudas no Cone Sul latino-americano.

A posição pública do governo é de não se comprometer com o Chile. A 31 de Agosto, em Lima, o Ministro das Relações Exteriores boliviano, Ricardo Anaya, aproveitou a ocasião para definir a posição do seu governo sobre o restabelecimento das relações diplomáticas com o Chile: "Não consta da agenda". Confirmado esta declaração, o presidente Pereda afirmou que a Bolívia "manterá a sua determinação de ruptura com o Chile", em resposta ao discurso de Pinochet, de 10 de Setembro, em que o presidente chileno atribuiu a ruptura das relações entre



ambos os países à situação política interna da Bolívia.

No entanto, Pereda não recusou o convite para presidir à inauguração da Primeira Reunião Nacional Pró-Reintegração Marítima, realizada em Cochabamba, de 14 a 18 de Setembro, sob os auspícios dos Institutos Geopolíticos de La Paz, Cochabamba e Santa Cruz, e do Comité Pró-Mar Boliviano.

Ressalte-se que a campanha, que procura angariar apoio internacional à causa boliviana, deu alguns frutos. A 30 de Agosto, o embaixador norte-americano em La Paz, Paul H. Boecker, reiterou a posição do seu governo no sentido de considerar como tema prioritário a questão do acesso ao mar para a Bolívia e oferecer a cooperação norte-americana para a busca de soluções pacíficas.

A 5 de Setembro, o ministro do Planeamento, Raul Lema Patiño, informou a imprensa que o vice-Ministro de Relações Económicas da República Popular da China tinha-lhe expressado a solidariedade do seu país para com os países sem litoral.

No dia 11, o embaixador venezuelano em La Paz, Pedro Luís Echeverría, insinuou a possibilidade de um

cone sul – bolívia

apoio militar da Venezuela à Bolívia, em caso de agressão por parte do Chile. Isso provocou a imediata reação do governo chileno.

Não obstante, é preciso notar que o governo boliviano não indicou até agora que política pensa seguir em favor da quase centenária reivindicação marítima do seu país, nem que extensão territorial reclama ao Chile.

Foi neste contexto que se produziu a notícia da incursão de efectivos do Exército chileno três quilómetros adentro do território boliviano.

A notícia apareceu no matutino da capital, "Presencia", a 8 de Setembro, como denúncia apresentada pelo dirigente camponês Santos Quispe Vera às autoridades militares no dia 25 de Agosto, e, sem dúvida, confere à questão marítima uma nova dimensão. A versão assinala que na região de Chacoma (Potosí), os invasores se apoderaram de um monte com minas de enxofre, que a zona foi cercada com arame farpado e minada com cargas explosivas, e o Marco 38 da fronteira havia desaparecido.

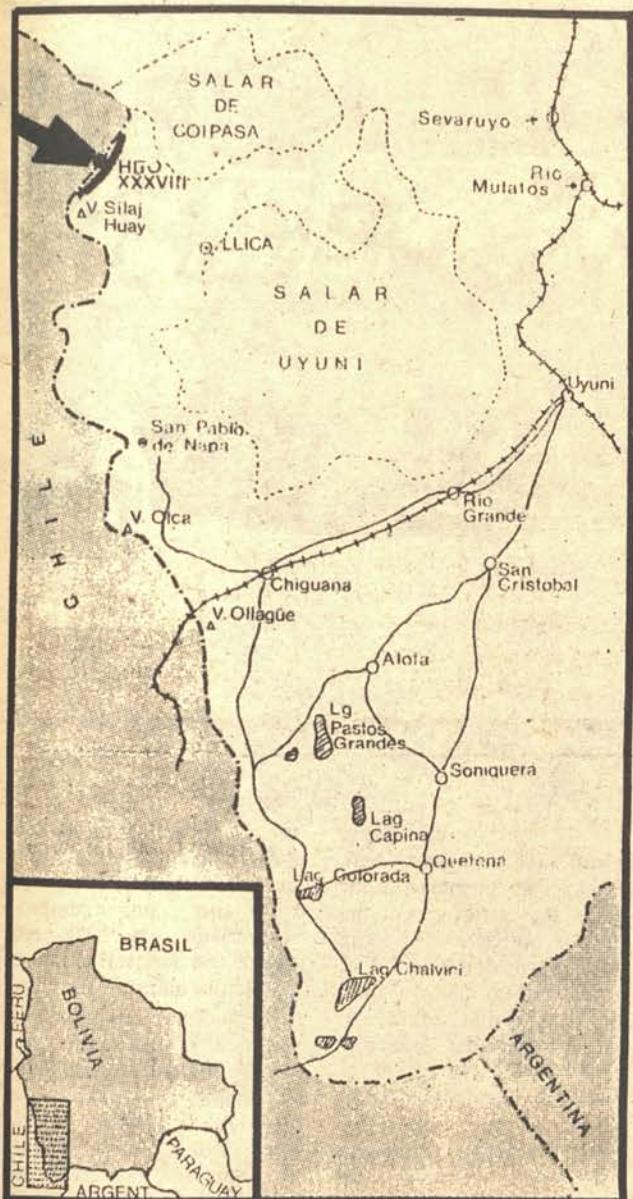
Ante semelhantes denúncias, o Ministro das Relações Exteriores e o da Defesa Naval, general Walter Castro Avendaño, decidiram enviar uma Comissão Investigadora à fronteira, ao mesmo tempo que reclamavam a necessidade de não exagerar o assunto: "O facto de que venha uma pessoa e faça uma denúncia desta natureza, não quer

3 opiniões

Quando instado se tais violações do nosso território se deviam a uma inadequada vigilância das fronteiras, o general Walter Castro afirmou que as fronteiras da Bolívia são extensas e dilatadas (...), que por essas razões é um tanto difícil exercer um efectivo controlo ("El Diário", 8-9-78)

A proximidade do centenário da agressão suscita uma reacção emocional dos povos afectados por ela (...) Se se tem em conta as imprudentes ou intencionadas declarações do novo comandante-em-chefe, as Forças Armadas devem estar ali onde podem e devem assumir a sua missão institucional de resguardar a integridade territorial. O seu posto está nas fronteiras ameaçadas e desguarnecidas e não, burocraticamente entretidas, na Alfândega, na COMIBOL, nas embaixadas ou juntas de freguesia, nem em missão intimidatória e de controlo político, cercando os centros mineiros e rurais (Marcelo Quiroga Santa Cruz, dirigente do Partido Socialista da Bolívia).

O problema da saída para o mar está acima de ideologias. Trata-se de uma aspiração unânime de civis e militares. No entanto, as Forças Armadas sofreram um retrocesso quando, através de Banzer, propugnaram a solução do problema mediante uma compensação territorial. Isto foi totalmente rejeitado pela opinião pública. Actualmente, o governo de Péreda, que é um governo transitório, não tem nem a possibilidade nem o consenso popular para resolver este problema (...) Não somos insensatos para defender um conflito bélico, dado o desequilíbrio e o desenvolvimento do potencial de ambos os países. O problema tem de ser solucionado através da solidariedade interamericana. Hermán Siles Suazo, líder da União Democrática Popular da Bolívia, em entrevista concedida a "Cadernos do Terceiro Mundo" e que publicamos na íntegra em outra parte deste edição).



Fronteira entre a Bolívia e o Chile. No extremo norte, o marco fronteiriço de Hito 38 foi mudado de sítio por efectivos chilenos. A região boliviana em causa é rica em minerais e águas, que os chilenos poderiam desviar para irrigar as suas zonas desérticas do Norte



dizer que devamos ficar nervosos".

O general Ives de Alarcón, comandante do Primeiro Corpo do Exército — com jurisdição sobre a zona — observou, por sua parte, que denúncias deste tipo não eram raras e que, nesta fronteira deserta, eram sempre difíceis de comprovar.

Segundo o "La Pátria" de Oruro, a região invadida abrangeia uns 25 quilômetros quadrados. A Confederação Nacional de Profissionais Liberais reclamou imediatamente ao governo iniciativas pertinentes para conseguir o apoio das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, para que a "voracidade chilena" seja detida.

A 15 de Setembro, um grupo de militares reformados manifestou ao governo a necessidade de adequar as defesas nacionais, e sugeriu o fortalecimento das Forças Armadas "ante uma possível agressão do Chile sobre o nosso território".

Ao que parece, o incidente pôs em apuros o governo, apesar das suas expressões no sentido de desdramatizar o acontecimento. Na realidade, foi a imprensa que denunciou a "invasão", três semanas de-

cone sul



O exército boliviano, uma arma de repressão para uso interno; uma força de ocupação das regiões mineiras

pois do ocorrido o facto. A comissão investigadora, que saiu de La Paz a 9 de Setembro, informou oficialmente que os presumíveis invasores não eram tropas, mas "camponeiros de nacionalidade chilena".

Apesar disso, o matutino "El Siglo" de Potosí publicou, no dia 19, um extenso informe em que dava a notícia da visita à zona do general Alfredo Cortez Rojas, governador do Departamento de Potosí, e confirmava a existência de áreas minadas e de marcas de veículos blindados, além de uma série de fotos comprovativas.

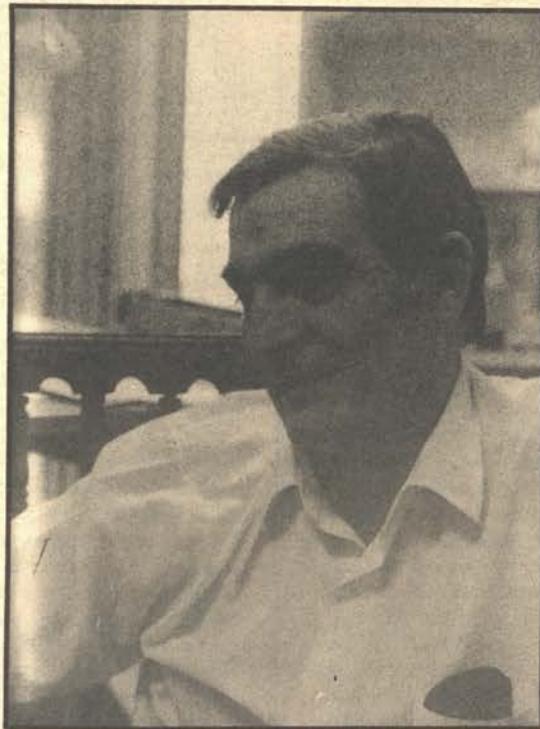
O pouco interesse que a cúpula militar governante em La Paz demonstrou por estes incidentes preocupa muitos bolivianos. O tema da "Guerra do Cone Sul" é objecto de comentário quase todos os dias, e fazem-se as mais variadas especulações sobre a sua evolução. Todos coincidem, no entanto, em que, caso deflagre o conflito, será muito difícil para a Bolívia manter-se à margem.

E observa-se que a região do altiplano próxima à fronteira chilena é rica em minerais de lítio (metal estratégico), sal, enxofre, cursos d'água e, provavel-

mente, urânio, além de que está praticamente desprotegida. O regimento andino "Illimano", por exemplo, foi criado em 1926 em Oruro, na fronteira. O seu emblema, além de destacar a tradicional reivindicação nacional com a frase "dos cimos ao mar", indica claramente a sua função: "na montanha, prevenir é viver". Mas desde 1974 que o regimento se encontra a quartelado nos centros mineiros do norte de Potosí. A sua última ação notória foi a ocupação da rádio mineira Pio XII, que relatamos na secção "Informação" desta revista.

ARGENTINA

o PRT: estratégia táctica e autocrítica



**O seu dirigente, Roberto Guevara
analisa a situação argentina
define o carácter da Junta
e destaca a unidade
como factor decisivo.**

entrevista de José Luís Alvarez

A IMPRENSA internacional costuma apresentá-lo como "irmão do Ché" e costuma assaltá-lo com perguntas sobre a infância e a juventude do guerrilheiro heróico. Mas, mais importante que um mero laço de parentesco — em última instância fortuito — é o facto de ele, também, ter dedicado a sua vida à causa popular. Foi na qualidade de militante político e secretário de Relações Internacionais do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) da Argentina, que Roberto Guevara concedeu esta entrevista exclusiva aos "Cadernos do Terceiro Mundo". Nela não se fala do Ché, mas da Revolução. Como Ernesto "Ché" Guevara teria querido.

Debate-se hoje muito na América Latina sobre o verdadeiro carácter do regime militar instaurado na Argentina em Março de 1976. Como o define o PRT?

A 24 de Março de 1976, deu-se na Argentina um golpe fascista. E aplicamos o qualificativo "fascista", porque, de facto, esse é o seu projecto, apoiado pelas classes mais reaccionárias — a burguesia monopolista e a oligarquia latifundiária — e pelo imperialismo. A definição clássica de Dimitrov, diz que o fascismo é "a ditadura terrorista do grande capital". E o terrorismo de Estado que a Junta Militar argentina pratica, é já amplamente conhecido em todo o mundo. O seu projecto económico beneficia, precisamente, o grande capital monopolista, ainda que se faça à custa dos interesses da pequena e média burguesia.

O golpe dá-se, precisamente, contra um governo — o de María Estela Martínez Perón — que era já lacaio do FMI. Responde aos mesmos sectores das classes dominantes. Formaliza uma situação que já se encontrava antes. No entanto, havia que ultrapassar todas as barreiras constitucionais que ainda impediam um maior desenvolvimento dos métodos repressivos e dificultavam a verticalidade de comando na chamada "guerra anti-subversiva". Foi por isso que, após o golpe, a primeira coisa que fizeram foi proibir as actividades sindicais e políticas e aumentar a repressão a níveis até então ignorados na Argentina.

A RESISTÊNCIA POPULAR

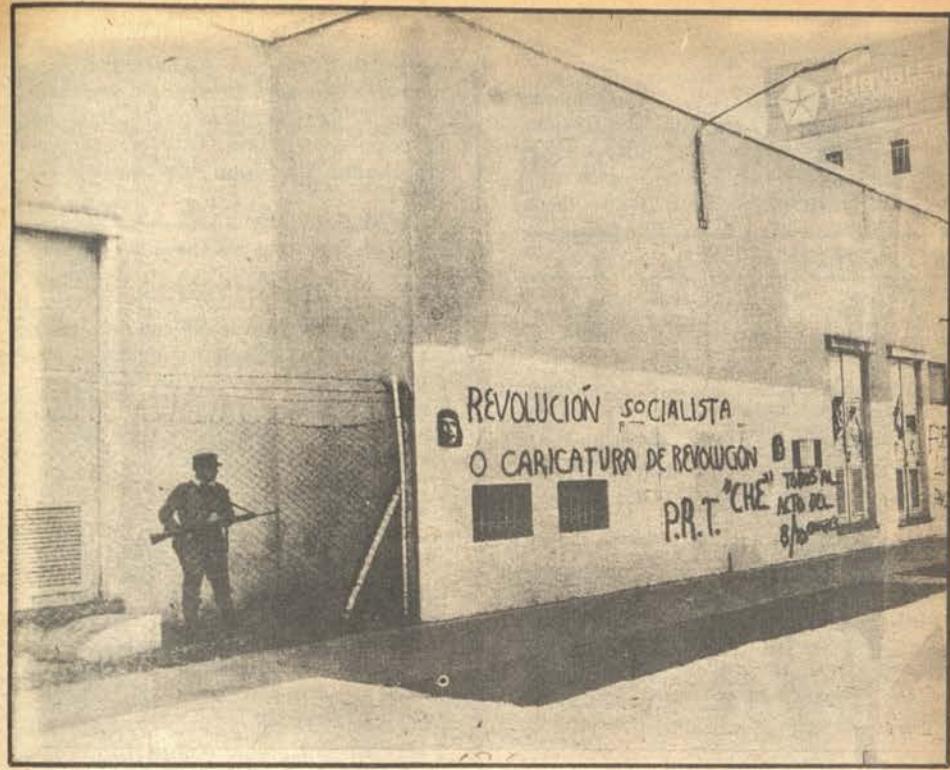
No panorama das ditaduras do "cone sul", apresenta a situação argentina aspectos especiais?

A generalização das ditaduras na região corresponde a uma etapa do desenvolvimento capitalista. A taxa de lucro deixa de aumentar, e a solução que encontram é o capitalismo monopolista de Estado. A acumulação deverá basear-se evidentemente, numa exploração ainda maior. E isso não era possível conseguir-se num regime democrático burguês, com liberdade para as organizações políticas e sindicais que defendem os interesses populares. E, por outro lado, verificava-se ainda uma situação de ascenso das organizações populares que ameaçava apresentar saídas não capitalistas. Esse é o pano de fundo comum às ditaduras do cone sul.

Como particularidade da situação argentina devemos mencionar, em primeiro lugar, a resistência e o espírito de uta da classe operária, que tem uma enorme experiência.

Nos últimos anos, o povo argentino fez fracassar o intento de Onganía e Lanusse, que teve muitos traços comuns com o actual de Videla. Os operários argentinos têm uma longa trajetória de luta e estão organizados numa central sindical única, a CGT. É verdade que a direcção da CGT actuou muito tempo como agente da burguesia. Mas esses mesmos dirigentes desempenham hoje um papel positivo ao se oporem à ditadura. Ao contrário de outros países da região, a Argentina possui, além disso, classes médias numericamente muito importantes. Sem possibilidade própria como classe, estes sectores organizam-se, agora, contra a agressão fascista, já que o projecto do regime implica a sua desaparição.

Tudo isto faz com que na Argentina haja uma resistência extraordinária à ditadura, o que surpreendeu os militares. Por isso se chegou a níveis inéditos de残酷. O movimento operário foi muito atingido, e o número de desaparecidos supera os dez mil. No entanto, cada vez que



O trabalho político nas fábricas: prioridade do PRT

surgem resquícios de liberdade, o povo aproveita-os para conseguir pequenos avanços.

Isso quer dizer que o projecto da Junta não conseguiu consolidar-se...

Assim é. A resistência tão generalizada impediu-o. Não devemos esquecer que na Argentina as organizações revolucionárias estão inseridas no movimento operário. E este viveu uma etapa de recuo até Outubro e Novembro de 1977.

Foi nesse momento que tomou a ofensiva com uma vaga de greves de grande magnitude, onde consegue vitórias parciais mas importantes, como sejam os aumentos de salários, que chegaram a ser na ordem dos 40 por cento.

A luta foi muito dura, e não podemos esquecer que nesses meses chegou a ser emitido um comunicado militar anunciando o fusilamento de um operário, onde não é atribuída à vítima nenhuma actividade guerrilheira, nem sequer a posse de armas, mas apenas acusando-o de estar a instigar à greve.

Esse ascenso vigoroso do movimento operário influenciou outros sectores, que, até então, tinham permanecido no silêncio. Os políticos tradicionais começam a fazer declarações. São censurados, reincidem, e acabam por abrir um certo espaço. Isso permite, por sua vez, uma maior mobilização operária e é por essa época que aparecem as primeiras contradições profundas entre os próprios membros da Junta.

Em que consistem essas discrepâncias?

Ao contrário de outros sectores políticos, nós não consideramos que, por exemplo, Videla seja um elemento democrático, confrontado com outros grupos, esses sim, fascistas. O projecto é fascista e não o deixa de ser apesar das divergências. Mas há que reconhecer que, com o mesmo objectivo, se colocam importantes diferenças de métodos.

Videla defende que não há que abrir gretas, porque a pressão popular poderia obrigar a abrir a porta de par em par. Massera responde com outra analogia:

argentina

Não se pode fechar o vapor na caldeira para além de certos limites, pois senão ela explode.

Os dois têm razão. Esse é o dilema insolúvel para eles. A resposta popular deve ser precisamente aproveitar todas as "gretas" que se apresentem e continuar a lutar por maiores avanços pela democracia.

BALANÇO DO MUNDIAL

O triunfo da Argentina no Mundial não redundou num fortalecimento da Juanta?

Cremos que não. Depois de terminado o Mundial a mobilização operária recuperou o seu ritmo anterior, com uma greve de estivadores no porto, e por medidas de luta na indústria automóvel, em particular na General Motors.

O balanço que nós fazemos do Mundial — para além da alegria do triunfo — é positivo. No exterior, o êxito foi total. A utilização do Mundial para projectar uma imagem positiva do regime, fracassou. E, no interior, criaram-se condições para uma grande mobilização popular. Numa situação como a actual da Argentina, uma mobilização popular não pode deixar de ser política, ainda que essa não seja a sua intenção explícita.

Foi por isso que nós, ainda que reconheçamos a importância e o mérito dos distintos movimentos de solidariedade no estrangeiro, nos opusémos ao boicote. Promover o boicote, era desconhecer o sentimento das massas.

Dentro do mesmo critério, quando nos dirigimos aos governos estrangeiros reclamamos o termo da venda de armas ao regime ou o corte da ajuda militar, mas não o fim das relações comerciais e, muito menos, como propõem alguns, o encerramento das embaixadas dos países socialistas, ou o termo do comércio com o COMECON. As relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas são conquistas do povo argentino. E a revolução não se faz matando à fome o povo.

É o regime quem o mata à fome...

Sim. O projecto económico de Martinez de Hoz implica um desvio massivo da riqueza do povo para os monopólios. Num ano, transferiram-se para os monopólios sete mil milhões de dólares de rendimentos, que, anteriormente, pertenciam aos trabalhadores. O custo social foi

imenso. O salário real baixou para cerca de 40 por cento do que era antes do golpe. E ainda que na versão original, isso se devesse fazer sem afectar a classe média, o que é facto, é que o poder de compra da população decaiu tanto que o comércio e a indústria foram directamente afectados.

As divergências internas que assinalámos são fruto desta situação. O projecto de Massera consiste em escalar esta brutal transferência; propiciar um rendimento aos sectores nacionais da burguesia, de molde a ampliar o mercado interno e a reactivar a economia. É um projecto coerente com os postulados da política de Carter e os interesses da burguesia industrial.

Por sua vez, o projecto de Videla responde às directivas do Fundo Monetário Internacional, beneficia a indústria de exportação, bem como as actividades destinadas ao consumo dos sectores privilegiados do mercado interno. É um processo de concentração acelerada que também afecta os sectores mais débeis da burguesia.

No plano político, isso leva a oposição a agrupar-se. Ricardo Balbín, dirigente do Partido Radical continua a fazer declarações políticas, apesar de ter sido advertido de que estava proibido. Os democra-



Roberto Santucho, secretário-geral do PRT e comandante do ERP, morto em combate contra as forças de Videla: «Deve lutar-se pela unidade dos revolucionários»



Roberto Guevara: «o projecto de Videla corresponde às directivas do FMI»

tas-cristãos realizam um congresso. O próprio almirante Massera faz política, encontrando-se com dirigentes de várias organizações e partidos políticos.

Este processo, como dizíamos, viu-se favorecido pelo ascenso do movimento de massas que, por seu lado, incrementa a mobilização.

Em que ficou então o "Projecto Político" que a Junta propunha como programa de longo prazo?

Díaz Bessone, que tinha ficado encarregue da sua elaboração, teve que renunciar ao Ministério da Planificação. Não se renunciou oficialmente ao "Projecto político", mas, de facto, este já não pode ser aplicado. O que fazem agora, é procurar soluções pragmáticas que mantenham o mesmo projecto económico, que se lhes escapa das mãos, num clima de inflação, de resistência das massas, de reivindicações do movimento operário e de desprestígio internacional.

UNIDADE DA OPOSIÇÃO

Qual o papel da esquerda nesta fase?

Deve-se lutar pela unidade dos revolucionários. Deixar de lado os sectarismos. Para nós, a luta pela unidade é prioritária. É um objectivo revolucionário.

Por outro lado, a total falta de base social com que se confronta a Junta, deve-se traduzir na formação de uma grande frente antitiditorial. Sabemos as dificuldades que acarreta unir, com vínculos orgânicos, sectores tão diversos como os partidos tradicionais e os movimentos revolucionários. No entanto, essa frente vai tomado existência de facto, devido à coincidência de objectivos. E, evidentemente, não nos furtamos ao diálogo político, pelo contrário, impulsionámo-lo.

No entanto, o PRT leva a cabo a luta armada, através do seu Exército Revolucionário do Povo (ERP). Isso não dificul-

argentina ta o diálogo com organizações políticas que procuram manter uma certa margem de legalidade?

Não vemos que seja contraditório. O PRT impulsiona a frente, mas não pretende liderá-la. O processo é favorecido se nós lutarmos, já que, como ficou demonstrado, se abrem espaços políticos que a oposição pode aproveitar. As nossas armas são, em primeiro lugar, a mobilização de massas, e depois a luta política. Empregamos finalmente a luta armada como factor de agudização da luta política. E já assegurámos aos partidos políticos democráticos que suspenderíamos as acções armadas se o inimigo fizer o mesmo em relação a nós. Pensamos que a democracia é o melhor caminho para o socialismo. E é por isso mesmo, que a burguesia utiliza a violência contra o povo e as suas organizações.

As dificuldades que encontra a Junta em levar à prática o seu projecto, não se traduzem no aparecimento de diferentes pontos de vista no seio das forças armadas?

Quando falamos de militares na vida política nunca podemos falar de todo o exército, mas sim de sectores que detêm a força. Constituem uma espécie de Partido Militar onde procuram fazer gravitar tudo o que os rodeia. Mas não esqueçamos que a oficialidade também sofre as mesmas pressões que sofre o povo, ainda que atenuadas pela "distância" e pelo espírito de corpo.

Eu próprio, defendi no partido a necessidade de dar entrada aos militares patriotas e a aprofundar as divergências entre os diferentes sectores das forças armadas. Num momento como o actual, surgem milhares de projectos distintos entre os militares, e as divergências deterioraram, naturalmente, a ditadura.

Do mesmo modo, não podemos ignorar as profundas divergências entre os diferentes regimes militares da região, não podendo actuar como se todos fossem iguais.

A AUTOCRITICA

Nos últimos tempos, o PRT tem sido duramente golpeado pela repressão. Ao mesmo tempo que passou por um processo de discussão interna e de autocrítica, cujos resultados são pouco conhecidos. O



que nos pode dizer sobre a evolução recente do seu partido?

Já em 1970, o nosso partido se definia por uma linha marxista-leninista. Nessa data, saem os últimos sectores trotsquistas. O trotsquismo, na minha opinião, tem consequências nefastas, porque vê o inimigo em todos os lados, menos no imperialismo. Perde de vista o inimigo principal e cria divisões e confusões.

O PRT nasceu com o objectivo do poder, que deixou de ser uma concepção teórica e passou a ser prática; e com a convicção de que a revolução só pode ser feita pelas massas. Estas concepções não só se mantêm, como acabam de ser reafirmadas. A vanguarda deve estar inserida nas massas e não pode dirigir-las de fora. Esta conclusão, fez com que a Argentina seja um dos países latino-americanos onde a inserção dos revolucionários nas massas se levou por diante com maior consequência e resultados. O PRT é um partido operário, quer pelos seus objectivos, quer pela sua constituição.

Entre 1973 e 1976, o PRT registou um enorme crescimento, ao ritmo do movimento de massas; e realizou um intenso trabalho político.

A actividade militar desenvolveu-se a um ritmo semelhante, e durante esses anos, o nosso Exército Revolucionário do Povo levou a cabo ações militares de grande envergadura.

Em 1975 é o ano cúspide da mobilização popular, com greves de grande extensão em Córdoba e Paraná e o famoso "rodrigazo", verdadeiro levantamento popular contra a política económica do ministro Rodrigo, do gabinete da Maria



Estela Perón. É então que se inicia o ataque reaccionário, através da "triple A" e de outros grupos. A mobilização popular começa a diminuir, e o golpe militar de Março de 1976 encontra as massas nesta fase de refluxo. Tanto o PRT como os Mononeros cometem o erro de enfrentar com todas as suas forças, nestas condições adversas, o golpe e, por isso, os aparelhos de ambas as organizações são duramente castigados.

Em Junho de 1976, já tínhamos compreendido a necessidade de acumular forças e não darmos passos em falso, mas as últimas consequências do erro anterior fazem cair a direcção: com a morte de Mário Roberto Santucho, nosso principal dirigente, bem como outros companheiros. O golpe comove o PRT, mas a organização resiste, porque foi cumprida a aspiração de Santucho de criar um verdadeiro partido leninista, que funciona organicamente e é capaz de suplantar os seus dirigentes. Esta reorganização completa-se até Novembro de 1976. Desde então, as perdas diminuíram consideravelmente.

Chegou a ser publicado que o PRT havia renunciado à luta armada...

Evidentemente que tivemos de examinar criticamente o processo do partido. Já falámos do equívoco que significou enfrentar o golpe militar quando as massas estavam desmobilizadas. Outro erro nosso, foi não ter valorizado suficientemente as possibilidades da democracia. Se bem que no período democrático iniciado com o governo de Cámpora, em 1973, o nosso partido tivesse crescido

muito, de facto era possível fazer muito mais.

Esta conclusão leva-nos a pôr o acento tónico no trabalho político, que tem a maior importância.

No entanto, esta autocrítica não nos leva a pôr em causa a utilização da luta armada contra os ataques da reação, nem a disposição de a empregar como parte de uma estratégia de poder, que, basicamente, continua a ser a mesma. E como prova disso, estão as acções do ERP de 24 de Março passado, ao cumprirem-se dois anos de datadura, bem como outras acções armadas mais recentes.

Reafirmamos, porém, o que dissémos publicamente. Estamos dispostos a suspender as acções armadas quando se der uma verdadeira democracia. Obviamente não é esta a situação que se vive, e, por isso, não abandonamos a luta armada.

Após uma repressão tão dura, qual é a força actual do PRT?

A subsistência do partido em condições tão desfavoráveis deve-se à sua inserção no proletariado e nas massas. Isso permitiu que continuemos presentes e atuantes na Argentina. Mas, evidentemente, a organização teve que se ajustar às novas realidades. Levamos a cabo uma descentralização, criando muitos aparelhos pequenos, em vez de um grande e vulnerável. Naturalmente que isso pode retardar a capacidade de resposta, mas é a forma mais apropriada para o momento e para o trabalho nas fábricas, que consideramos prioritário.

MONTONEROS: abertura internacional

Dois dirigentes do Movimento Peronista Montonero falam ao nosso correspondente em Moçambique sobre a política exterior da sua organização.



Yasser Arafat da OLP com Mário Firmenich e Vaca Narvaja, dos Montoneros: estreitar as relações, ultrapassar fronteiras

Etevaldo Hipólito

ADOLFO Gonzalez, representante do Movimento Peronista Montonero para a África e Médio Oriente, e Roberto Vendrell, representante permanente na Tanzânia, realizaram conversações em Moçambique com dirigentes da FRELIMO e dos movimentos de libertação representados no Maputo. A entrevista, que apresentamos aos nossos leitores, é o resumo de uma longa conversa que com eles travamos.

Além da representação que têm no Médio Oriente, inauguraram outra na Tanzânia. Neste momento estreitam laços com a FRELIMO e com os movimentos revolucionários representados em Moçambique. Como interpretar esta política dentro da ação global a nível internacional que desenvolve a vossa organização?

Para nós tem um duplo significado. No campo da luta anti-imperialista mundial, da qual nos sentimos parte integrante, assim como protagonistas do processo de libertação que levam a cabo os povos da Ásia, África e América Latina, existe um componente estratégico, de tipo ideológico. Ele une-nos à luta dos demais povos. No que toca especificamente à África, esta vinculação com os movimentos de libertação radica-se, ainda, em interesses imediatos, que correspondem às necessidades de desenvolvimento das lutas travadas na América do Sul e na África Austral.

Nos últimos tempos tornou-se notória e pública a aliança para estreitar a mútua colaboração entre as ditaduras da América do Sul (concretamente a Bolívia, Brasil, Chile e Paraguai), com os regimes fascistas da África do Sul e da Rodésia. Se bem que não existam ainda provas evidentes, oficiais, é possível já perceber o tipo de colaboração militar e económica que se está a gerar entre ambos os lados do Atlântico Sul. Pensamos que este é um facto concreto que une as lutas de libertação em curso na América e na África. E isso deve ser constatado, entendido e previsto com muita preocupação e atenção por parte dos movimentos progressistas de ambos os continentes.

Em que ponto se encontram as relações dos Montoneros com os povos árabes e as suas respectivas vanguardas?

No que respeita ao Mundo Árabe, o nosso movimento teve, desde a sua origem, uma posição muito clara de apoio às causas das massas árabes e, em particular, do povo que está na vanguarda dessa luta: o povo palestiniano. As nossas relações com a OLP, único e legítimo representante do povo palestiniano, são já antigas e encontram-se consolidadas. Através delas, encetamos uma aproximação concreta a outros governos progressistas do Mundo Árabe.

O nosso movimento deu particular importância aos países que formam a Frente de Rejeição às manobras imperialistas no Médio Oriente. Desta forma, em fins do passado mês de Fevereiro, uma delegação nossa, encabeçada pelo companheiro Secretário de Relações Internacionais, o Segundo Comandante Fernando Vaca Narvaja, levou por diante os contactos com a Frente de Libertação Nacional da Argélia, no sentido de serem estreitadas as relações do nosso movimento e do nosso povo com o povo e o partido argelinos. Este delegação foi integrada pelo companheiro Oscar Bidegain. Primeiro Secretário do Sector Político e ex-Governador da Província de Buenos Aires, a mais importante da Argentina, pelo representante do sector sindical, o companheiro Secretário da Confederação do Trabalho na Resistência, José Dámaso López, pelo companheiro Ernesto Cipión, do sector dos intelectuais, pelo companheiro Fernando Valdón, do sector juvenil e delegado na Europa, e também por mim próprio.

Em Dezembro do ano passado teve lugar uma outra visita do nosso movimento, desta vez ao Partido Árabe Baath Socialista do Iraque, no decorrer da qual se levou a cabo a tarefa primordial do movimento nesta fase: fazer conhecer a realidade do processo revolucionário latino-americano, em particular o argentino.

Com o mesmo objectivo, para além da presença de uma representação permanente em Beirute, junto da Organização de Libertação da Palestina e em contacto com o movimento nacional libanês, estivemos presentes no seminário organizado para o primeiro aniversário do assassinato do mártir popular Kamal Jumblatt, em

argentina

Beirute, tendo sido nós o único movimento de libertação nacional da América Latina que esteve presente no encontro.

Neste âmbito, há que salientar igualmente a visita à República Popular e Democrática do Yemen e o estreitamento de vínculos com o governo líbio.

Pensamos, pois, que o nosso movimento começa a desenvolver (a nosso ver, tardivamente, já que o movimento popular na Argentina tem uma trajectória que se pode remontar aos últimos trinta anos) uma política internacional de que careceu no passado.

O desenvolvimento destas relações com os movimentos de libertação e com as organizações progressistas desta região baseia-se na profunda convicção de que o processo revolucionário a nível mundial está a avançar aceleradamente como consequência da luta desenvolvida.

É também segundo esses critérios que devemos entender os contactos realizados com os dirigentes da Frente POLISARIO e da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN)?

Correcto. Na ocasião do segundo aniversário da República Saharaui Democrática, a 27 de Fevereiro passado, realizámos contactos com a Frente POLISARIO através da estrutura política do governo. O nosso movimento enviou uma delegação ao próprio território saharaui para demonstrar, com a sua presença, o nosso apoio à sua causa.

Também com Timor-Leste as nossas relações se baseiam nos princípios antes enunciados, apesar da distância geográfica que separa o processo revolucionário latino-americano com a luta que trava o povo de Timor-Leste contra o invasor indonésio.

Concretamente com o representante da FRETILIN em Maputo, companheiro Roque Rodrigues, acordamos sobre o apoio mútuo entre a representação exterior da frente e a delegação do Movimento Peronista Montonero, no sentido de organizar um trabalho de denúncia da situação existente na República de Timor-Leste e na Argentina.

TANZÂNIA E ÁFRICA ASTRAL

Qual foi o resultado dos contactos mantidos até ao momento, aqui, na África Austral e na Tanzânia?

Até agora, estabelecemos contacto com três países da "Linha da Frente" e com os três movimentos de libertação que prosseguem a luta nesta parte da África.

Realizamos a primeira visita à Tanzânia, em Setembro do ano passado, em consequência da qual, e do encontro com os companheiros do partido Chama Cha Mapinduzi, se acordou o estabelecimento de uma delegação permanente do nosso movimento em Dar-esSalaam, que funciona, sobretudo, como "bureau" de informação. Trata-se, por parte do nosso movimento, de dar informação sobre a situação na Argentina e na América Latina para esta região de África, já que o conhecimento dos processos africano e latino-americano é escasso, devido, não só à diferença de continentes e à distância que os separa, como, e principalmente, ao cerco informativo que nos impõe o imperialismo através da informação manejada e dirigida pelas agências especializadas do mundo capitalista.

É verdade que este cerco está a ser rompido pela actividade das agências noticiosas de concepção progressista, mas é necessário, de todas as maneiras, reforçar os contactos directos entre os movimentos.

A partir deste centro da Tanzânia estamos a acelerar os contactos com os países da "Linha da Frente" e com os movimentos de libertação que actuam na África Austral. Foi deste modo que foi possível concretizar os contactos com a FRELIMO. Neste momento, prepara-se uma visita a Angola dos representantes do nosso movimento.

Trabalhamos, também, no estreitamento de contactos com a Frente Patriótica do Zimbabwe e com o Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul, bem como com a SWAPO, a organização revolucionária do povo da Namíbia.

No caso específico do Moçambique, que balanço fazem deste primeiro encontro?

Com este encontro estamos a cobrir a primeira etapa da nossa relação com a FRELIMO. Prestamos ao camarada Joaquim Chissano, Secretário de Relações Internacionais do Partido e aos diversos organismos de massas moçambicanos, informações a respeito da Argentina, na perspectiva que o primeiro passo é a solidariedade e o mútuo conhecimento.



Pensamos que 1978 será particularmente demonstrativo das análises que o nosso movimento faz sobre a realidade do nosso país. E, desta forma, ser-nos-á possível contar com uma solidariedade internacional para a contra-ofensiva popular que, pensamos, dar-se-á certamente a partir de 1979.

Em que medida estes contactos poderão pesar na política externa de regimes como o da Argentina, Chile, Paraguai, que, directa ou indirectamente, apoiam os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul?

Sabemos à partida que o espaço político internacional que permite uma aliança pública entre as ditaduras fascistas da América e estes governos racistas é muito reduzido. E é por isso que as negociações entre elestêm lugar sob múltiplas formas. Um as oficiais, outras semi-públicas, muitas delas secretas, e até agora pouco ou nada transpareceu sobre a concretização deste pacto.

Cada país, inclusivé, tem atitudes diferentes conforme a sua situação interna e o contexto internacional. O governo do Brasil é o que cuida mais da sua imagem face à África, devido ao seu interesse em ser o introdutor das formas monopolistas imperialistas no continente africano. Para isso, joga com uma certa imagem favorável que pode apresentar, devido a condições muito particulares, como sejam o facto de compartilhar a mesma língua e, em parte, uma cultura semelhante com alguns países africanos.

A isso se deve a aparente moderação do governo brasileiro em relação ao regime sul-africano. Não é o caso da Argentina ou do Uruguai, que encabeçou, de forma pública, a promoção dos pactos militares e económicos com a África do Sul.

No caso do nosso país, é sabido que a ditadura militar procura desesperadamente investimentos para contrabalançar a recessão económica. E esses investimentos estão a ser mitigados na África do Sul.

A COLONIZAÇÃO RACISTA NA AMÉRICA DO SUL

E seguramente que os acordos negociados prevêm, também, a aceitação, por parte do governo argentino, de colonos que fujam da África Austral...

Sim. Já chegaram à Argentina, para se estabelecerem no Nordeste do nosso país, ex-colonos portugueses de Angola. Paralelamente, colonos provenientes da Rodésia estão a chegar à zona de produção tabaqueira situada na mesma região.

Note-se que esta nova colonização é distinta, em qualidade, da das massas de ex-colonos portugueses que regressaram a Portugal, dispondo de pouco capital, escasso nível tecnológico e pouca capacidade para levar o seu próprio país a um rápido desenvolvimento das forças produtivas nos campos.

O tipo de colono que se procura implantar no nosso país, nas zonas fronteiriças com o Norte do Chile e o Sul da Bolívia, corresponde a um sector económico que se muda para a América Latina com um grande capital, com conhecimento e experiência de tipo tecnológico, que lhe permite fazer coincidir as suas intenções com o desenvolvimento do capital monopolista ligado à agricultura argentina. O objectivo, é gerar zonas de desenvolvimento produtivo agrário que, previamente, serão anexadas ao conjunto dos pequenos e médios campesinos.

Há que assinalar que este campesinato, em geral, não trabalha a sua própria terra, mas a do governo, como sucede no Norte do país. Este processo de colonização não é novo. Foi experimentado nos princípios desta década, entre 71 e 72, por diversas companhias monopolistas do algodão e do tabaco, ligadas a capitais de origem norte-americana. É nesta zona que pretende implantar a rápida exploração das massas camponesas em favor deste novo tipo de colono.

E não é só o caso da exploração dos campesinos, existe outro aspecto do problema. Estes colonos podem serem possuidores de grande capital, chegam e estabelecem um tipo privilegiado de relações com o monopólio, como no caso dos tabaqueiros. Dominam os preços, impõem condições ao resto dos campesinos, que não podem competir com eles. Desta forma, os novos colonos implantam uma nova forma de exploração.

Para além do vínculo económico, existe outro de tipo militar. O Comandante Chefe da Força Aérea Sul-Africana, realizou, recentemente, uma visita ao Chile e à Argentina. Creio que estes são indícios, embora poucos, contudo expressivos, indicativos da direcção em que estão a



Cenas
da vida
argentina...

avançar as forças pró-imperialistas de ambos os lados do Atlântico.

É nessa medida que o nosso movimento concede especial importância a estes contactos entre as forças anti-imperialis-

tas dos dois continentes. No que se refere à situação interna, o avanço das forças revolucionárias em África ver-se-á apoiado pela contra-ofensiva popular na América Latina.

BRASIL

a política salarial dos monopólios



As alternativas de luta propostas por um ex-dirigente do Comando Geral de Trabalhadores (CGT) e ex-deputado da Guanabara pelo Partido Trabalhista Brasileiro

A exploração do trabalho pelo capital coloca o movimento sindical brasileiro diante de inúmeros problemas que em essência, se resumem em três principais: 1. salário; 2.

Hércules Correa dos Reis

condições, duração, intensidade e segurança no trabalho; 3. garantia de em-

prego. Desses, o salário é o que polariza mais as atenções.

A questão salarial no Brasil sofreu uma mudança de qualidade após 1964. Até então, o salário, como os demais preços, era reajustado com base no aumento do custo de vida, segundo o ambiente de pressões e contrapressões de uma sociedade capitalista. A nova política salarial, instituída após o golpe de Estado pró-mônopolios, tem como base os seguintes pontos:

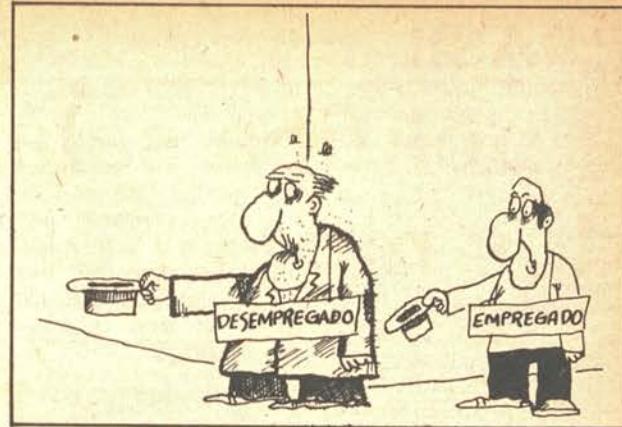
— Reconstituição do salário real médio dos últimos 24 meses. Em 1975 passou a ser de 12 meses;

— Acréscimo da metade da inflação prevista para o ano. Deu-se a isso o nome de "aplicação do resíduo inflacionário".

— Acréscimo de uma taxa de produtividade calculada sobre resultados da economia do último ano. Em 1976 introduziu-se novo factor nesse cálculo que pode alterar a taxa: as relações de troca com o exterior e entre o sector urbano e rural.

O Poder Executivo, através do Presidente da República, dita todos esses dados. A fórmula dos cálculos utilizados não é divulgada. Daí, ninguém pode dizer se são ou não correctos.

Assim, à contratação colectiva de salários entre empregados e patrões foi abolido. A Justiça de Trabalho perdeu seu poder normativo nas questões de revisão salarial. O direito de greve foi restringido nas questões de revisão salarial. O direito de greve foi restringido aos casos do não-cumprimento da lei. Portanto, o Poder Executivo, o Estado, dita tudo sobre salários. As diferenças de datas-bases na revisão de acordos ou



sentenças normativas sobre salários, é a única coisa que restou da política salarial anterior. E criou-se, substituindo o instituto da Estabilidade no Emprego, o Fundo de Garantias por Tempo de Serviços (FGTS) que, ao obrigar o empregado a depositar em conta bancária 8 por cento correspondente ao salário do empregado, possibilita aos patrões anularem, parcialmente, os reajustes salariais impostos pelo Poder Executivo. Ou seja, como o podem fazer livremente, os patrões despedem os trabalhadores dois meses antes da data-base do aumento salarial. Quando são admitidos em outras empresas, recebem geralmente os salários mínimos da categoria. Nessa rotatividade de mão-de-obra, de empresa para empresa, os salários reais diminuem e a classe trabalhadora perde sempre.

SALÁRIOS E MONOPÓLIOS

Essa política salarial inaugurou no país o esquema de acumulação baseado na superexploração represiva da força de trabalho.

Foi completado com a concentração da propriedade e de rendimento, com a crescente dependência do imperialismo, e na perpetuação do sistema latifundiário: monopólio da terra, minifundismo e exploração da força de trabalho no campo por métodos capitalistas atrasados.

Tal política salarial, porém, recaiu somente sobre os trabalhadores urbanos. A sua não aplicação no campo, onde, por haver "excesso" de mão-de-obra, a quase totalidade recebe menos que o salário mínimo e não possui trabalho durante o ano todo, faz dos trabalhadores rurais um "exército rural de reserva" que ameaça, pela "concorrência", os seus congêneres urbanos.

Os resultados, contrafatos aos trabalhadores, da aplicação dessa política, estão fartamente registados na imprensa ao longo dos anos. Os trabalhadores definiram bem essa política dando-lhe o nome de "arrocho salarial". Por outro lado, o governo brasileiro exibe os baixos salários vigentes no país como atrativo para o capital estran-

geiro.

Trata-se, portanto, de uma política salarial dos monopólios, que corresponde ao ingresso do país na fase do capitalismo monopolista de Estado.

O conteúdo de classe dessa política salarial é claríssimo. Não é necessário comentá-lo. Mas interessa examinar as modificações que ela impôs no relacionamento entre os sindicatos, entre os trabalhadores, e com a própria política anterior.

Antes, os sindicatos que tinham força de pressão conseguiram revisões salariais superiores ao custo de vida, enquanto os que não tinham recebiam aumento igual ou inferior, e passavam o resto do ano cobrando-o na Justiça do Trabalho. Agora, todos obtêm o mesmo aumento, consideradas as diferenças de data-base. Só que a revisão salarial é inferior ao aumento do custo de vida.

Antes não se incluia o índice de produtividade na revisão salarial. Agora integra-se uma taxa de produtividade por todos, só que ela é irrisória, comparada à taxa de produtividade nacional, e com isso privilegia os lucros das empresas monopolistas. Antes, o litígio salarial era resolvido entre cada sindicato de trabalhadores e seus correspondentes dos patrões. Agora a "solução" ocorre entre os trabalhadores e o governo, impositor de todos os índices, em nome dos monopólios. A posição dos trabalhadores e do movimento sindical foi, desde o primeiro momento, de condenação e luta contra tal política salarial.

Ao longo dos últimos

quase 15 anos, todos os conclave sindicais pediram, objectiva e comunmente, a "revogação da política salarial vigente, com a consequente restauração do poder normativo da Justiça do Trabalho, que possibilita a livre contratação entre empregados e empregadores". Naturalmente, a luta pelo restabelecimento do direito de greve completa essa orientação.

A luta contra essa política salarial tem sido dura e difícil. E isso é compreensível, pois ela é, praticamente, também uma luta contra o novo esquema de acumulação capitalista montado no país. Os trabalhadores têm percorrido um longo caminho no combate a essa política. Inicialmente foram os protestos em reuniões, assembleias e encontros sindicais. Passaram aos grandes abaixo-assinados com milhares de assinaturas dirigidos ao governo. Nas empresas recorreram aos abaixo-assinados com assinaturas em círculo para evitar a identificação e demissão dos primeiros a formarem o documento, geralmente líderes. Praticaram, nas empresas, as greves "tartarugas" que consistia em produzir lentamente. Os operários qualificados usaram o pedido de demissão colectiva, como forma de arrancar aumento salarial. Recorreram também à "operação zelo", ou seja, gastar a maior parte do tempo limpando as máquinas ou produzindo uma peça "perfeita".

Após todo esse processo de várias formas de luta, no dia 12 de Maio deste ano começaram as greves, ultrapassando abertamente a lei antigreve existente no país.

O motivo foi a compensação dos adiantamentos salariais conseguidos, no ano anterior. Houve lutas diversas, inclusive com pequenas paralisações do trabalho. As greves tendem a se estender. Por isso o governo fez aprovar uma lei que reprime as greves mais ainda. Os sindicatos e os trabalhadores lutam contra essa nova medida governamental.

Os resultados das greves são importantes. Os operários reconquistaram, na prática, o direito de greve, usando sabiamente a conjuntura política do país e o ano eleitoral. Beneficiaram das lutas democráticas gerais e usaram os "espaços cedidos", resultante das crises que se processaram no bloco das classes dominantes. Conseguiram aumento de salários e, em algumas empresas, o pagamento dos dias de greve. Impuseram uma derrota política à orientação salarial do Governo, que trará sérias consequências sobre a política económica e financeira do país.

Mas é necessário reconhecer que as greves não atingiram ainda as grandes massas trabalhadoras, mesmo no Estado de São Paulo, onde se deu a maior participação. A legislação salarial do regime continua intacta. A Justiça do Trabalho decretou as greves ilegais e não considerou o facto, reconhecido pelo próprio Ministro da Fazenda, da falsificação das estatísticas por parte do governo para reduzir ainda mais os salários. A contratação colectiva sobre salários entre empregados e empregadores, funcionou mais como válvula de escape, den-



tro de uma situação concreta, e não se transformou em norma legal. Por fim cabe lembrar que as greves foram dispersas mesmo nas categorias profissionais e nas fábricas.

Porém, é justo e necessário ressaltar o valor, a importância e o carácter político das greves. Elas são o elemento novo e mais importante nos embates políticos contra o regime fascista existente no Brasil. Mas não se deve esquecer que elas são o início de uma jornada. Não se deve perder de vista suas debilidades e dificuldades. E não se deve deixar de ter presente que é necessário encontrar, através do debate amplo e democrático, uma proposta que altere a actual política salarial, a favor do mais possível dos tra-

balhadores, e que expresse e solidifique a unidade, se não de todos, da maioria dos trabalhadores.

Em matéria salarial dever-se-ia pensar numa proposição que, de um lado expressasse as mudanças havidas, e de outro refletisse os anseios manifestados, antes e depois 1964, pelos — trabalhadores que criasse mecanismos para facilitarem a acção unitária dos trabalhadores e dificultassem o máximo possível a acção antidemocrática do Estado. Tal proposição poderia incluir ítems como:

— **Unificação das datas-base** de todos os acordos colectivos e sentenças normativas salariais. Isso significa que todos os aumentos salariais, por exemplo, poderiam ser estabelecidos no dia 1 de Julho de cada ano;

— **O levantamento do custo de vida** seria feito por região económica, cessando o actual "critério" de um dado nacional ou a imposição dos números de um estado para os demais. Esse levantamento seria feito pelo governo, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; pelos patrões, através da Fundação Getúlio Vargas; e pelos trabalhadores, através do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Económicos (DIEESE).

A média do custo de vida de cada região geo-económica, encontrada na relação dos levantamentos das três entidades citadas, reunidas num órgão oficial tripartida, seria automaticamente aplicada nos aumen-

tos salariais no âmbito dos estados componentes da região.

A diferença estatística por ventura existente acima da média da região entre os dados das três entidades, no âmbito de cada estado, seria negociada entre empregados e patrões através de suas representações e, em caso de impasse ou greve, o litígio seria resolvido por lei votada num prazo de dez dias pela Assembleia Legislativa Estadual, que optaria por um dos três levantamentos estatísticos.

A Assembleia Legislativa seria accionada por iniciativa do órgão competente do Ministério do Trabalho, que interviria no litígio a partir do momento em que houvesse impasse nas negociações entre as partes.

A taxa de produtividade corresponderia a metade da taxa média da produtividade nacional do ano anterior, apurada pelo órgão oficial tripartido. Em caso de discordância, a Assembleia Legislativa deveria optar por um dos três levantamentos, conforme o procedimento previsto para o custo de vida.

Em cada ramo de actividade, no âmbito de cada estado, seria apurada a taxa de produtividade, e ali onde ela fosse superior à metade da taxa média da produtividade nacional, que processar-se-ia a discussão entre cada empresa e a representação sindical de seus empregados, para o estabelecimento de contratos colectivos específicos, que incorporassem aos salários os ganhos dessa maior produtividade. Nas discussões, as empresas que provassem, sob perícia contábil, sua e



dos trabalhadores, ser a sua produtividade inferior ou igual à metade da taxa média nacional, estariam isentas desses contratos específicos.

Na discussão e estabelecimento desses contratos colectivos específicos, sempre que houvesse impasse ou greve, o litígio seria resolvido na Junta de Conciliação e Julgamento da jurisdição, cabendo recurso às instâncias superiores.

Faz-se a ressalva de que a Justiça de Trabalho, deveria ser composta através de eleições, com voto secreto e directo. A Justiça do Trabalho, nesses casos, seria accionada pelas partes ou pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, e teria de optar entre a perícia contábil dos empregados ou a da empresa salvo se, no âmbito do Judiciário, as partes chegassem a um acordo.



Essa proposição ou outra semelhante, garantiria inicialmente um aumento salarial a todos os trabalhadores, tivessem ou não os seus sindicatos poder de barganha. Em cada estado, esse aumento do custo de vida local. Os ganhos decorrentes por maior produtividade, seriam negociados nas empresas onde ela fosse maior que a metade da taxa média da produtividade nacional.

Por essa proposição, ao se discutir a incorporação aos salários dos ganhos por motivo de maior produtividade empresa por empresa, abre-se o caminho para enfrentar os problemas referentes às condições de trabalho antes mencionadas.

Quanto à garantia de emprego, deve ser tratada em dois aspectos: em caráter conjuntural, que já é bem enfrentado pelo movimento sindical, quando propõe

a coexistência da estabilidade no emprego com o FGTS; e em caráter estrutural, ou seja, relacionado com o desenvolvimento econômico do país, segundo um plano que inicie um processo de transformação anti-imperialista e anti-lafundista. Esse é um assunto que envolve a vida de toda a sociedade, e exige a intervenção aberta do movimento sindical na vida política do país, com alternativas

próprias, que defendam também, os interesses das demais camadas e classes sociais progressistas.

Para enfrentar bem e com êxito o carácter estrutural, torna-se necessário fazer do movimento sindical um movimento classista e, por consequência, democrático e de massas. Há uma experiência, vivida e sofrida dessa questão, no período anterior ao golpe de Estado de 1964 e que está presente em todas as disputas no movimento sindical actual. Como essa questão se apresentou antes?

Os defensores do movimento sindical economicista aferravam-se à tese, em princípio correcta, de que um sindicato operário tem como missão fundamental e permanente defender as reivindicações económicas dos trabalhadores. A partir dessa tese, consideravam que o movimento sindical não tinha que lutar para acabar com a exploração capitalista, nem intervir na vida política geral do país. Essa foi a posição dos dirigentes sindicais que entre 1962/64 se agruparam no "Movimento Sindical Democrático" (MSD), ligado aos empresários, particularmente aos norte-americanos. A maioria dos dirigentes sindicais que dirigem actualmente as Federações e Confederações de Trabalhadores brasileiros pertencem ao MSD.

Posição idêntica tinham os dirigentes sindicais que se aglutinavam no "Movimento Sindical Renovador". A atitude destes, era motivada mais por incompreensão do que por vínculos com o patronato. A tendência classista era ex-

pressa pelos dirigentes sindicais que se aglutinaram em torno do "Comando Geral dos Trabalhadores" (CGT). Entre todas essas posições havia trabalhadores de todas as tendências políticas e ideológicas.

Os defensores do carácter economicista do movimento dissimulavam o facto de que os trabalhadores, quando se organizam em sindicatos, fazem-no pela necessidade de defender a cada dia os seus interesses face a gana exploradora do patrão como indivíduo e como classe, além da acção do Estado a favor destes últimos. Isso significa que essas reivindicações são defendidas não na estratofera, mas sim na sociedade capitalista. E aqui, no essencial, o determinante são as relações entre capitalistas (que exploram, impondo um sistema de injustiças e desigualdades) e os trabalhadores (que são explorados, sofrendo essas injustiças e desigualdades).

Estas são decorrências naturais do sistema capitalista e não da maldade de um patrão ou de um político burguês. A solução para liquidá-las, não está em buscar substituir o "mau" patrão pelo "bom", ou o "mau" político burguês pelo "bom". A solução é o socialismo; a apropriação colectiva dos meios fundamentais de produção, e o exercício do poder do Estado pela classe operária, em comum acordo com as camadas sociais e forças políticas interessadas no socialismo.

É claro que o sindicato não é o instrumento para realizar essa transformação. Isso cabe aos partidos políticos. Mas o movimento

sindical é uma força interessada nessa transformação e deve, assegurando sempre a unidade dos trabalhadores, procurar esclarecê-los dentro desse espírito.

O confronto dessas posições, marcava toda a acção diária do movimento sindical antes de 1964. E, na actualidade, essa pugna vem-se desenvolvendo mais aceita do que antes. Ontem, como hoje, trata-se de saber se os trabalhadores devem ser preparados para liquidar o sistema capitalista, ou para se contentarem com a venda da sua força de trabalho por um melhor preço (isso na relação directa entre trabalho e capital), ou se, concretamente, devem actuar e intervir politicamente em toda a vida do país e não aterrem-se aos estreitos limites da vida sindical economicista, no movimento geral da sociedade brasileira.

(*) Hércules Corrêa dos Reis, dirigente operário têxtil no Rio de Janeiro, desempenhou vários cargos no movimento sindical brasileiro e, inclusive, foi um dos dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores, além de deputado estadual no antigo Estado da Guanabara, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Actualmente, está exilado na Europa.

assine

cadernos do
terceiro
mundo

BOLÍVIA

o povo impõe a democratização

Hernán Siles Zuazo analisa para os
«*Cadernos do Terceiro Mundo*» a
situação política boliviana depois
do golpe do general Juan Pereda e da
fraude eleitoral.



Fotografia de Samuel Yavelberg

entrevista de Marcelo Dias

Hernán Siles Zuazo, que seria hoje o Presidente da Bolívia, não fosse a fraude eleitoral e o "quartelazo" do general Juan Pereda, o delfim de Hugo Banzer, esteve recentemente em Portugal onde participou na Conferência da Internacional Socialista, que se debruçou sobre a questão da democratização na América Latina. Em conversa aberta com Marcelo Dias, Hernán Siles Zuazo analisa, para os nossos leitores, a situação política que se vive no seu país depois do golpe do general Juan Pereda, a fraude eleitoral, bem como as perspectivas futuras para a frente política que lidera (a União Democrática e Popular) e para o seu país.

Este ano tem sido particularmente movimentado na Bolívia. Foram conquistadas a Amnistia Geral e as liberdades políticas e sindicais. Por outro lado, deu-se a fraude eleitoral e o golpe de Pereda. Como vê todos estes acontecimentos?

— Bem, é necessária uma referência breve à greve de fome iniciada por quatro mulheres mineiras, que exigiam o restabelecimento do direito dos bolivianos viverem livremente na sua Pátria e recuperarem os direitos políticos e sociais, cancelados durante sete anos de ditadura. Esta greve de fome, a que aderiram mais de mil cidadãos bolivianos, foi o culminar da luta, na clandestinidade, nas prisões e no exílio, das organizações revolucionárias e populares, particularmente daquelas integrantes do movimento operário, surgidas a partir da revolução de 1952.

Actualmente — como consequência desta luta — o povo boliviano impôs a democratização do país, não obstante, primeiro a resistência de Banzer e, depois, o golpe do general Pereda.

Apesar do seu isolamento político e da sua desmo-

ralização, o general Pereda ainda conseguiu mobilizar uma certa força política, na cidade de Santa Cruz, para apoiar o golpe. Como explica isto?

— Sempre que a direita se vê encerrada na região ocidental do país, que é a mais densamente povoada, transfere os seus quadros para Santa Cruz, onde age politicamente escudada em reivindicações de cunho regionalista e até ameaças separatistas.

Isto sucedeu entre 1956 e 1960 e, agora, este fenómeno se reproduziu, depois da derrota eleitoral e da fraude de Pereda. Transfériu quadros para Santa Cruz e, daí, iniciou uma campanha contra nós, que logo desembocou no golpe, dias mais tarde.

Aliás, existe um outro ingrediente, menos conhecido: concentra-se em Santa Cruz o tráfico de drogas que financia os sectores mais reacionários da região e os seus grupos paramilitares.

Este tráfico, bem como o contrabando em geral, é feito a bordo de aviões oficiais da empresa Loyd Aéreo Boliviano e de aviões da própria Força Aérea...

Tem uma ideia aproxi-

mada das cifras verdadeiras das eleições presidenciais de Julho?

— Segundo informações de alguns altos funcionários do governo Banzer, simpatizantes de candidatos da oposição, esta, no seu conjunto, obteve pouco mais de 50 por cento dos votos mas este resultado foi totalmente fraudado.

O golpe de estado de Pereda, feito para garantir a fraude, teve, não obstante, características distintas do de Banzer, em 1971, ou dos golpes do Chile, em 73, ou da Argentina, em 76. As conquistas democráticas da greve de fome, do início do ano não foram tocadas, e a repressão não se abateu de forma massiva sobre as forças populares. Como explique este facto?

— Atribuo isto ao processo de luta popular e ao movimento operário que impuseram o respeito pela democratização e pela vigência das liberdades no país. Que impuseram, igualmente, a convocação de um novo processo eleitoral. Pereda já admitiu novas eleições, ainda que não tenha definido imediatamente o prazo. Assinalou vagamente 1980.

O povo exige 1979. Essa exigência exprime a saturação do povo diante do constante uso da força, e não poderá ser detida nem por Pereda nem por nenhum outro governante militar.

As Forças Armadas, a reacção, os meios empresariais esgotaram a sua capacidade de repressão.

AS FORÇAS ARMADAS

Mas não existe o perigo de uma "solução argenti-



na" como corolário da actual situação ambígua, de, por um lado, vigência das liberdades conquistadas e avanço das forças populares e, por outro, da existência de um governo ilegitimamente apoiado na força das armas e do aparelho repressivo?

— Não existe esta possibilidade actualmente por parte das Forças Armadas. Repito: esgotaram a sua capacidade de repressão. Sobretudo agora que existe solidariedade a nível internacional. As contradições no seu próprio seio são demasiado profundas...

Existem sectores militares favoráveis a uma democratização total?

— Um importante sector das Forças Armadas, sobretudo a nível de coronéis, maiores e oficiais de menor graduação — segundo informações dignas de fé — defende a democratização, o mais breve possível.

Se o prazo das novas eleições ainda não foi definido é em função da pressão de

um sector militar "duro", responsável, no passado, de crimes políticos e repressão muito cruel que, ao prolongar o regime, procura evitar o julgamento das suas responsabilidades, que, seguramente, iria afectá-los muito.

Se existe um importante sector democratizante nas Forças Armadas bolivianas, então porque não aparece para impedir o golpe de Pereda?

— Porque no comando das unidades encontravam-se chefes militares que defendiam o seu próprio enriquecimento ilícito dos últimos anos e que temiam o julgamento das suas responsabilidades. Somou-se a isso certa cobertura internacional e, também, o facto de muitos oficiais terem visto no golpe uma maneira de livrar-se de Banzer para depois tratar de Pereda.

Nas actuais circunstâncias, as Forças Armadas já se encontram influenciadas por um sector jovem, partidário da democratização

do país. Este sector teme que o Exército e a Força Aérea sejam novamente rebaixados, como sucedeu em 1952. Querem preservar a sua instituição e procurar a sua reaproximação com o povo, através da convocação de eleições que descongestionem uma situação tensa, como é a que persiste actualmente, junto aos sectores populares do país.

O APOIO POPULAR

Que balanço faz do desenvolvimento do movimento popular, partindo da greve de fome e passando pelas eleições?

— Nas eleições, os trabalhadores das minas votaram na sua quase totalidade pela Unidade Democrática e Popular (UDP). Também os das fábricas e a maioria camponesa, cujo voto foi decisivo, por constituirem cerca de 60 por cento da população do país.

Esta participação do movimento operário e campo-

nês ampliar-se-á bastante nas próximas eleições, estou seguro.

Existe alguma perspectiva de ampliação da UDP a outras forças de esquerda que actualmente não fazem parte dela?

— Bem, falei da ampliação da vitória da UDP com relação a Julho passado. Logicamente, a unidade das forças classistas no país não significa unanimidade.

Nas eleições de Julho, pequenos sectores trotskistas e o Partido Marxista-Leninista colocaram através da FRI (Frente Revolucionária de Esquerda) uma candidatura alternativa à nossa, a do sr. Juan Lechin. No entanto, obtiveram apenas 20 mil votos em 2 milhões. É possível que revêjam esta posição e se juntem à frente democrática propugnada pela UDP, formada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNR-I), do qual faço parte, pelo Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), pelo Partido Comunista e outras organizações. Espero que entrem para a frente democrática para recuperarem o poder para o povo. Há negociações neste sentido.

O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) foi o leito histórico da revolução de 1952. Hoje os seus principais líderes, você, Victor Paz Estensoro e Juan Lechin estão divididos, cada um com o seu grupo. A que atribui esta divisão?

— Fundamentalmente porque em 1971 o MNR, dirigido pelo dr. Victor Paz, pactuou com Banzer e os empresários mineiros para o derrube do governo do

general Juan José Torres. Esta atitude determinou a sua caducidade ideológica, levou à sua divisão e ao nascimento do MNR — de Esquerda, consequente com a Revolução de 1952.

Quanto a Lechin, dirigente mineiro, actuou permanentemente no quadro da COB (Central Operária Boliviana) e teve críticas para com a UDP, da qual faz parte o MNR-I. No entanto, nas eleições, Lechin obteve somente 2 ou 3 por cento do eleitorado. Isto mostra que a UDP expressa melhor e de maneira mais eficaz, os interesses populares...

A CONQUISTA DO PODER

Considerando que a UDP obteve, segundo as próprias cifras da fraude de Pereda, 22 por cento e o seu "escoré" real deve ter ficado entre os 25 por cento e os 30 por cento, é perfeitamente viável que no caso de eleições livres, em 1979 ou 1980, chegue ao governo. Nesta hipótese, como pretende evitar a repetição do que aconteceu no Chile, com Salvador Allende?

— Se houver eleições livres estou absolutamente certo que a UDP chegará ao governo. A situação boliviana é diferente da do Chile de Allende. Partimos da base de algo já consagrado que é a revolução de 1952 e chegariam ao poder com uma ampla base social. Com isso, e com uma solidariedade internacional, penso que poderíamos gerar condições diferentes das do Chile.

Não teme ver a Bolívia convertida numa espécie de "oásis" progressista, cerca-

do por ditaduras de todos os lados?

— A Revolução de 1952 foi o movimento revolucionário mais profundo que já ocorreu na América do Sul. Só tem paralelo com a mexicana — anterior — e com a cubana, posterior. Em 1952, estávamos rodeados por governo oligárquicos. Agora, creio que temos como perspectiva uma democracia estável, frente a qualquer propósito de interferência no nosso propósito de viver livremente e avançar rumo ao progresso. Ainda mais agora, quando existe solidariedade internacional por parte do socialismo democrático europeu e dos processos democráticos de outros países, e quando já não é mais absoluto — nem irresistível — o predomínio dos interesses do imperialismo norte-americano, conforme sucedia em 1952...

Quais seriam as reformas económicas e sociais a serem implementadas pela UDP no governo?

— Na Bolívia, mais de 70 por cento da actividade económica já está estatizada, como legado da revolução de 1952, que também promoveu a Reforma Agrária. A grande mineração e os Yacimentos Petrolíferos Fiscales (Jazidas Estatais de Petróleo), bem como outras actividades, estão nas mãos do Estado. O que a UDP defende são profundas modificações na gestão deste amplo sector público. As empresas estatais são actualmente o feudo da clientela política da ditadura militar. Queremos que se restabeleçam as suas funções de empresas do Estado através da participação



O general Juan José Torres, interlocutor que Allende não teve

operária na sua gestão e administração.

Existe, por outro lado, um acordo das maioriais nacionais que participariam deste governo sobre a necessidade de uma melhor distribuição dos recursos nacionais, tanto em investimentos, que promovam o desenvolvimento económico e social, quanto a salários. Estamos a elaborar, neste sentido, um modelo económico que será apresentado nas próximas eleições.

É necessário, com a ple-

na participação das classes maioriais do país, conhecer as limitações da nossa economia dependente, para poder superá-las. A partir deste conhecimento, dar prioridade aos investimentos de desenvolvimento, sem dependência, e, logicamente, às reivindicações justificadas de aumentos de salários e segurança social, dentro do que permitir esta realidade. Este processo, assim iniciado, deverá ir-se aprofundando até lograr o desenvolvimento integral do povo boliviano.

A Bolívia tem uma estrutura económica "sui gêneris" na América Latina: a sua burguesia é fraca, e o sector estatal forte. Qual seria a base social do actual regime militar?

— Existe uma burguesia parasitária que depende fundamentalmente da actividade comercial legal e ilegal (refiro-me ao contrabando), mas isso não é suficiente para formar uma base social para o regime. A sua base são as Forças Armadas e certos sectores de empregados públicos filiados na Falange Socialista.



Mas houve importantes sectores do campesinato que apoiaram governos militares, o de René Barrientos, por exemplo...

— A evolução política do campesinato foi notável, em consequência da revolução de 1952. A Reforma Agrária pôs fim a quatro séculos de dominação feudal e de discriminação.

Em todo o altiplano, e na zona interandina, os camponeses participaram com o seu esforço e trabalho na campanha da UDP. O campesinato foi um dos factores da nossa vitória eleitoral.

O campesinato actual, não é mais o do tempo de Barrientos, e, muito menos, o de antes da revolução de 1952. Conforme o manifestaram os seus jovens dirigentes, na recente campanha eleitoral, sentem-se filhos da revolução e integrantes do seu processo, retomado depois da vitória da greve de fome.

Logos após o golpe de Pereda, o primeiro gesto massivo de resistência partiu de camponeses. Houve resistência numa zona próxima a La Paz, que se chama Yungas, onde se deu

uma operação militar. Uns 20 camponeses foram presos e outros mil fugiram para as montanhas próximas.

SAÍDA PARA O MAR

O drama nacional boliviano é a perda da saída para o mar depois da guerra com o Chile. Este problema sensibiliza os boliviões, geração após geração. Os governantes militares, porém costumam explorá-lo de maneira demagógica para desviar as atenções sempre que há alguma crise. Como vê esta questão?

— O problema da saída para o mar está acima das ideologias. Trata-se de uma aspiração unânime de civis e militares. Porém, as Forças Armadas sofreram um retrocesso quando, através de Banzer, propugnaram a solução do problema através de uma compensação territorial. Isto foi totalmente rejeitado pela opinião pública. Actualmente, o governo de Pereda, que é um governo transitório, não tem nem a possibilidade, nem o consenso popu-

lar, para resolver este problema. As bases para a posição boliviana com vista a uma solução só podem ser legitimamente definidas por um congresso livremente eleito, depois que se constitucionaliza o país. O assunto do mar só pode ser resolvido com consenso popular.

Considera uma guerra com o Chile pela reconquista da saída para o mar uma hipótese plausível?

— Não, de nenhuma maneira. Não somos insensatos para defendermos um conflito bélico, dado o desequilíbrio e o desenvolvimento do potencial de ambos os países.

O problema tem que ser solucionado através da solidariedade interamericana. Deve encontrar-se uma solução pacífica para um conflito que pode ensombrar as relações na América do Sul, principalmente entre Peru, Chile e Bolívia, da mesma forma que o problema entre o Chile e a Argentina, em torno do canal de Beagle.

Na época em que Allende governava o Chile e o gen. Juan José Torres era presidente da Bolívia, houve contactos preliminares para a solução deste problema...

— Evidentemente, isto sucedeu. Allende desejava uma solução justa, mas a sua situação era difícil em função da pressão dos militares chilenos. Torres foi logo derrubado, e Allende viu-se privado de um interlocutor.

Em todo o caso, creio que é muito mais possível que o problema seja solucionado entre dois governos democráticos, do que entre duas ditaduras.

CHILE

O caso Letelier



*Castigar apenas os autores directos,
e omitir quem deu a ordem de execução,
equivaleria a punir os palhaços
e perdoar o dono do circo.*

Herbert Dooley

Fouché:
Excelência,
temo que o
fusilamento
de Enghien
tivesse sido
um erro.

Napoleão:
Pior que is-
so, foi uma
estupidez.

A informação mais recente acerca das investigações que a justiça dos Estados Unidos leva a cabo sobre o assassinato de Orlando Letelier e da sua secretária, Ronni Moffitt, ocorrido através de uma poderosa bomba a 21 de Setembro de 1976 em Washington, mostra a directa responsabilidade do ex-chefe dos Serviços Secretos chilenos, e de, pelo menos, quatro dos seus subordinados. O general Contreras, o coronel Espinoza e o capitão Fernández Larios, todos das forças armadas chilenas, tornam-se tão responsáveis como o americano Townley e a misteriosa Walker Martínez, bem como os seus cubanos anti-castristas que anteriormente haviam pertencido à CIA.

Mas a conclusão mais relevante do inquérito é a de que nada poderia ter-se realizado sem o conhecimento e a aprovação prévia do presidente de Junta Militar, o general Pinochet. É por isso, que os "Cadernos do Terceiro Mundo" incluem neste número o presente artigo, no momento em que se cumprem dois anos daquele trágico acontecimento, como se de uma

respeitosa homenagem à memória das vítimas se tratasse.

Orlando Letelier, ex-embaixador do Chile nos Estados Unidos, ex-Ministro das Relações Exteriores durante um breve período da presidência de Salvador Allende, sabia-se vigiado de perto desde há alguns dias. É possível que tenha pensado que se tratava, como de costume, de pretender saber quais eram os seus contactos e amizades, operação habitual dos serviços de espionagem que não o devia procurar, já que não tinha nada a ocultar. Talvez nunca tinha imaginado que isso constituía o prelúdio de um atentado contra a sua própria vida.

Quem poderia ser tão imaginativo ao ponto de prever que na própria capital dos Estados Unidos, se iria produzir um acto de terrorismo só imaginável na literatura de ficção ou nos registos do FBI respeitantes ao gangsterismo organizado na década de 20, nesses anos loucos em que os "Dutch" Schultz, Lepke Buchalter e Al Capone se disputavam, de metralhadora na mão, a direcção dos negócios proibidos?

É também provável que essa confiança em que, em Washington, "não podia ser possível" o cometimento de delitos contra a vida humana, do tipo dos perpetrados na sua pátria por Augusto Pinochet, o tivesse feito discutir a sua protecção, o que o converteu em presa fácil para os seus assassinos. O que mais im-

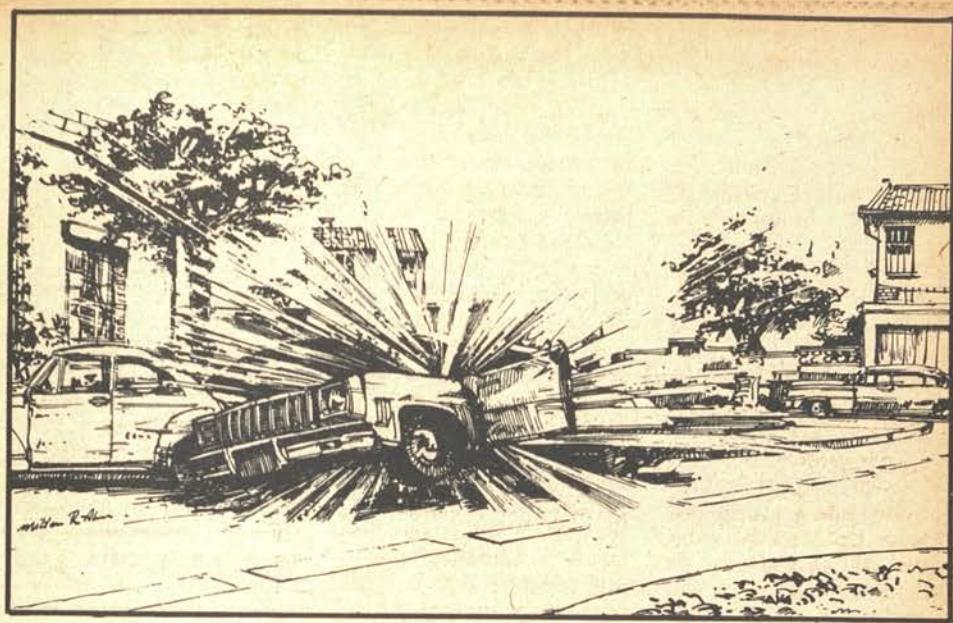
pressiona, para além do crime em si mesmo, é a modéstia de Letelier a avaliar o ódio que Pinochet nutria por ele.

AS RAZÕES DE PINOCHET

Por razões óbvias, não estamos em condições de comprovar se o ditador chileno via em Letelier uma alternativa civilista capaz de catalizar adesões políticas mais plausíveis que se emitiram para explicar a morte do general Carlos Prats em Buenos Aires, um ano antes. Mas Prats era um militar, e a sua figura infundia respeito até aos próprios homens de mão de Pinochet que o conduziram, sem documentação e de mãos atadas, à fronteira argentina, logo após o golpe de Setembro.

Se Pinochet fosse derrubado, como se murmurava em meados de 1975, o seu sucessor só poderia ser outro militar. Se Pinochet o privou da cidadania algumas semanas antes ao crime de Washington, não foi para "arrumar" com um possível competidor presidencial, mas porque, no conjunto de motivos que o induziram a dar a ordem de matar — e não cabe na cabeça de ninguém que o seu homem de máxima confiança, Manuel Contreras Sepúlveda, tivesse actuado sem o seu conhecimento nem autorizanão — se misturaram, tal como no caso de Pratts, razões pessoais e justificações políticas.

Pinochet, no entanto, esgrimiu o argumento de que se tivesse querido matar Letelier, ou anulá-lo, lhe teria bastado negar a saída do Chile, no tempo em que



21 de Setembro de 1976. O assassinato de Letelier segundo a reconstrução de Milton R. Alves

Letelier era ainda seu prisioneiro, na ilha de Dawson. O que não deixa de ser verossível, como o demonstram, em sentido contrário, os casos de José Tohá e do general Bachelet.

Mas Letelier, porém, foi dos poucos prisioneiros por quem a administração de Gerald Ford, respondendo a pressões internacionais, se interessou realmente por resgatar. E depois de o recuperar com vida, concedeu-lhe asilo incondicional nos Estados Unidos. Pinochet cedeu neste caso, porque não tinha outro remédio, e, também, porque não imaginava o uso que o prisioneiro, então libertado, ia fazer da sua liberdade.

LETELIER NOS ESTADOS UNIDOS

Letelier, por seu lado, havia residido o tempo suficiente nos Estados Uni-

dos para conhecer, com a sua inteligência e perspicácia, os mecanismos com que se movem a diplomacia, a política, a alta finança e o Congresso em Washington. Se o pai da pátria cubana, José Martí, pôde escrever "Conheço o monstro, porque vivi nas suas entranhas", Orlando Letelier gozou desse mesmo privilégio, com a vantagem de ter vivido no coração do país, e não nas suas entranhas, o que o permitiu distinguir, entre o emaranhado de interesses e influências em pugna, os elementos ligados ao poder, ou as instâncias governamentais que não compartilhavam necessariamente da mentalidade, nem dos pontos de vista, dos Nixon e dos Kissinger.

Ou por outras palavras, gente que, se não tinha simpatia alguma pelo governo de Allende e pelas

suas inclinações socialistas, sentia graves escrúpulos de consciência em se identificar com o regime de Augusto Pinochet. Simplesmente porque os remanescentes do liberalismo tradicional estado-unidense persistem em cultivar à flor da pele uma repulsa inata pelo fascismo.

Foi em direcção a esses sectores liberais que Orlando Letelier recorreu, para combater os opressores da sua pátria. E, pelo que podemos perceber hoje, a sua actuação foi tão frutífera, como certeira a sua percepção política.

Mencionámos a presença de motivos de ódio pessoal em Pinochet. Não devemos ignorar este elemento, entre outros motivos, porque, tal como no caso de tantos ditadores notórios, junta a uma inteligente estúcia animal, velhos ressentimentos, frustrações e complexos in-

teriorizantes, o último dos quais, por mais recente, é o mais difícil de suportar: a dupla traição ao seu chefe natural militar, o general Carlos Pratts, de quem foi representante junto de Allende, e a traição ao seu chefe natural civil, o presidente constitucional que o elegera comandante-chefe das forças armadas chilenas.

O ÓDIO DOS TIRANOS

Letelier ganhou o ódio irracional de Pinochet quando, na segunda semana do mês de Fevereiro de 1975, ao discursar no México durante a III Reunião da Comissão Internacional Investigadora dos Crimes da Junta Militar do Chile, fez esta descrição patológica-psicológica do ditador: "Quando escutava ou lia os discursos de Pinochet surgia m-me sempre dúvidas acerca da sua capacidade intelectual. Mas posso assegurar que é um gênio. Um gênio da traição. Na segunda-feira, dia 10 de Setembro, um dia antes do golpe, recebia em audiência o general Pinochet, que fez alarde das suas convicções democráticas, da sua lealdade a Allende, da sua honra de soldado. E, no entanto, 48 horas antes havia subscrito um documento em que se comprometia a derrubar Allende..."

Letelier deu muitos mais detalhes sobre a actuação de Pinochet, de que era conhecedor. Esse discurso, tornado público dentro e fora do México chegou, obviamente, às mãos do principal acusado. É possível que possa parecer um exagero, que uma simples ecusão de deslealdade provo-

casse, da parte de Pinochet, uma condenação à morte. Não sabemos a verdade total, mas, por aproximação psicopatológica, e na base de antecedentes semelhantes, é possível quase que chegar a uma certeza por simples analogia.

Benito Mussolini odiava sobretudo aqueles, que por o conhecerem desde os tempos em que era militante socialista, criticavam duramente as suas práticas fascistas. Os irmãos Roselli foram assassinados em Paris por sua ordem, da mesma forma que, dentro da própria Itália, foi assassinado o parlamentar Giacomo Mateotti.

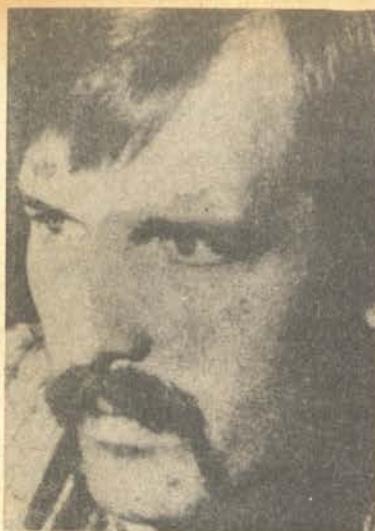
Na América Latina não faltam exemplos de crimes semelhantes, como os que mandava executar o ditador cubano Geraldo Machado ou, no caso mais parecido ao de Letelier, o do sociólogo e historiador Jesus de Galíndez, que sequestrado e drogado em Nova Iorque por ordem de Rafael L. Trujillo, foi transportado de avião até Santo Domingo, onde o próprio satrapa lhe deu os primeiros golpes do seu martírio final. Atado de pés e mãos, foi içado por meio de uma roldana e, de cabeça para baixo, descido lentamente até uma tina de azeite a ferver. O que dele restou, foi lançado ao mar do Caribe.

Se Trujillo não pôde perdoar a Galíndez, que projectava apresentar como tese de doutoramento, na Universidade de Columbia, um trabalho sobre o governo do ditador, que este só chegou a conhecer no momento do sequestro, pode deduzir-se, por analogia, que Pinochet cultivou a sua

fobia contra Letelier, a partir do momento em que este o apelidou de "gênio da traição". Mas não foi este apenas o único motivo que levou Letelier a cair na ponta da mira do seu verdugo. Acertada ou erradamente, a Junta Militar começou a ver nele um dos responsáveis das crescentes críticas, que começaram a proliferar em princípios de 1976 — acerca da violação dos direitos humanos no Chile, assim como da política económica que castigava as classes não possidentes.

UMA CAMPANHA COM ÉXITO

A magnitude das provas apresentadas, e a frequência com que em foros dos Estados Unidos e Europa foram exibidas essas violações, geraram reacções que se expressaram, fundamentalmente, em certas reticências em conceder créditos ao Chile por parte de organismos internacionais. Na primeira quinzena de 1976, o Conselho Económico e Social da OEA permitiu-se "objectar", nada mais nada menos, a política económica do Chile. No dia 12 desse mesmo mês, numa carta ao Washington Post, o presidente da Comissão de Assuntos Bancários da Câmara dos Representantes, Henry S. Reuss, lamentou que o presidente do Banco Mundial, o senhor McNamara, se estivesse escusado a comparecer ante aquele organismo para explicar a razão porque havia acordado — com a oposição europeia — um discontado crédito de 33 milhões de dólares ao regime de Pinochet, que, disse Reuss,



Michael Townley



general Juan Contreras

ambos accionaram o detonador. Mas quem deu a ordem?

"não merecia o apoio financeiro do governo dos Estados Unidos nem das entidades internacionais".

Poucos dias depois, o subsecretário de Estado, William Rodgers, manifestou ao embaixador chileno, Manuel Trucco, o descontentamento do presidente Ford pelo mau trato dado a cidadãos chilenos que haviam conversado com uma delegação do Congresso que tinha visitado há pouco tempo o Chile, integrada por Tom Mofett, Tom Harkin e por George Müller. Foi na base dessa visita, que esses legisladores anunciaram que se oportiam a toda e qualquer espécie de concessão de ajuda ao Chile. A 22 de Abril, o deputado Donald Fraser anunciou o início de uma investigação sobre a violação dos direitos humanos no Chile. Na segunda metade de Maio, Reuss censurou a decisão de 16 bancos norte-americanos e canadianos que haviam resolvido

do conceder um crédito de 125 milhões de dólares "a um regime estrangeiro moralmente abominável" e a 14 de Junho, o Senado aprovava o drástico termo do programa de ajuda militar ao regime de Pinochet. A medida, aprovada por 62 votos contra 18, limitava a 30 milhões de dólares a ajuda económica que podia ser destinada ao Chile, de um total previsto de 68 milhões, baseando-se no argumento de que se tratava de um "governo que violava os direitos humanos".

De alguma forma parecia uma escalada "organizada contra o Chile", segundo observava o diário pró-Junta *El Mercurio*, que não ocultava o seu desagrado. Começam então os rumores sobre a presumível responsabilidade de Letelier, e as primeiras ameaças veladas contra a sua vida. Saul Landau (que juntamente com Ralph Stavins, ambos do Instituto de Estudos Políticos, foram incansáveis

lutadores da causa do esclarecimento total do crime) relatara a Mother Jones que em Fevereiro de 1976 Letelier tinha viajado à Holanda, onde a organização sindical de trabalhadores marítimos, uma das mais numerosas de todo o mundo, o recebeu; na sequência desse encontro, a Federação Marítima resolveu boicotar os barcos os navios de bandeira chilena e simultaneamente acordar ajuda financeira aos refugiados chilenos na Europa. Pouco depois era o próprio governo da Holanda que se dispunha a cancelar um empréstimo de 60 milhões de dólares que já tinha sido acordado entre as duas partes.

"MORREREI CHILENO"

Os dotes pessoais de Letelier, as suas posições moderadas sobejamente conhecidas, os seus inumeráveis contactos nos Estados Unidos, a confiança e o res-

chile

peito que inspiravam os seus trabalhos académicos e as suas posições políticas, faziam dele o mais perfeito dos embaixadores do Chile Exilado. Parece constituir coincidência a mais que, exactamente na véspera do crime, 20 de Setembro, The Wall Street Journal tivesse acusado directamente Letelier de "mentir" ao descrever a política económica da Junta Militar como um tremendo fracasso e, antes aplaudisse, os êxitos económicos da Pátria de Neruda que, atribuía ao facto do país seguir os princípios do economista Milton Friedman; na sua opinião, as denúncias de Letelier eram "infundadas" e o Chile, afirmava com ardor, haviam "iniciado o caminho de regresso do caos".

Letelier tinha sido entretanto, "castigado", semanas antes pelo próprio regime de Santiago. A 10 de Setembro, por motivo do terceiro aniversário do golpe, Letelier participou no Madison Square Garden's Felt Forum.. Horas antes, a Junta Militar, imputando-lhe a directa responsabilidade pelo cancelamento do empréstimo holandês, havia-o privado da sua cidadania. Ante cinco mil pessoas que enchiham por completo o estádio, e outras duas mil que não tinham podido entrar, Letelier respondeu: "Nasci no Chile. Sou chileno. Morrerei chileno." Landau referirá também que por esses dias recomeçaram as ameaças, sobretudo através do telefone. Uma delas, a mais conhecida, teve lugar quando Isabel Margarida Letelier atendeu o telefone e lhe perguntaram: "Você é a esposa de Orlando Letelier?" e quando ela

respondeu afirmativamente a voz retorquiu-lhe: "Não, você é a viúva".

Aparentemente Letelier não acreditou na seriedade da ameaça. Ou, talvez, a tenha aceitado como um risco mais na luta que havia empreendido contra a Junta Militar. Também na véspera do crime, ele havia sido informado de que o governo chileno havia analisado severamente a sua actuação, e havia posto duas opções para o castigar: a primeira recomendava a sua eliminação física, e a segunda defendia o cancelamento da sua nacionalidade chilena. Como a Junta Militar tinha anunciado a segunda alternativa, Letelier comentou para a sua esposa: "Creio que tenho mais um ano de vida, a Junta comete os seus crimes em Setembro."

De facto não era assim. É certo que o primeiro deles, de ressonância mundial, o de Carlos Pratts e de sua esposa Sofia Cuthbert, ocorreu a 10 de Setembro de 1974; mas o segundo, em que ficaram gravemente feridos o dirigente democrata-cristão Bernardo Leighton e a sua esposa Anita, teve lugar em Roma, e ocorreu a 6 de Outubro de 1975. Sem contar com as centenas de assassinatos e "desaparecimentos" dentro do próprio Chile, em Julho de 1976 havia sido encontrado num canal o cadáver de Carmelo Soria Espinosa, de nacionalidade espanhola, funcionário das Nações Unidas, com sinais evidentes de ter sido barbaramente torturado. Porém, o comunicado oficial chileno apresentava o caso como se Soria tivesse morrido ao cair com o seu automóvel

no canal, ou seja, como se de um acidente se tratasse.

O TERRORISMO DA DINA

Hoje são poucos os que recordam que dois ou três dias depois do atentado contra o casal Leighton, os jornais de todo o mundo informaram a ocorrência de um curioso incidente registado no aeroporto de Orly, nos arredores de Paris. Por se terem mostrado suspeitos, três indivíduos que rondavam certa sala, como que vigiando um casal que devia partir num dos voos de escala, os serviços secretos franceses (SDECE) procederam ao seu "interrogatório preventivo". Tratavam-se de membros do serviço de contra-espionagem chileno, que acabavam de chegar, provenientes de Roma.

É possível que o FBI, via INTERPOL, tenha decidido nas investigações recentes a consultar o seu congénere francês a propósito do ocorrido em Orly. Ainda que a INTERPOL não tenha jurisdição sobre assuntos políticos, é sabido que esta organização se envolve quando estes assumem carácter de terrorismo. E contra o casal Leighton foi, de facto, exercido terrorismo político.

Alguém que parece também estar muito bem informado, o jornalista Jack Anderson, afirmou a 7 de Outubro de 1976 (Miami Herald, "Fate of Chile Exile a Threat to Others") que ele próprio tinha sido informado, quase há um ano atrás, a 16 de Novembro de 1975, que aquela mesma organização secreta chilena tinha um programa de "as-



Quem com ferro manda matar...

sassino de exilados proeminentes", e, na sua opinião, tal como no caso do casal Leighton, o crime procurava entravar a conciliação de esforços tendentes a forjar um movimento unitário de oposição a Pinochet, com a própria participação dos democratas-cristãos.

Daí que o FBI, acrescenta Anderson, estivesse disposto durante esses dias a dar protecção a conhecidos dirigentes democratas-cristãos residentes nos Estados Unidos, como Gabriel Valdés e Radomiro Tomic, também eles, presumivelmente, ameaçados de morte. Anderson, no seu artigo, recordava também, sugestivamente, o episódio do aeroporto de Orly.

O semanário Time ocu-

pou-se igualmente do crime na sua edição de 4 de Outubro, numa crónica intitulada, "Chile. Death of a Dissident", onde para além de qualificar o "Instituto de Estudos Políticos" (onde Letelier e o casal Moffitt) como uma "força pensante radical", apontava como origem do atentado a mesma instituição a que pertencia os sujeitos do aeroporto de Orly: a DINA.

"CONTACTOS" DA CIA

O semanário Newsweek, pelo contrário, na sua secção de notícias breves denominada "Persicope", permitiu-se adiantar (a 11 de Outubro de 1976), que de acordo com fontes da CIA que haviam contactado, podia informar, com

segurança, que a polícia secreta chilena, a DINA, não estava envolvida nos assassinatos Letelier-Moffitt porque o explosivo utilizado "era demasiado primitivo", e o mecanismo rudimentar.

Como se fosse requesto exigido que qualquer organização terrorista ou serviço secreto governamental se valesse de um modelo estabelecido altamente sofisticado, para a prossecução dos atentados, ou como se com o artefacto utilizado em Washington, "rudimentar" ou não, não tivesse alcançado o objectivo procurado pelos assassinos e pelos seus mentores.

Este argumento já vinha a circular desde os primeiros dias de Outubro, mas ganhou relevância graças à Newsweek. Com antecipa-

chile

ção, uma publicação de circulação privada — mas gratuita —, denominada *Defense and Foreign Affairs Daily*, propriedade de um tal Gregory Copley, com sede em São Francisco, Califórnia, havia manejado já o mesmo argumento mas com muito mais defensão que segundo “uma altíssima fonte soviética”, a versão que atribuía à DINA a autoria do crime de Washington havia sido lançada “pela Secção Internacional do Comité Central do Partido Comunista Soviético”, que mediante essa “treta” “esperava fazer recair a culpa sobre a Junta Chilena e reactualizar a imagem de um Chile submetido à brutalidade policial”.

Pensar-se-ia que uma publicação de quinta categoria que pudesse mencionar “uma altíssima fonte soviética” como origem da sua singular informação fosse bastante para desqualificar a sua veracidade. Mas não só isso não aconteceu como, ainda mais curiosamente, agências noticiosas como a UPI a tivessem reproduzido como se o sr. Copley fosse o próprio porta-voz do Kremlin. No curso das semanas seguintes descobriu-se que, para além de ser uma publicação chantagista, a *Defense and Foreign Affairs Daily* era o eco das versões que interessavam à CIA e ao FBI ser difundidas.

Este antecedente não impedi que, mais um ano depois, quando já era inculável o conluio entre os terroristas cubanos anti-castistas — ex-agentes da CIA — e a DINA no assassinato Letelier-Moffitt, a mesma secção “Periscope”, da *Newsweek* (a 10 de Março

de 1978) tenha informado que a CIA “admitia contactos” com Michel Townley, um dos principais executores do duplo crime, mas negava que este estivesse ligado àquela agência.

A CONSPIRAÇÃO DO SILENCIO

Ao cumprirem-se dois anos daquele ignobil episódio, os indícios levam a confiar num esclarecimento de fundo que identifique autores, mentores, cúmplices, motivos reais e secundários. Ainda que o principal responsável tenha nome e apelido, e o seu rosto bestial seja conhecido do Mundo inteiro desde Setembro de 1973, tudo leva a crer que iludirá o castigo, delegando culpas nos seus apanhados, ao mesmo tempo que os tentará proteger de todas as formas.

A conspiração para o crime, seguiu-se o silêncio e agora, se a justiça dos Estados Unidos o não evita, assistiremos ao complot do encobrimento. Encobridores que não estão só no Chile. Poderão ser encontrados em Miami, Washington, Langley. Os vasos comunicantes entre serviços secretos são emaranhados, e, em geral, não se acha o fio à meada, como é sabido. No entanto, como o demonstrou Watergate, o peso da opinião pública po-

de ser o melhor aliado para que juizes probos e jurados incorruptíveis reconheçam a verdade e a mostrem sem pudores nem medos.

Não restituirão com isso as preciosas vidas de Orlando Letelier e Ronni Moffitt, mas ao menos contribuirão — espera-mo-lo — para que no caso, cesse a prática do crime à distância e por contrato por razões políticas ou ideológicas. As internacionais fascistas gozam de impunidade na medida em que esta seja protegida e ocultada. Ainda que nem dessa maneira possa ocultar a sua trágica máscara de corrupção, imoralidade e ignomínia.

Napoleão, que ordenou à distância, em 1804, o assassinato do seu adversário Luis António, Duque de Enghien, reparou, quando já era demasiado tarde, que pior que errar era cometer uma estupidez. O crime contra o chefe dos emigrados voltou-se contra ele e, segundo se diz, perseguiu-o até à sua morte. Pinochet tem sobre a sua consciência algumas dezenas de milhares de “luisos antónios” portas a dentro, e talvez algumas dezenas de Pratts, Letelier e Moffitt no estrangeiro. Punir só Contreras, Espinosa, Fernandez Larios e Townley, e omitir a que ele deu a ordem de execução, equivaleria a castigar os palhaços e a ilibar o dono do circo.



Avanços e novas ameaças



Ao cabo de cinco anos do golpe que derrubou Allende, Anselmo Sule, presidente do Partido Radical, propõe um consenso nacional entre as forças democráticas, a criação de novos avanços políticos no interior, e o redobramento do apoio externo à luta contra a Junta Militar

O deterioramento da Junta Pinochetista, o perigo que apesar disso se possa produzir uma "brasileirização" do país, e a necessidade de criar uma resposta política que a impeça e que provoque a queda da ditadura, são os principais elementos da análise que Anselmo Sule, presidente do Partido Radical do Chile, faz da situação no seu país, passados que

foram cinco anos do golpe militar que derrubou o governo de Unidade Popular. Anselmo Sule era, na altura do "putsch", senador, e é hoje vice-presidente da Internacional Socialista.

As causas da deterioração do regime chileno vão desde os seus próprios erros e da brutalidade do sistema imposto, à aversão que inspira a todos os povos do Mundo. Essa aver-

são, na opinião de Sule, constituiu uma reacção lógica ante o surgimento de um sistema fascista, incrementada, ainda, pelo prestígio que alcançou a experiência chilena de chegar ao socialismo por vias próprias, nacionais e democráticas, devido, fundamentalmente, à personalidade de Salvador Allende. A isto vem juntar-se o trabalho organizado, e responsável,

chile

das forças democráticas chilenas, que, por diferentes razões, se viram obrigadas a abandonar o país.

Mas o elemento que aquele dirigente radical concede maior importância como causa da deterioração pinochetista é a atitude do povo do Chile, dentro das suas fronteiras. E a este respeito, afirma: "Não obstante a magnitude da tragédia que viveu e que vive, da repressão e do crime, da dramática situação socio-económica por que atravessa — como consequência da aplicação de um sistema que só favorece a alta burguesia desnacionalizadora e o imperialismo económico — o povo tem desenvolvido com grande sacrifício, com força e integridade moral, uma resistência que se expressa na luta, passiva se se quiser, dos distintos organismos de massas.

Este tipo de luta responde às características do povo chileno, à sua tradição cívica e à sua madurez política. As suas grandes batalhas travaram-se sempre no terreno ideológico, e é por esta via que a resistência tem levado a cabo a sua acção, reabrindo espaços e isolando internamente a ditadura.

O que não quer dizer que se tenham desprezado outras vias, mas não se escóllhem as que só agravariam a situação ou que são impossíveis de levar à prática, ou que dariam ao regime pretextos para cometer um genocídio ainda maior."

ANTE OS NOVOS PERIGOS

Mas apesar desta deterioração evidente, e da hostil realidade interna e externa

que a Junta tem de enfrentar, Sule pensa que o futuro está cheio de perigos: "Estamos no fio da navalha, pois enquanto o povo chileno e as forças democráticas de todo o mundo lutam por erradicar o fascismo do Chile, Pinochet, e quem o apoia, procura estabelecer um sistema aparentemente distinto do actual, no intento de melhorar a sua imagem e debilitar, assim, a luta contra a ditadura. Procura instaurar, não só no Chile mas em todos os países em desenvolvimento, um sistema político e económico que assegure o lucro de uma minoria, em detrimento da grande maioria da população, o que implica o saque das riquezas do país e a extração dos seus recursos naturais, sem nenhuma vontade de promover o desenvolvimento".

Na sua opinião, isso coloca a necessidade de redobrar o apoio externo à luta que se trava dentro do Chile "e se torne necessário, também, criar no interior do país acontecimentos políticos que debilitem e que levem, em definitivo, ao derrubamento da Junta Militar".

E acrecenta Sule; "não podemos travar a nossa acção, porque isso seria fazer o jogo da ditadura, que pretende desenvolver uma estratégia similar ao que pôs em prática o regime brasileiro de 1964, com o apoio das forças reaccionárias desse país. Por isso, ainda que não constitua a única possibilidade, é desejável que se obtenha um consenso nacional entre as distintas forças democráticas, que não tem, evidentemente,

que ser um acordo político formal reduzido a escrito. Um consenso amplo na acção, e o desenvolvimento dessas acções comuns propiciarão as condições para um acordo mais profundo".

"Não se trata de que cada partido ou tendência renuncie aos seus objectivos estratégicos. Isso seria negativo e prejudicial para a nova democracia chilena. Não se trata, tão pouco, de suspender o trabalho que cada partido realiza para alcançar, num determinado momento, esses objectivos estratégicos. Trata-se de chegar a uma convergência para derrubar a Junta e reconstruir o país. Pois a situação material em que se encontra o Chile é desastrosa, e a espiritual é macabra. Só fortemente unidos em torno de um programa mínimo de realizações poderemos devolver ao país a institucionalidade, a democracia e as liberdades perdidas".

OLHANDO O FUTURO

Para Anselmo Sule, a nova institucionalidade chilena deverá estabelecer uma democracia mais vigorosa, prevendo para as suas estruturas os mecanismos para a sua autodefesa. E o mais importante será assinalar o novo papel das Forças Armadas, que terão de integrar-se no desenvolvimento do país como uma força social de plena participação: "Jamais se poderão aceitar umas Forças Armadas alheadas do desenvolvimento e do processo orgânico do país, vivendo na qualidade de árbitro potencial para resolver conflitos internos, que, na maior



Allende: a sua memória está bem viva entre os trabalhadores chilenos

parte das vezes, são criados artificialmente pelos inimigos do povo".

Nesta altura já se está a realizar dentro do Chile o estudo dessa nova institucionalização, por parte de um grupo de personalidades de diferentes partidos, mas, se bem que isso constitua um esforço, que este político chileno destaca, ele, no entanto, não é suficiente como ponto de confluência.

A nova institucionalização não pode ser fruto da decisão unilateral de Pinochet, nem de um qualquer

modelo que elabore um sector político determinado. Tem que ser a expressão genuina da vontade popular, e, para isso, se necessita o concurso de todos os partidos políticos existentes. Nenhum deles, nem tão pouco os que eventualmente se vierem a criar num futuro próximo, estão em condições de assumir essa tarefa por si sós.

Mas o consenso para derubar a Junta e criar uma nova realidade institucional, não só se deve dar a nível de partidos, como também entre estes e as di-

ferentes organizações de massas. "O Partido Radical — sublinha Anselmo Sule — e todos os partidos da União Popular, de que fazemos parte, colocaram séria e categoricamente este apelo, e estamos dispostos a qualquer esforço ou sacrifício para que se logo obter tal consenso. Evidentemente que tanto nós como o povo chileno esperamos a resposta de todos aqueles que estejam dispostos a assumir este compromisso com a pátria".

nos não pretendemos
agradar a todos



*Cadernos do
terceiro
mundo*

Beguin visto por Vasco

mas talvez a si:

assinaturas

PORUGAL

ESTRANGEIRO — Anual (12 números) por via aérea

Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe 600\$00 (escudos) ou

14 DÓLARES USA

17 DÓLARES USA

RESTANTES PAÍSES

Envie cheque ou vale de correio pagável

Tricontinental Editora, Lda. Rua Pinheiro Chagas, 41-2.º, Dt.º, Lisboa-1

AFRICA

Joaquim Chissano

o índico na mira do imperialismo

Joaquim Chissano, Ministro das Relações Exteriores da República Popular de Moçambique, analisa, para os leitores dos «*Cadernos do Terceiro Mundo*», a última reunião da OUA, realizada recentemente em Kartum, a situação na África Austral e, particularmente, no Zimbabwe, onde denuncia que todas as manobras do imperialismo «têm

a Grã-Bretanha por detrás» e, ainda, as dificuldades por que passam as relações entre o seu país e Portugal, após um período que se antevia auspicioso para a liquidação das últimas sequelas do colonialismo e para a construção de uma frutuosa cooperação.

As relações económicas com o Brasil e os contactos havidos recentemente entre o Partido-FRELIMO e o Movimento Peronista Montonero constituem outros temas desta longa conversa com Joaquim Chissano.



Etevaldo Hipólito

ENTRE os factos anotados pela imprensa internacional por ocasião da conferência da Organização da Unidade Africana, em Kartum, estão a rejeição da criação de uma Força Interafricana de Intervenção, a inclusão da invasão da República Saharqui Democrática na agenda de discussões e a expulsão da delegação liderada por Ndabaningi Sithole, um dos intervenientes do "Acordo Interno" rodesiano. Estaremos diante de uma definição mais clara da linha de actuação deste organismo face aos problemas que se colocam para o Continente?

A OUA é uma organização continental de extrema importância. Ela, de facto, representa a unidade africana no seu desejo de lutar pela libertação dos povos do Continente, ainda que a unidade alcançada não seja a definitiva, aquela que se aspira lograr, porque ainda não tem por base um mesmo pensamento, uma mesma posição ideológica, não assenta nas mesmas linhas políticas, nas mesmas orientações. É uma unidade assente no desejo de lutar contra o colonialismo e no rechaço à dominação imperialista, muito embora esta definição de imperialismo não seja homogénea. Luta-se, contudo, contra a opressão, contra as desigualdades, e também pela libertação política da África. Já se começa mesmo a pensar seriamente na luta comum para a libertação económica.

No que diz respeito à luta contra o colonialismo, não há nenhuma contradição no seio da OUA. Somente os métodos de luta é que divergem de vez em quando. É o que faz com que certos países pensem que tacticamente seria útil, por exemplo, no caso da Rodésia, considerar de igual maneira todos os grupos que aparecem como sendo nacionalistas ou movimentos de libertação, e outros pensem que, na realidade, há grupos que são pura e simplesmente fantoches.

O que se passou em Kartum em relação ao grupo de Sithole, é que ele não chegou mesmo a apresentar-se à OUA. Não foi necessário expulsá-lo, porque o próprio governo do Sudão compreendeu que, à semelhança do que aconteceu na Líbia, este grupo não deveria ser admiti-

do. A OUA, já em Kartum, tinha consciência de que o Acordo Interno é inaceitável, e que qualquer representante deste acordo de Salisbúria seria também estranho à conferência. Além do mais, a Frente Patriótica já era reconhecida como único e legítimo movimento de libertação pelo Comité de Libertação, e a OUA não apoia senão movimentos reconhecidos. Pode ser que haja outro agrupamento político na Rodésia, mas este não é o problema da OUA, que oferece apoio a movimentos de libertação que combatem para expulsar o colonialismo, paraliquidá-lo e acabar com os regimes minoritários.

Não podemos dizer, portanto, que houve uma reviravolta, mas sim que se manifestou uma compreensão mais aprofundada da situação na Rodésia. Isto porque na Líbia tivemos que discutir se devíamos ou não tomar em consideração os outros grupos que existiam. Antes, já tiveram reuniões na OUA para discutir este tema, mas em Kartum já não foi necessário, uma vez que a maior parte dos países, devido ao desenvolvimento da luta no Zimbabwe, compreenderam qual é a situação. No que diz respeito à Frente POLISÁRIO e ao problema do Sahara, de novo se sentiu uma compreensão maior por parte de vários países da justez da luta do povo saharauí.

Em ambos os casos, nós, em Moçambique, pensamos que esta tomada de consciência é resultado da própria luta dos povos do Sahara Ocidental e do Zimbabwe. São os resultados desta luta que fazem os africanos dos outros países acreditarem que estes povos querem a independência, e estão a travar uma luta justa. Além do mais, a Mauritânia, com a mudança de governo verificada neste país, pronunciou-se a favor de uma solução pacífica para o problema, contrariamente ao que se passava antes, quando tanto o regime de Nuakchott como o de Rabat davam a situação por terminada, como um "dossier" fechado, encerrado. Agora, a Mauritânia considera que se pode ainda discutir e se chegar a uma solução pacífica, embora não tenha dito ainda o que deseja, qual a direcção a seguir. A Frente POLISÁRIO encontra-se a estudar este problema para determinar que posição deverá ser tomada. Isto veio facilitar uma tomada de posição por parte da OUA. Mas devo também dizer, que os países progressistas no seio desta organização se



empenharam ao máximo para fazer compreender todos estes problemas, as implicações das manobras imperialistas que entram em jogo no Sahara ou ainda em outras áreas de conflito como, por exemplo, as manobras efectuadas na África Austral, principalmente no Zimbabwe e na Namíbia. Em resumo, esta foi a tomada de consciência que houve na reunião realizada em Kartum.

FORÇA INTERAFRICANA

A proposta de criação desta força teve uma repercussão favorável junto de alguns governos. De um lado, estão os países capitalistas que desejam manter, e mesmo ampliar, os seus enclaves na região, e do outro uma certa corrente do socialismo que prefere interpretá-la como expressão de oposição às tentativas de hegemonia. Como analisa, Moçambique, a organização desta força?

A República Popular de Moçambique nunca foi contra a criação de uma força interafricana para a defesa dos interesses da África. O que acontece, é que esta é uma ideia que já dura há dezenas de anos. Foi proposta pelos fundadores da OUA, e mesmo antes da fundação da OUA, como por exemplo, pelo então presidente do Gana, Nkrumah, entre outros que sonharam com uma força única para a libertação e defesa da África. No entanto, não foi possível criar esta força. Devido à diferença de regimes políticos existentes é impossível pensar na existência

de um comando unificado de vários exércitos de tipos, interesses e ainda sistemas de defesa diferentes. Aqui, em Moçambique, nós criamos uma força armada para defender as conquistas da Revolução. Em outros países, porém, será um exército "neutro" que irá defender qualquer regime que por lá apareça. Este não é o nosso caso. Há, portanto, disparidades, dificuldades em se criar uma tal força de intervenção a partir de uma base ideológica comum. E isto está provado.

Em segundo lugar, é uma questão própria de logística. De onde é que viriam as armas para apoiar um tal exército, sabendo nós que toda a África não produz armamento? Comprar com empréstimos material num país ou outro? Haveria não só uma mistura de armamentos como de interesses dentro desta força de intervenção, e isso criaria uma grande confusão. Outro problema seria o financiamento deste exército. Não há nenhum país que fosse capaz de sustentar um exército permanente para a defesa da África. E, finalmente, o que quer dizer defesa da África? Defesa contra quem? Era necessário primeiro definirmos quem são os nossos inimigos, pois não os concebemos todos da mesma maneira. O próprio imperialismo é definido com várias sombras, aqui e acolá. Há países que falam de vários imperialismos. Nós, em Moçambique, falamos de sublinhar um imperialismo, falamos de um capitalismo, falamos de uma exploração do homem pelo homem.

A COOPERAÇÃO MILITAR

Quanto à questão da hegemonia, pensamos que a cooperação militar com qualquer país, com qualquer potência, é um direito que cada um pode exercer, dependendo de cada um também salvaguardar a sua independência ao realizar tal cooperação. Cooperamos com vários países no domínio militar, mas temos sempre presente a salvaguarda da nossa independência. A cooperação é feita em bases de igualdade, o que significa que podemos suspender-la na altura que quisermos, porque tomamos precauções ao estabelecermos acordos com este ou aquele país. Estes acordos são assinados em função dos interesses do nosso povo. Há vários países, no entanto, onde as coisas não se colocam nestes termos. São as próprias potências coloniais que vêm, e que se impõem, fazem chantagem económica, e com a presença das suas forças, fazem prevalecer a sua política. É preciso salvaguardarmo-nos de tudo isto. Talvez porque nós lutamos de armas na mão para conquistarmos a nossa independência, é que não aceitamos ser fantoches de ninguém. Esta é uma situação completamente diferente de outros países, que se tornam fantoches de certas potências, e para obter uma ajuda militar seguem as ordens de um ou outro governo, e acabam aceitando a implantação desta hegemonia. Não é a Força Inter africana que iria evitá-la.

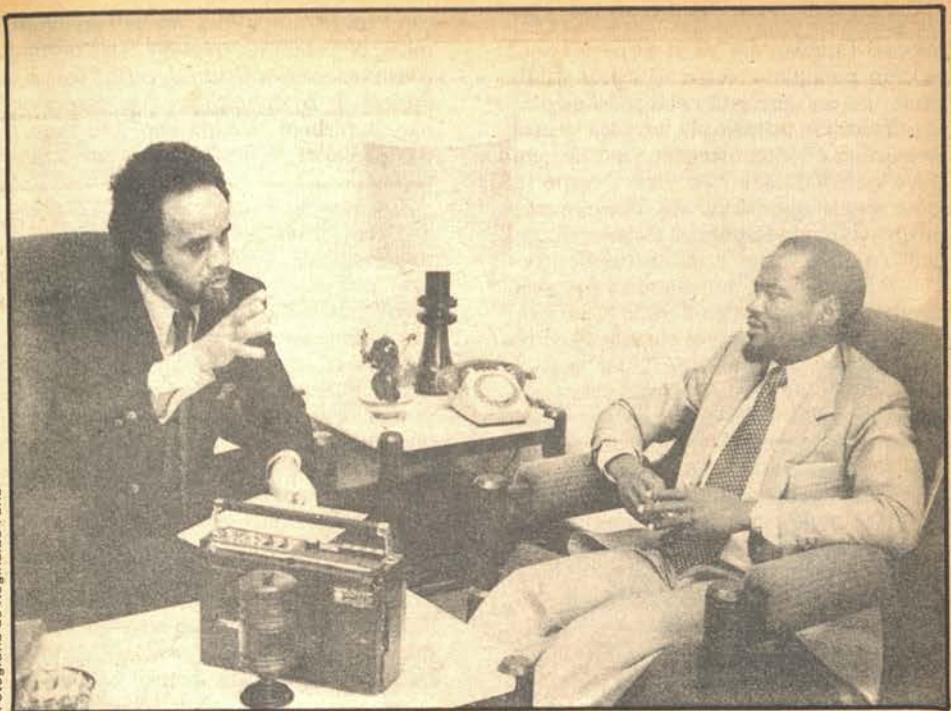
No caso da força proposta pela França, ela não seria apoiada, por exemplo, pelos países socialistas. Receberia o apoio de alguns países ocidentais, daqueles países que, precisamente, ainda ontem, foram colonizadores, alguns dos quais permanecem, entretanto, como potência colonial. Esta não seria, pois, uma força interafricana para a defesa dos interesses da África. No dia em que a OUA puder criar semelhante força, baseada nos princípios da luta contra o neocolonialismo, contra o imperialismo, para a defesa da dignidade de uma África independente, da cultura africana, do desenvolvimento económico africano e de uma nova ordem política, económica e social mundial, então, nessa altura, nós poderemos criar um exército, uma força interafricana. Não es-

timos contra o princípio, mas todos estes factores devem ser tomados em consideração.

O ZIMBABWE

Após a assinatura do Acordo Interno entre Ian Smith, Chirau, Sithole e Murozwa, qual será o papel da luta armada levada a cabo pelos guerrilheiros zimbabwianos?

Nós já condenámos o Acordo Interno, e conhecemos, pelo estudo e observação, as manobras do imperialismo no que diz respeito à África Austral, e muito particularmente ao Zimbabwe. Decidimos, como sempre, apoiar em primeiro lugar a luta armada, porque todas as tentativas de manobras, todas as mudanças aparentes, não são senão o resultado da luta armada, acrescida da aplicação das sanções por parte da República Popular de Moçambique contra a Rodésia. Isto tudo pesa, mas nós aplicamos as sanções precisamente em apoio à luta armada do povo do Zimbabwe. O regime ilegal de Ian Smith aparece como o inimigo mais directo, pois o inimigo principal é o imperialismo, neste caso representado pela própria Grã-Bretanha. O discurso do nosso presidente, no passado dia 15 de setembro, já indica que, de facto, todas as manobras que assistimos têm a Grã-Bretanha por detrás. As últimas investigações feitas sobre as violações das sanções indicam que o próprio governo britânico ajudou o regime ilegal de Ian Smith a manter-se em Salisbúria durante todos estes anos, desde 1965. Isto quer dizer, que o imperialismo está lá. Esse é o inimigo principal. Mas o inimigo directo, o instrumento utilizado pelo imperialismo, é o regime de Ian Smith. Uma vez destruído este regime, a luta tomará outras proporções. Mas estamos satisfeitos ao ver que a luta armada está assumindo cada vez mais um papel decisivo. O regime de Ian Smith, a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e todos os imperialistas, estão agora muito atrapalhados, começam já a falar de uma situação perigosa na Rodésia, e situação perigosa na Rodésia significa que a derrocada do regime de Smith, portanto do colonialismo britânico, está próxima.



Joaquim Chissano ao nosso correspondente Etevaldo Hipólito: «não queremos ser fantoches de ninguém»

Nunca nos opusemos às conversações, desde que haja base para isto. As conversações não serão, pois, para substituir, como muitos pretendem, a luta armada. Serão pura e simplesmente a consequência da luta armada. Em quase todas as guerras tudo termina por conversações. Por exemplo, no Vietnam, Argélia, Moçambique e Angola, só para ficarmos nestas, terminaram na mesa de negociações. Há exceções, é claro, mas elas não invalidam esta constatação. Acenam com negociações, porém, elas devem existir na medida que haja bases sólidas para isto; enquanto não existirem, nós apoiaremos a luta armada, dado o seu papel decisivo na questão do Zimbabwe.

O IMPERIALISMO E O ÍNDICO

O golpe de estado que teve lugar nas Comores, reveste-se de uma característica especial. Pela primeira vez, de forma clara e inequívoca, um governo progressista é derrubado por forças mercenárias; e um mercenário de carreira chega mesmo a integrar a nova equipa dirigente do país.

Como se enquadra isto dentro da política geral do imperialismo para esta região do Oceano Índico?

Os imperialistas necessitam realmente de consolidar a sua presença no Oceano Índico. A pergunta é um tanto complexa porque está relacionada com as negociações que se realizam entre os Estados Unidos e a União Soviética. Enquanto elas têm lugar, os imperialistas querem ganhar terreno, neste caso ganhar mar, e estabelecer-se com posições estratégicas no Oceano Índico. Seja qual for o resultado, eles já têm Diego Garcia, querem consolidar a sua posição em Mayotte; e isto confere-lhes possibilidades de dominar áreas importantes na região, em frente de países progressistas como Moçambique e Tanzânia, e mesmo na zona do Corno da África. Não podemos dizer que está tudo perdido. Dada a existência destes países progressistas, o imperialismo necessita contrapor qualquer coisa. Está recuando no continente, e tem que assentar posições estratégicas, tanto do ponto de vista militar, como económico e político.

Puseram em prática a desestabilização

de governos progressistas não só nas Comores. Também em todas as partes onde podem penetrar e onde há maior debilidade. Parece que estão atacando os pontos fracos em primeiro lugar, para se estabelecerem e tentar estender a sua influência a outros países. Não é no Oceano Índico apenas que isto se dá. Vimos a mesma tentativa na República Popular do Benin, em São Tomé e nas Seycheles. Por outro lado, vemos que o que se passa em Timor Leste não é algo à parte. Tudo isto se integra num conjunto de tentativas do imperialismo desencadeadas no sentido de dominar os pontos fracos, para depois estender a sua influência no continente.

No caso do Oceano Índico, posso dizer que o nosso continente é muito visado, particularmente nesta parte da África Austral, onde começam a surgir, com grande força, os países progressistas, que estão construindo o socialismo. Também o Sudeste Asiático se encontra ameaçado, em razão da sua importância estratégica para o imperialismo, em termos económicos e militares.

RELAÇÕES PORTUGAL-MOÇAMBIQUE

Durante um certo período, percebeu-se, da parte do governo português, uma tentativa de aproximação com os governos populares instalados nas suas ex-colônias. Ultimamente, no entanto, no tocante a Moçambique, a imprensa de ambos os países deixa antever um período de relações um tanto crítico. O degelo foi interrompido?

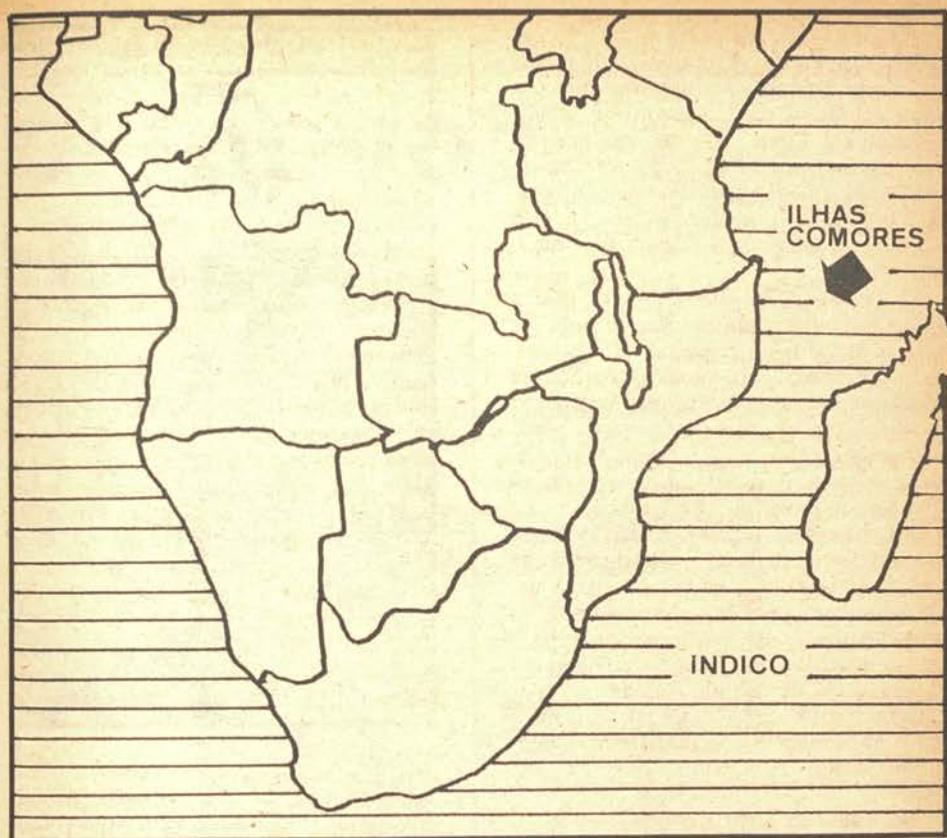
Moçambique baseia-se, em princípio, no seu trabalho. Como é conhecido, a situação em Portugal não é tão estável como seria de desejar. Os governos mudam, o que quer dizer que, tanto económica como politicamente, não há estabilidade. Não vemos muito claramente uma linha de orientação que possa guiar a nossa cooperação. Devo dizer, porém, que os esforços para o desenvolvimento das relações com Portugal têm sido feitos por ambas as partes. Moçambique, por seu lado, tem tomado várias iniciativas, as quais encontram barreiras precisamente por não haver solidez nas estruturas governamentais portuguesas. Começamos, há muito tempo, mesmo antes da independência, durante o Governo de Transi-

ção, com negociações no campo económico. No entanto, quando estas negociações começam a avançar, certas forças se opõem. E se opõem, porque, parece-me, não percebem, ou mesmo não querem compreender, a finalidade destas conversações.

Em relação a um país como o nosso, que tem muita vontade de afirmar a sua personalidade, é bastante difícil para um país colonizador, habituado a usufruir privilégios, compreender exactamente esta cooperação de igual par igual, e aceitar livremente as várias modificações que estamos a fazer no nosso país. Notamos, porém, que há vários sectores Portugal que compreendem as modificações que estão tendo lugar aqui, na República Popular de Moçambique. Apesar de pequenos contratempos, continuamos a acreditar que estes problemas serão resolvidos. E os sectores portugueses que querem realmente a cooperação correcta com Moçambique não são poucos. Esperamos que com a normalização da situação em Portugal terá lugar a normalização das relações com Moçambique. De nossa parte, não temos nenhum obstáculo a que as relações entre os nossos países sejam correctas, sejam boas.

Como país do Terceiro Mundo, Moçambique necessita lançar as bases para o seu desenvolvimento, o que poderá significar importação de tecnologia e de financiamento externos. Como conciliar interesses políticos tão divergentes como, por exemplo, entre Moçambique e o Brasil, quando, no momento, há indícios de convergência de interesses económicos?

Na nossa política externa temos por princípio estabelecer relações diplomáticas com todos os países do Mundo. As relações comerciais, também seguem o mesmo princípio. Ambas, no entanto, se concretizam, na medida em que seja garantido o critério da reciprocidade de benefícios, o respeito pela soberania e igualdade. Isto quer dizer, para nós: desde que seja do interesse do nosso povo e da nossa Revolução, sobretudo que este país não interfira com a nossa Revolução, que se comprometa a respeitar o nosso processo revolucionário. No caso do Brasil, nós temos relações comerciais, mas as relações políticas não estão ainda avançadas, devido às condições que aí prevalecem, embora, ultimamente, tenha ouvido falar de uma certa mudança, de uma cer-



O imperialismo procura obter posições estratégicas no Índico.

ta liberalização. Isto pode permitir a abertura de portas, que permitam estreitarmos outro tipo de relações. Mas as relações comerciais existentes são do mesmo tipo com que podemos manter com qualquer regime. Tentamos evitar, sempre que possível, ter mais relações com países fascistas, como é o caso do Chile, Rodésia e Israel, entre outros. Onde, acaso, haja uma certa abertura, nós mantemos estas relações. Elas, porém, não prejudicam o nosso intercâmbio político com as forças progressistas deste país. Não prejudicam de maneira nenhuma uma vez que diferenciamos entre relações comerciais e relações políticas propriamente ditas. Um exemplo disto é o nosso relacionamento com a África do Sul. É algo que somos obrigados a ter, já que fisicamente o nosso sistema económico está ligado ao sul-africano. Isto se verifica, não por nossa culpa, nem por opção,

mas em consequência de uma herança, que agora devemos lutar para quebrar, para romper. Não se trata de lutar para a estabelecer.

No que diz respeito ao Brasil, pensamos que é um país capitalista, onde existe uma luta das forças progressistas que é preciso apoiar, para modificar para melhor a situação do próprio país. No entanto, não achamos que há aí um quadro tal que pelo menos nos impeça de manter relações comerciais. Como tive oportunidade de dizer, estamos a ver já certas liberalizações, que podem levar a um melhor entendimento. Pensamos que estas mudanças, se vierem, são vitórias das forças progressistas que estão continuamente em luta. Uma luta que esperamos que prossiga, e que obtenha os maiores sucessos, para que, realmente, haja boas relações em todos os aspectos entre Moçambique e o Brasil.

mocambique

"A VOZ DA REVOLUÇÃO", órgão oficial do Partido-FRELIMO, destacou, de modo especial, a visita realizada por uma delegação do Movimento Peronista Montonero. Como deve ser interpretado este contacto da FRELIMO com uma organização que se apresenta como alternativa popular, no quadro político argentino, face a outras organizações de esquerda?

Os nossos estatutos prevêem que a FRELIMO deve manter relações com todos os partidos progressistas. Em primeiro lugar, claro, será com os Partidos e movimentos marxistas-leninistas. Isto não exclui a colaboração com todos os partidos progressistas, no sentido de ampliar cada vez mais, e consolidar, a frente mundial anti-imperialista. Esta é a linha da FRELIMO. Nós somos um partido marxista-leninista, temos, portanto, maiores afinidades com outros partidos assim definidos, mas também consideramos os movimentos de libertação nacional, bem como outros partidos e movimentos progressistas do Mundo. Desde que eles estejam dentro da linha de combate contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, nós temos que dar-lhes apoio.

No caso específico dos Montoneros, este foi o primeiro contacto que nós tivemos com eles. O nosso desejo era conhecer o que se passa na Argentina. Em 1973, tínhamos tido já uma aproximação com a Argentina e esperávamos desenvolver os nossos conhecimentos. Logo depois da independência, houve mudanças nesse país e ficamos com os contactos interrompidos. Esta foi a primeira iniciativa, com o objectivo de tentar conhecer como avança o movimento revolucionário na Argentina, como se encontra a situação política neste país. Sabemos que o actual governo argentino se sentiu muito preocupado com o nosso contacto com os Montoneros, mas nós continuamos a estudar a situação. E vamos ver, pois pode-se dar o caso de que nós achemos que se pode continuar um contacto com o governo argentino, ao mesmo tempo que mantemos relações com os movimentos progressistas argentinos. Nada nos impede de fazer isto. Fazemos isto com o Brasil e podemos fazer o mesmo com a Argentina. Mas também podemos chegar a uma conclusão contrária, como acontece em relação ao Chile. No entan-

Fotografia de Reginaldo Faria



to, não foi ainda uma decisão tomada, ainda estamos a fazer estudos. Através dos nossos embaixadores em Nova Iorque e Lisboa, estamos fazendo contactos de vária ordem para conhecermos exactamente qual é a situação naquele país. Também, por meio de outros países amigos da América Latina, iremos conhecer, mais profusamente, o quadro existente, para então tomarmos uma atitude. É por este motivo que, até agora, ainda não estabelecemos relações diplomáticas com a Argentina, o que havíamos decidido fazer pouco antes da nossa independência e travamos devido às modificações ali verificadas. Por falta de tempo, de quadros, não podemos estudar todas as situações do Mundo exacta e profundamente ao mesmo tempo. Mas o caso argentino está a ser estudado com atenção, embora nos pareça, pelo que lemos na imprensa, que, na Argentina, existe, de facto, uma situação que é preciso corrigir. É preciso que haja uma real democracia nesse país. Não queremos intrometer-nos nos assuntos internos da Argentina, mas nós temos a obrigação de acompanhar a situação, estudá-la profundamente e tomar uma atitude responsável.

ANGOLA

os novos tempos



O terceiro aniversário da independência encontra o país empenhado na dura batalha da reconstrução nacional. O apelo do Presidente Neto, assinalando que é preciso fazer uma nova revolução, dá a justa medida da maneira como o MPLA-Partido do Trabalho enfrenta o desafio da implantação do socialismo.

PRÓXIMO a Caxito um grupo de garotos encaminha-se para a escola. O mais velho tem cerca de 10 anos e chama-se Francisco, ou Chico, como lhe tratam os seus coleguinhas. De todos é o único que tem recordações mais claras da guerra, que apenas há três anos se travava nesta região. "Muita bala e muito gajo com armas nas mãos", diz-nos com um sorriso malicioso. Os outros eram muito pequenos nessa época, e não sabem que foi aqui, entre Kifangondo e Caxito, que se desenrolaram duras batalhas, decisivas para a independência.

Encontramos Caxito mergulhada na sua tranquilidade tradicional. A cidade, que tantas vezes mudou de mãos e que, em determinado momento, era uma palavra mágica no noticiário internacional sobre a guerra, retornou por completo à aprazível vida comum, cercada de canaviais e plantações exuberantes, no meio de uma área de vegetação pouco densa.

Aqui e ali permanecem os sinais da guerra, casas destruídas, fachadas com as cicatrizes das balas. Mas o que predominam são os testemunhos da paz, os signos da independência. Fotos do Presidente Neto, as palavras de ordem do MPLA, as siglas das instituições do novo Estado, combatentes das Forças Populares de Libertação de Angola passeando pelas ruas e praças com as suas armas de regulamento. Um grande mural em que o povo consagra a sua simpatia e a sua homenagem a um dos heróis mais populares da luta de libertação, o comandante Hoja Ya Henda.

Em 1975, ouvimos, do centro de Luanda, as explosões da artilharia, a menos de duas dezenas de quilómetros da capital. O ano passado, numa nova viagem, já o panorama era diferente. O país curava as feridas e fechava as cicatrizes da guerra. Hoje, encontramo-lo empenhado numa outra batalha, que é a da reconstrução nacional.

O NOVO ESTADO

Quando se chega a Luanda, até mesmo no aeroporto as diferenças são evidentes. Os jovens funcionários são ainda inexpe-

rientes, vacilam em tomar decisões, consultam frequentemente sobre os trâmites burocráticos, mas já são angolanos. As peças de um novo Estado começam a surgir virtualmente do nada, no vazio deixado pelo êxodo colonialista.

Este é um dado expressivo para analizar a realidade do país. O velho aparelho colonial foi destruído, embora não seja fácil nem rápido eliminar a herança legada e criar outro, com um novo estilo.

Por todos os lados se lançam ou consolidam as estacas deste novo Estado. Criado o Banco Nacional, com uma moeda angolana, o kuanza, retirados da circulação os velhos escudos portugueses que permitiam muitas fraudes e alimentavam, por sinuosos caminhos, os cofres da contra-revolução, foi possível exercer numa extensão muito maior, os controlos administrativos sobre o vasto e complexo campo da economia e das finanças.

Muitas fábricas, cujos donos abandonaram Angola — com medo à guerra ou conluídos numa tentativa de paralisar o país e destruir na origem as possibilidades de uma independência real — já estão trabalhando. Umas com apreciáveis índices de normalidade, e outras ainda com grandes deficiências. Grande parte destas foi incorporada à propriedade ou à direção do Estado ou dos trabalhadores. Outras operam com os antigos donos, enquanto um grupo mais atingido pela sabotagem económica ainda não foi posto em funcionamento.

"Sempre nos impressionou — dizia-nos um membro do corpo diplomático — a preocupação de evitar arbitrariedades demonstrada pelas autoridades do novo Estado. Houve, inclusive, muita tolerância, que naturalmente não podia beneficiar comerciantes e industriais que estivam sabidamente ligados ao aparelho repressor colonial".

AS FAZENDAS E O ABASTECIMENTO

No campo, o processo de recuperação das empresas foi mais complexo. Centenas de fazendas foram abandonadas, com a consequente desorganização da produção. Muitas delas já estão em produção, embora outras, inclusive na decisiva área do café, ainda não tenham sido postas em funcionamento pleno.



Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAIGC, de visita a Luanda

O MPLA e o Governo designaram 1978 como o ano da agricultura, para marcar a tônica do interesse político pela recuperação do campo. Os resultados desse esforço conhecem-se quando se fizer um balanço do trabalho realizado, mas são ainda evidentes as carências da produção nesse ramo, reflectindo-se no abastecimento.

Este é um dos problemas mais difíceis da Angola de hoje. A falta de muitos produtos é frequente.

O problema não é simples como pode parecer à primeira vista. O facto de Angola ter recursos não é tudo. A guerra já foi por si um factor altamente distorsionante da produção e do sistema de distribuição. Com mais de cem pontes destruídas, as planaltas na sua maioria abandonadas, e a saída massiva dos pequenos e médios comerciantes que detinham o controlo das lojas, quitandas, bares, caminhões, enfim de todo o aparelho de distribuição, não é fácil reconstruir todo um sistema que funcionava para os interesses coloniais, mas que de qualquer modo, existia.

Some-se a isto um facto importante. Na colónia, o grosso do consumo era dos

portugueses e de uma pequena minoria de angolanos mais ou menos assimilados, que formavam — ou desejavam formar — uma espécie de pequena burguesia negra. O resto, ou seja, a esmagadora maioria da população, comia peixe seco e arroz, e não tinha meios para protestar nem para mudar essa situação. Hoje, não se pode dizer que essa população já haja mudado substancialmente a sua dieta, mas aspira a isso, já não se conforma em renunciar à carne, à galinha, aos ovos, à roupa melhor, a uma casa mais digna, à escola, ao hospital, aos transportes.

Há uma infinidade de pequenos episódios do quotidiano que revelam essa mudança de espírito que, de resto, se liga ao processo revolucionário que Angola vive. Uma senhora estrangeira contava-nos que é muito grande o número de mulheres dos "musseques" (bairros populares) que desejam mais filhos, porque os querem de uma pátria independente. "Até senhoras de mais de quarenta anos se interessam por ter um filho", acrescentava.

Sobre esse panorama, de si difícil, acrescentam-se erros administrativos, frutos de inexperiência ou também de sabo-



Nguyen Hu Too, vice-Presidente da República do Vietnam...

tagem deliberada. Não só entre comerciantes — os que ficaram, muitos dos quais ainda exercem ampla influência sobre a distribuição — como entre funcionários das Lojas do Povo, cooperativas ou simples locais de venda.

O "Jornal de Angola", a Televisão, o rádio, a revista "Novembro" e outros meios de comunicação estão cheios de cartas, entrevistas, notícias, denunciando esses actos de sabotagem ou de corrupção.

E esse é um aspecto muito favorável de Angola no seu ano III: a melhoria da qualidade informativa e crítica dos seus meios de comunicação. Vimos reportagens na televisão, feitas directamente nas ruas e nos mercados não apenas de bom teor jornalístico, como corajosas e documentadas do ponto de vista da crítica e da denúncia. O jornal diário deu o exemplo, ao abrir as suas colunas a um amplo debate sobre o papel da informação, suas falhas, seus erros, os desvios ideológicos e os estilos personalistas que se distanciam da ética revolucionária e da linha do MPLA — Partido do Trabalho.

OS PRIMEIROS MIL DIAS

Quando deixamos as filas da batata e do pão ou as deficiências do aparelho burocrático, para analisar globalmente o balanço desses primeiros mil dias chegamos a duas conclusões preliminares: primeiro, Angola já superou imensos problemas, duros obstáculos que se levantaram à consolidação da independência. Guerra, — e guerra mesmo — o "putsch" fraccionista, o cerco internacional, as destruições, a impossibilidade de improviso, gente habilitada para tantos serviços e postos deixados vazios pelo êxodo português, não impediram a consolidação do novo Estado. Segundo, os consideráveis avanços no processo de institucionalização revolucionária. Já não falamos no aumento das possibilidades, da educação — mais de 160 mil pessoas foram alfabetizadas por uma campanha em curso ou da melhoria considerável da assistência hospitalar em todo o país, absolutamente grátis — mas,



... e o Presidente da República da Bulgária, também de visita a Angola: uma ofensiva diplomática da RPA sem precedentes

sim, na implantação das estruturas partidárias, muito dificultada pelas baixas na guerra e pelas valiosas perdas humanas no golpe fraccionista.

A partir do seu último congresso, o MPLA avançou de um grande e poderoso movimento popular, para um partido que se estrutura dia a dia, com uma nítida plataforma socialista. A organização de um novo exército, as FAPLA (Forças Populares de Libertação de Angola), peça fundamental para a segurança externa do país, a reestruturação da central operária, UNTA, e da organização de mulheres, OMA, foram importantes passos em frente, os quais culminaram com a transformação da Juventude (ver artigo do nosso correspondente João Belisário), num sector do Partido, com as responsabilidades de preparar os seus quadros ideológica e politicamente para as grandes e desafiantes tarefas do futuro.

Em nenhum desses campos se pode dizer que somente tem havido êxitos, mas é evidente que estes superam os fracassos. Há uma atitude que é frequente entre certos revolucionários que visitam Angola, e outros países africanos no caminho

do socialismo, que está longe de ser lógica e muito menos dialética: querem encontrar tudo feito, arrumadinho, esquecendo-se do contexto colonialista até há pouco tempo predominante.

Reconhecem que os governos revolucionários de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, como tantos outros na África e em outras áreas do Terceiro Mundo, encontraram países prostrados pelo domínio colonial, com as suas populações absolutamente marginalizadas, analfabetismo superior aos 90 por cento, nenhum esforço de capacitação profissional, enfermidades, ausência sequer de uma economia primária que infundisse métodos de trabalho organizado. Reconhecem. Mas ao mesmo tempo exigem que em três, cinco ou dez anos tudo isso esteja transformado, como se as revoluções fossem milagres e não duras conquistas do trabalho quotidiano, da luta de classes e das transformações.

Em Angola, como em outros países que aspiram ao socialismo, o importante não é que esses problemas existam, mas sim saber em que medida estão sendo en-

angola

frentados. O esforço nacional que assegure um projecto coerente e com sacrifícios equitativamente distribuídos, que tenha um encontro certo com a criação de uma nova sociedade. É nessa luta, que não é fácil, que está empenhado o MPLA — Partido do Trabalho, voltado à reconstrução nacional, mas sem esquecer o campo das relações externas que, no caso angolano, têm um papel destacado e muito prioritário.

Nos últimos meses registou-se em Angola uma intensíssima actividade diplomática, que tem exigido ao Presidente Neto, ao ministro de Relações Exteriores, Paulo Jorge, a todo o Governo ao ainda reduzido grupo de funcionários da diplomacia, e, ainda, aos que no partido actuam nessa área, um esforço considerável.

Os acordos com o Zaire, de grande repercussão externa e interna, as visitas de dirigentes de países amigos, como a Jugoslávia, Bulgária, Vietnam, Cabo Verde — todas concluindo por importantes convénios de cooperação — de delegações políticas e económicas de governos e de movimentos de libertação ou partidos progressistas de muitos países, a intensa participação do Presidente Neto e de todo o

Governo em múltiplas negociações internacionais, tudo isso vem dando à passagem deste terceiro aniversário, um estilo novo e dinâmico, com uma característica diferente. Linhas de acção, novas políticas, com orientações coerentes e projectos de tipo novo, que auspiciam dias não só muito intensos como decisivos, no futuro imediato de um processo revolucionário que avança para a sua consolidação real.

Um dos factos mais animadores da Angola de hoje é o contexto crítico em que se move o Governo, animado pelo exemplo do Presidente Agostinho Neto, cuja popularidade e respeito com que é cercado, mesmo os observadores estrangeiros menos simpáticos ao regime reconhecem. Neto tem insistido na necessidade de se fazer uma nova revolução e parte sempre de duras análises críticas e de uma exigência estrita ao cumprimento das metas do Governo e dos objectivos ideológicos do partido. Essa linha de acção traz o partido num clima de tensão revolucionária e vai permitindo que as forças da transformação ganhem espaço na confrontação quotidiana com os vícios do colonialismo e os "rebuçados" da tentação capitalista.

a JMPLA converte-se em organização do Partido

8

Á Conferência da Juventude marcou um avanço expressivo na institucionalização revolucionária. As severas críticas e advertências ouvidas na reunião deram uma dimensão ainda mais relevante à assembleia juvenil.

SOB o lema, transformar a JMPLA (Juventude do MPLA) de organismo de massas em organização juvenil do Partido, realizou-se em Luan-

da, entre os dias 19 e 22 de Outubro, a 1.a Conferência Nacional da JMPLA.

A maioria dos 183 delegados, representantes de mais de 100 mil jovens até

João Belisário

então enquadrados na JMPLA foi escolhida entre os melhores combatentes das FAPLA, entre os melhores da classe operária e da juventude dos campos, além de representantes da juventude estudantil.

Dez meses depois da realização do 1.o Congresso do MPLA-Partido do Trabalho, e após um intenso movimento de discussões



internas dinamizadas pela Comissão de Reestruturação e por elementos do Comité Central do Partido, foram adoptadas, nesta reunião, resoluções de importância para a consolidação das conquistas revolucionárias e a preparação dos passos seguintes do processo de transformação da antiga organização de massas juvenil em organização partidária.

Durante quatro dias discutiu-se intensamente o relatório apresentado pela Comissão de Reestruturação, o programa e o projecto de estatutos, bem como uma série de medidas tendentes a dinamizar o sector juvenil do Partido, que conta actualmente com cerca de 100 mil filiados.

O facto da maioria da população angolana ser muito jovem, e terem sido, eles, os jovens os grandes impulsionadores da vitória

do MPLA, tanto contra o colonialismo português, como contra a invasão dos fantoches e racistas sul-africanos, conferiu a esta reunião uma importância fundamental para o futuro do processo em Angola.

No quadro da situação política nacional, esta conferência tem lugar numa altura em que está em marcha a nova revolução preconizada pelo Presidente Agostinho Neto.

Actualmente, o Movimento de Rectificação encontra-se na fase final da implantação das estruturas partidárias, na classe operária, no Exército, e no campo, após ter sido realizada a Conferência Nacional da UNTA (Organização Nacional dos Trabalhadores Angolanos) e da OMA (Organização das Mulheres Angolanas) e terem sido estabelecidos claros vínculos

entre as estruturas de massas, autónomas (não integradas no interior da organização partidária), e o Partido. Ou seja, sob todos os aspectos, a Conferência da Juventude realiza-se numa altura em que as consequências nefastas da tentativa fraccionista estão quase completamente sanadas, significando, por isso, um salto de qualidade.

O INTERNACIONALISMO, UMA PRÁTICA CONSTANTE

São vários os factores que temperaram a consciência política dos jovens que agora iniciam o seu processo de implantação nas estruturas partidárias. O internacionalismo da luta é um deles. Partindo do combate contra o colonialismo e de um profundo

angola

sentimento nacionalista, o Exército do MPLA foi constituído, na sua maioria, por jovens, e contou, desde o início, com a adesão da juventude de diversas nacionalidades, sobretudo de outras nações africanas. Muitos combatentes (como foi o exemplo do próprio Amílcar Cabral), tanto de Moçambique, como da Guiné, como de outros países africanos, não só dinamizaram a luta anti-colonial na sua própria terra, como participaram, e continuam a participar, em diferentes frentes de combate, da luta em Angola.

Na sua passagem pela África, também Guevara manteve contactos estreitos com o Presidente Agostinho Neto e com o Hoji Ya Henda, na 2.a Região Militar do MPLA.

Tanto pelas características a cima citadas, como pela própria necessidade de libertação definitiva do continente africano, a juventude angolana encontra-se temperada de uma enorme consciência internacionalista. Exemplo do que acabamos de afirmar, é o facto de entre os convidados especiais desta Conferência se encontrar Robert Mugabe, co-presidente da Frente Patriótica do Zimbabwe, bem como representantes das demais organizações que lutam pela libertação da África Austral.

AS ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS

Uma série de reuniões preparatórias realizadas em todo o país antecederam, e prepararam, a realização da Conferência.

A primeira destas reuniões realizou-se, de 8 a 9

Hoji ya Henda herói da independência

Na história de África abundam os exemplos de heroísmo e abnegação. A história recente de Angola, concretamente, está marcada por homens que souberam interpretar as esperanças do seu povo, tornando-se bandeiras da luta de independência. O povo angolano não os esquecerá. É o caso de Hoji Ya Henda.

Registado oficialmente como José Mendes de Carvalho, tratado familiarmente como "Zeca", Hoji Ya Henda – como passará à história do seu país – chegou a Luanda em fins de 1957. Estudante exemplar, depressa ganhou a simpatia de todos quantos eram seus colegas de escola.

Já naquela época, Hoji Ya Henda era um dos elementos mais activos da luta clandestina que se desenvolvia em Luanda. Com o recrudescimento da repressão e as detenções de 1959, começa a ser perseguido devido aos seus laços familiares com um dos militantes entretanto preso pelas autoridades coloniais.

Após o início da luta armada, em 1961, o MPLA organiza um destacamento dirigido por Tomás Ferreira para dar novo ímpeto à guerrilha na 1.a Região Político-Militar. O destacamento é dizimado na localidade de Fuek pela UPA (mais tarde FNLA) de Holden Roberto, mas Hoji Ya Henda, que consegue escapar com vida, foge para Kinshasa, onde é enviado pelo Movimento a prosseguir o seu treino militar. Passa um período na Guiné, donde segue para a Argélia, onde se familiariza com as táticas de guerrilha utilizadas pelos patriotas da FLN contra o colonialismo francês.

Quando se forma o EPLA (Exército Popular de Libertação de Angola), o MPLA distribui as suas forças. É nessa altura que é aberta a 2.a Região Político-Militar em Cabinda, e Hoji Ya Henda torna-se um dos seus máximos responsáveis. Ali começa a desenvolver todas as suas extraordinárias capacidades de dirigente.

Sobre ele disse um dos seus principais colaboradores nessa região: "Hoji Ya Henda era uma pessoa extraordinária. De facto, foi ele quem conseguiu suportar todas as nossas fraquezas. Era um homem de moral muito forte".

A 18 de Maio de 1966, a direcção do MPLA decide abrir a 3.a Região Político-Militar, nas províncias de Moxico e de Kuando-Kubango. Hoji Ya Henda – que ocupava o cargo de coordenador da comissão militar do MPLA – é designado para assumir a direcção da Frente Este, em 1967. As áreas libertadas depressa se estendem sob a sua direcção. A 14 de Abril de 1968, depois de haver comandado e executado a difícil missão de tomar o quartel de Karipande, Hoji Ya Henda cai em combate já no interior daquele aquartelamento.

Sobre ele, disse recentemente o Presidente Agostinho Neto, na sessão inaugural da Primeira Conferência Nacional da IMPLA: "O camarada Hoji Ya Henda foi um jovem que personificou a luta da nossa juventude, nas suas múltiplas características, para que a Revolução triunfasse. Homem de coragem, sem temores, capaz de sacrifícios enormes, estudioso, compreendeu bem as realidades do seu povo. Ele é um símbolo para todos, e muito especialmente para a nossa Juventude, que se organiza como Juventude do Partido. (...) Hoji Ya Henda sacrificou-se heroicamente (...) é um exemplo que nunca poderemos esquecer. É um exemplo que a nossa Juventude tem que seguir".



Hoji Ya Henda: «um exemplo que não poderemos esquecer. Um exemplo que a nossa Juventude tem de seguir» (Agostinho Neto durante a sessão inaugural da 1.ª Conferência Nacional da JMPLA)

de Junho, no Comissariado Municipal de Luanda e contou com a presença de delegados de todas as províncias, bem como de membros do Comité Central do Partido e da Comissão Nacional de Reestruturação. A segunda, realizada algum tempo depois, reuniu-se no Bié e preparou conscientiosamente as etapas a seguir até à ultimização da Conferência. Na ocasião, Lúcio Lara, membro do Bureau Político e do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, salientou a "ausência que ainda hoje se faz sentir da representatividade da juventude operária e campesina no seio de JMPLA, em contraste com o número de jovens da pequena burguesia que a ela estão vinculados".

Nesta segunda reunião elaborou-se o plano de actividades preparatórias para a segunda fase de execução. Entre elas destacava-se o estudo e a discussão dos documentos da Consciência a todos os níveis, e a sua divulgação massiva, para além de apontar a necessidade de se efectivarem colóquios de sensibilização. Nessa altura verificou-se também o fraco trabalho de sensibilização que se registava no seio da juventude combatente, tendo, para o efeito, sido tomadas medidas práticas de coordenação com os Comissariados Políticos das Forças Armadas e de Segurança.

Entre os dias 7 e 8 do mês de Outubro, realizou-se, então, a última reunião preparatória, no Município de Quibaxe, onde represen-

tações juvenis de todo o país discutiram as etapas anteriores e constataram que estavam criadas, finalmente, as condições para a realização da Conferência.

Foi então aprovada uma resolução sobre a organização e o funcionamento interno da Conferência e estabelecida uma ampla discussão dos projectos do programa, da ordem de trabalhos e do regulamento interno. Estavam, portanto, preparadas as condições para que, no dia 19 de Outubro, a Conferência Nacional da Juventude representasse o que de melhor havia na juventude organizada do país.

Paralela a essa intensa movimentação política, em todas as capitais provinciais, bem como nas vilas

angola dos diferentes municípios, a juventude realizava diversas manifestações de apoio, com sessões culturais, fogueiras de combate, discussão de temas ligados ao papel da Juventude na construção do Socialismo, actividades desportivas e recreativas, etc., que contribuiram de forma eficaz para a propaganda e para o nível de engajamento das massas juvenis do país.

O ACTO CENTRAL

O acto central da 1.a Conferência Nacional da Juventude foi presidido pelo Presidente Agostinho Neto, que proferiu, nessa altura, um importante discurso, em que traça as linhas de orientação da juventude angolana para os próximos anos.

Referiu-se, primeiramente, ao momento que a nação vive, lembrando que no quadro das últimas realizações do Partido esta Conferência tem particular importância pelo facto da JMPLA, de organismo de massas, se transformar em Organização do Partido. "Essa transformação, essencial, — afirmou o Presidente — foi realizada por recomendação do Comité Central e do Congresso do MPLA. É portanto uma recomendação que nós estamos a cumprir para satisfazer as exigências do nosso Congresso. E, assim, vamos assentando, completamente, a nossa vida interna no plano político". Lembrou, em seguida, a vida de Hoji Ya Henda, "jovem que personificou a luta da nossa juventude, nas suas múltiplas características, para que a revolução vencesse", conclamando a que toda a

juventude angolana o adoptasse como exemplo a seguir.

Ao falar do prestígio da JMPLA em todo o Mundo, o Presidente Neto afirmou: "Podemos estar orgulhosos, mais uma vez, de ter uma JMPLA com capacidade de mobilizar outros jovens do Mundo para respeitar as nossas opções e para realizar os objectivos internacionais comuns".

Pediu, então, aos participantes da Conferência que evitem atitudes rígidas e "posições esquerdistas que possam afastar da JMPLA elementos válidos que serão, possivelmente, militantes marxistas, como todos os que estão aqui presentes. Teremos que ser tolerantes — afirmou —, não pretendemos andar demasiado depressa".

Em seguida o Presidente Neto chamou a atenção para a responsabilidade daqueles elementos que foram eleitos para os organismos de direcção, lembrando que eles irão participar das reuniões do Comité Central do Partido e do seu Secretariado. Não deixando de explicar a diferença que havia entre os organismos de massas e os organismos partidários: "as organizações de massas não exigem que cada um dos seus membros seja membro do Partido. Todas as mulheres de Angola podem ser membros da OMA. Todos os trabalhadores de Angola podem ser membros da UNTA, independentemente da sua orientação política, da sua maneira de pensar. Na Juventude não. Na Juventude, são aqueles que seguem a linha política do Partido".

Criticou a actuação da JMPLA enquanto organização de massa, afirmando: "A JMPLA enquanto foi organização de massas, tra-

AS CRÍTICAS DO PRESIDENTE NETO

No seu discurso de abertura, o Presidente Neto lembrou aos presentes para que quando discutirem, tomarem em consideração a experiência já tida com o governo: "por vezes, porque era necessário actuar depressa, sem nenhuma experiência, nós fizemos estruturas demasiado pesadas, que fazem com que o aparelho governativo, por falta de quadros, não possa marchar convenientemente". Afirmando que não é importante "apresentar organigramas bem feitos, mas ter departamentos que funcionem e que sejam capazes de realizar a sua tarefa e que não sejam, portanto, um peso para a Direcção". Falando sobre a actual situação do aparelho de Estado afirmou: "nós temos Ministérios cheios de funcionários e técnicos. E temos um vazio ao nível empresarial. Ao nível das empresas não há técnicos. Os técnicos estão no Ministério a exercer funções burocráticos. Este não é o melhor caminho".

Falando sobre a necessidade da Juventude, constituída em organização do Partido, se inserir no seio do povo, afirmou o Presidente que as camadas sociais a que se deve dar atenção prioritária "são a juventude camponesa, que é maioritária no país, a juventude operária, a juventude estudantil, os Pioneiros".

Criticou a actuação da JMPLA enquanto organização de massa, afirmando: "A JMPLA enquanto foi organização de massas, tra-

balhou principalmente nas cidades e, por vezes, adoptando formas de organização que não correspondem perfeitamente às nossas tradições, nem às necessidades actuais do nosso povo".

Sobre o sector estudantil, o Presidente Neto afirmou que é um sector difícil neste instante. "Os fracionistas — disse — estiveram a mobilizar a nossa juventude, tornando-a anárquica, desobediente e desorganizada" (...) "Há certas ideias burguesas que persistem no nosso ensino, formas de organização que não respeitam os objectivos fundamentais da nossa política".

Afirmou que os jovens não procuram estudar as cadeiras de que o país está necessitando, para pôr em marcha a economia e que muitos estudantes, "e também compatriotas já formados, estão interessados em ver quando é que passam a ganhar mais, e a ter mais benefícios".

Apontou que a mudança dessa mentalidade no seio dos estudantes e dos professores tem uma importância muito grande, que deve ser uma das preocupações centrais da JMLPA.

"Para acabar com esse espírito que herdámos da burguesia portuguesa, temos de fazer algumas transformações urgentes a nível do ensino e teremos, também, de fazer muito trabalho político, especialmente de organização", assinalou o Presidente. Afirmou também que os Pioneiros necessitam de uma "melhor organização", regressando mais às tradições daquilo que existia "durante os anos em que se combateu aqui contra os portugueses

e contra os fantoches". "Durante esse tempo, muitos hábitos que eles tinham foram abandonados. Os Pioneiros tinham a sua maneira especial de marchar, nós tentámos acabar com isso. Fizemos uma marcha mais militar, quando eles tinham a sua maneira especial de marchar. Porquê não conservar essa maneira especial de marchar, se é uma coisa característica, é um elemento que foi produzido na luta? Eles tinham o seu hábito de fabricar as suas armas de madeira, com qualquer pedaço de pau, para poderem mostrar que também são combatentes. Nós acabámos com esse hábito. Agora, os Pioneiros já não têm as suas armas. Eles também tinham os seus quatéis... Porque não os deixamos ter os seus quartéis, em que todas as manhãs içam a bandeira do MPLA?

Enfim... não nos podemos guiar simplesmente por esquemas. Temos que nos guiar também pela História. Temos que guiar-nos por aquilo que é realmente nosso, angolano, porque o povo é angolano. E se nós não respeitarmos as tradições os costumes, a História do nosso povo, então não podemos organizar nada".

O Presidente Agostinho Neto referiu-se ainda à necessidade, não só de combater as ideias pequeno-burguesas que "prevalecem especialmente nas cidades", mas também a resolução de alguns problemas fundamentais para a vida dos jovens. O problema do trabalho, o problema da habitação, mas também a Juventude, afirmou o Presidente, deve participar da solução desses pro-



Não é por militarismo. Mas os pioneiros, imitando os mais velhos, também querem mostrar que são combatentes

blemas, com sugestões, com ideias, e mesmo com decisões. Falou, por último, sobre as mulheres, que não se encontram ainda emancipadas, e criticou duramente que mesmo ali, na Conferência, se visse a tendência para os jovens se oporem à eleição de camaradas do sexo feminino.

"Foi preciso algumas discussões para que as nossas jovens participassem aqui na Conferência. Ora isso não pode ser. Isto é porque não há respeito pelas jovens. Não há respeito pelo sexo feminino, e consideramos sempre que são inferiores, que não devem participar em actos políticos como este".

ÁFRICA AUSTRAL

os Movimentos de Libertação

II — Zimbabwe

Paulo César Braz

Com este segundo artigo, de uma série de três, os «*Cadernos do Terceiro Mundo*» abordam três áreas em conflagração do Continente Africano, África do Sul, Zimbabwe e Namíbia, naquilo que determinará os seus futuros: os movimentos de libertação.



APESAR de todas as aparências, a Rodésia continua a ser formalmente uma colónia da Inglaterra, já que, mesmo depois de, em 1965, o regime colonial-racista ter proclamado unilateralmen-

te a “independência” do país, este acto não foi reconhecido por nenhum Estado do Mundo.

Na Rodésia, uma minoria branca de 270 mil brancos desfruta de todos os direitos, enquanto que mais de

seis milhões de africanos negros estão privados praticamente do poder político, e são vítimas de uma impiedosa exploração. A política interna baseia-se numa feroz opressão e na discriminação racial.

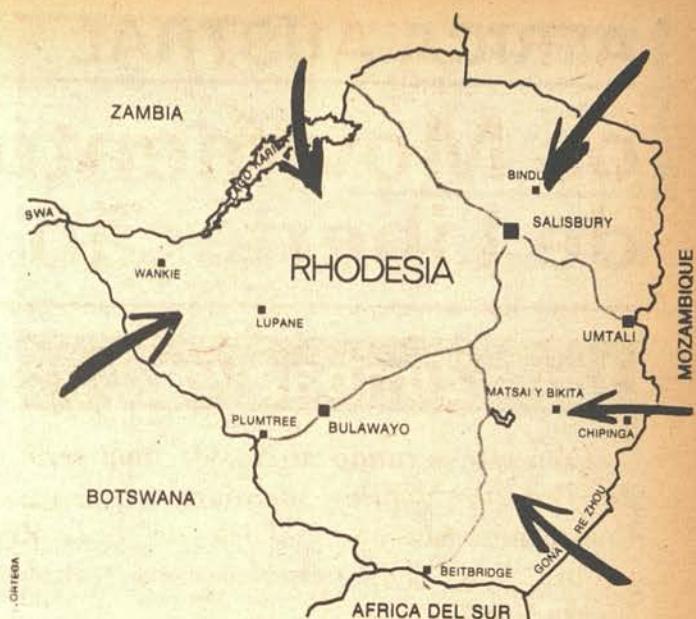
Como prioridades dos movimentos de libertação nacional, a principal na etapa actual, é a liquidação da ordem colonial-racista, e a concessão de igualdade política a todos os habitantes do Zimbabwe. Mas, a obtenção desse objectivo, só será possível pelo derrube do regime racista que domina o país, e com a entrega do poder aos autênticos representantes do povo.

A / AFI

A ZAPU (Zimbabwe's African People Union), ou a União do Povo Africano do Zimbabwe, é a principal organização de libertação do país. Criado em 1961, este partido é o herdeiro do Congresso Nacional Africano da Rodésia (1957-59), e do Partido Democrático Nacional (1960-61), proibidos pelos racistas. A ZAPU goza de um amplo apoio de todas as camadas da população africana do Zimbabwe.

Além da aprovação de uma nova Constituição, a ZAPU pronunciou-se também pela liquidação das relações racistas no país, pela criação de um governo maioritário e pela realização de reformas democráticas, tudo dentro do princípio "cada pessoa um voto".

O documento "Concepção Ideológica da ZAPU", publicado no início da década de 70, contém os principais dispositivos programáticos da organização. A ZAPU parte do princípio de que o racismo, que serve de base ao governo do regime da minoria branca, é uma política imperialista que tem por meta a manutenção das relações



capitalistas no país. O partido proclama como seu objectivo a criação da República Democrática Popular do Zimbabwe, e a construção da sociedade socialista.

O programa da ZAPU prevê a liquidação das relações racistas, a entrega da terra, dos recursos naturais e dos principais meios de produção ao Estado popular, a concessão da igualdade de direitos civis a todos os cidadãos, o desenvolvimento da economia nacional planificada, contando com as suas próprias forças. E, prevê também, a realização da revolução cultural.

A ZAPU foi proibida em 1962 e passou a actuar na ilegalidade. Quando, em 1964, o partido foi vítima de nova onda repressiva, uma parte da direcção partiu para a Zâmbia, onde foi criado um centro estrangeiro. Foi depois dessa proibição que a ZAPU passou a desenvolver a luta armada contra o regime racista e,

desde o início deste decénio, esta luta revestiu-se de especial intensidade.

Ao considerar a luta armada como o principal meio da obtenção dos objectivos que se propôs, a ZAPU não rejeita, no entanto, uma solução política negociada da questão rodésiana.

Os órgãos dirigentes da ZAPU são o Comité Nacional Executivo, o Comité Central e o Conselho Revolucionário, que se dedica às questões da luta armada. A sede da organização é em Lusaka.

O presidente da ZAPU é Joshua Nkomo, que é também presidente do Conselho Revolucionário. O secretário-geral é Joseph Msika.

A ZAPU tem dois órgãos de imprensa, a revista mensal *Zimbabwe Review*, e o jornal *Zimbabwe People's Voice* ("A Voz do Povo do Zimbabwe").

Foi em 1963 que ocorreu uma cisão na ZAPU, em consequência da qual se

Zimbabwe

separou do partido um grupo de elementos nacionalistas liderados pelo padre N. Sithole, que criou a "Zimbabwe's African National Union", ou ZANU.

A ZANU

Depois da sua criação, a actividade legal da ZANU foi logo proibida pelas autoridades, e os seus dirigentes passaram a ser perseguidos. A nova organização proclamou também o derrube do regime pela via armada, e começou a formar os seus próprios destacamentos guerrilheiros.

A tarefa de liquidar com a propriedade privada foi aprovada com o programa da ZANUU, em 1971, onde também eram incluídas a liquidação da exploração e a necessidade de serem realizadas reformas democráticas. O programa orientava o partido para a construção, no Zimbabwe, de uma república nacionalista e pan-africana, levando em conta as tradições do socialismo "africano". As actividades práticas do partido eram manifestações características de estreito nacionalismo e extremismo, e após a cisão da ZANU, em meados de 70, em vários agrupamentos, o programa foi de facto abandonado.

SURGE O CNA

Em 1971, a Inglaterra propôs o plano da chamada "solução constitucional" para a Rodésia, que nada mais era, que uma negociação com o regime de Smith para manter o poder nas mãos da minoria branca. Estas manobras foram fielmente combatidas pela maioria negra, e à frente



O bispo Muzorewa, até agora um aliado preferencial dos racistas



Sithole, que juntamente com Muzorewa e Chirau, é um dos signatários do Acordo Interno com o regime racista de Ian Smith

deste amplo movimento de protesto colocou-se o Conselho Nacional Africano (CNA), criado por iniciativa da direcção da ZAPU.

A base do CNA foi constituída pelas organizações locais da ZAPU, e, em parte, pela ZANU. Com actuação legal dentro do país, o CNA sustentava as posições de métodos exclusivamente não violentos de luta. O CNA foi dirigido pelo bispo Muzorewa.

Ainda em 1971, o ex-vice-presidente da ZAPU, J. Chikerema, retirou-se da Organização e fundou a Frente de Libertação do Zimbabwe (FROLIZ). Esta frente representava um agrupamento pouco numeroso que não desfrutava de influência real no país, e que não participava nas operações militares. O próprio Chikerema encontrava-se até ao Outono de 1977 no exílio.

As lutas de libertação na África sofreram um grande impulso com o fracasso do colonialismo português no Continente. Os Estados imperialistas, compreendendo o carácter inevitável da derrota de Ian Smith e do seu

regime racista, procuraram quebrar o ímpeto da luta revolucionária e ganhar tempo para consolidar as suas posições, passando à tática de manobras de interferência directa na solução dos problemas do Zimbabwe. Estas manobras nada mais visam do que proteger seus interesses e debilitar as forças de libertação nacionais.

Nkomo e Sithole foram postos em liberdade em 1974, depois de dez anos de prisão. Procurando unir as forças de libertação do Zimbabwe, os países da chamada "linha da frente" propuseram unir-se aos dirigentes das quatro organizações que existiam naquele momento: a ZAPU, a ZANU, o CNA e a FROLIZI. Estas quatro organizações uniram-se, em Dezembro de 1974, criando o "novo" Conselho Nacional Africano.

As funções de presidente da nova organização foram confiadas provisoriamente, até à realização de eleições, a Abel Muzorewa, e na mesma época, em Dezembro de 1974, Smith foi obrigado a concordar com



Mugabe, da ZANU, e Nkomo, da ZAPU, copresidentes da Frente Patriótica

o início das conversações com o próprio Muzorewa sobre a solução constitucional para a Rodésia. Estas conversações duraram até o Outono de 1975, mas, depois, foram interrompidas, devido à posição obstrucionista do regime rodesiano.

O CNA foi reconhecido pela OUA como o único representante do povo em luta no Zimbabwe, mas esta formação resultou ser formal e nada estável. Muzorewa, Sithole e Chikarema convenceram-se de que os militantes da ZAPU tinham uma influência predominante na organização, e enveredaram pelo caminho da protelação das eleições dos órgãos dirigentes, e, finalmente, pela via da divisão do partido. Recusaram-se mesmo a reconhecer o Comitê Executivo do CNA com Joshua Nkomo na presidência, que foi eleito num congresso realizado

em Setembro de 1975, em Salisbúria, e criaram a sua própria organização, também sob o nome de CNA.

O CNA, dirigido por Nkomo, considerava possível a via da solução pacífica com a simultânea intensificação da pressão militar sobre o regime racista. E foi assim que Nkomo reiniciou as conversações com Smith, que se encontrava num impasse. Smith, porém, não admitia nenhum compromisso, e, em Março de 1976, as negociações foram interrompidas.

Os países ocidentais elaboraram um novo plano apresentado em meados do mesmo ano, um plano de solução constitucional, que depois de uma coordenação prévia com Pretória e Salisbúria, foi oficialmente aprovado no mês de Setembro por Ian Smith. Este plano, mundialmente conhecido como "plano Kissinger", previa a passagem

do poder à maioria negra num prazo de dois anos, mas o mecanismo de entrega proposto por este plano, dava a última palavra na escolha das resoluções de fundo ao regime racista.

Já depois de Smith ter aceitado o plano, a Inglaterra deu início à preparação forçada de uma Assembleia Constituinte, que começou a funcionar em Outubro de 1976, em Génova.

A FRENTE PATRIÓTICA

Já em Setembro de 1976, o CNA - Muzorewa sofrera uma nova cisão, quando Sithole declarou o restabelecimento da ZANU, e mais outra ainda, quando Mugabe restabelece a "sua" ZANU, apoiada nos destacamentos guerrilheiros com bases em Moçambique. Dá-se em Génova a participação, além da Inglaterra e do regime

Zimbabwe

de Smith, de quatro organizações africanas: o CNA dirigido por Nkomo, o CNA dirigido por Muzorewa, a ZANU dirigida por Sithole, e a ZANU dirigida por Mugabe.

Nas vésperas da conferência, Nkomo e Mugabe chegaram a um acordo para a formação da Frente Patriótica do Zimbabwe (FPZ), para fazerem frente, em conjunto, às manobras conjuntas dos países ocidentais e dos racistas.

Sobre o "plano Kissinger", o que podemos dizer é que, apesar das divergências surgidas, foi rejeitado por todos os participantes africanos da Conferência de Genebra. E, em Dezembro de 1976, a citada conferência foi adiada por um prazo indeterminado.

Criada às vésperas da Conferência de Genebra, a Frente Patriótica constitui, actualmente, a nosso ver, a principal força do movimento de libertação. Podemos dizer que a sua formação significou a consolidação e o fortalecimento das forças progressistas e democráticas do Zimbabwe.

Em Julho de 1977, a OUA reconheceu a Frente Patriótica como a única representante legítima do povo do Zimbabwe.

Sem rejeitar em princípio uma solução política para a questão, a Frente Patriótica considera determinante a intensificação da luta guerrilheira, e envia sérios esforços nesse sentido.

A organização presidida por Joshua Nkomo, depois da formação da Frente Patriótica, retomou o nome de ZAPU, e, juntamente com a ZANU, através da FPZ, contabilizam todas as

forças armadas em luta pela libertação. A criação da Frente não constitui, no entanto, na fusão das duas organizações, que guardam as suas independências orgânicas. O órgão comum dos dois partidos, que tem por missão elaborar e adoptar resoluções, é o Comité Coordenador.

A Inglaterra e os Estados Unidos, depois do fracasso das conversações em Genebra, elaboraram um novo plano de "solução", divulgado em Setembro de 1977, que apesar de apresentar diferenças do "plano Kissinger", perseguia o mesmo objectivo: manter o status quo na Rodésia. Este "novo" e esquisito plano, previa a formação, até ao fim de 1978, de um governo do Zimbabwe independente, mediante a realização de eleições gerais. Estas eleições, por sua vez, seriam realizadas sob o controlo de uma comissão de administração, sem a participação da Frente Patriótica. Mas, pasme-se, deviam ser mantidos o aparelho policial e o exército do regime racista.

O plano foi discutido em Fevereiro de 1978, em Malta, com a participação da Inglaterra, dos Estados Unidos, e da FPZ. Não houve nenhum resultado concreto.

A ZUPO

Enquanto discutiam na mesa de conversações com a FPZ, a Inglaterra e os Estados Unidos apoiavam activamente os esforços de Smith com vista à obtenção da "solução interna", com esperanças depositadas nas forças neocoloniais. Muzorewa e Sithole

tornaram-se os principais parceiros destas manobras, e depois de regressarem do exílio, em meados de 1977, iniciaram activas conversações com Smith.

Para estas conversações, foi chamada também a Organização Popular Unida do Zimbabwe (ZUPO), uma organização fantoche dirigida pelo chefe tribal Chirau. Criada em Janeiro de 1977, a ZUPO contou desde o início com o beneplácito das autoridades racistas, pois representa a cúpula da aristocracia conciliadora do país.

Em Fevereiro deste ano, Smith por um lado, e Muzorewa, Sithole e Chirau, pelo outro, assinaram um acordo sobre a "solução interna", que prevê a criação de um Parlamento onde, nos próximos dez anos, 28 mandatos em 100 pertencerão aos brancos, o que não reflecte, em absoluto, a correlação étnica do país. E, mais ainda, existe um mecanismo político, um "voto de qualidade", que permite aos representantes brancos bloquear completamente qualquer decisão tomada pelo Parlamento, isto é, por uma eventual maioria negra. O acordo mantém a polícia e as forças armadas sob controlo dos brancos, e garante a defesa da propriedade privada da terra e dos meios de produção.

O acordo sobre a "solução interna" foi, como seria de esperar, rejeitado pela Frente Patriótica, cujos representantes declararam a decisão categórica de que a Frente continuaria a intensificar a luta armada até à vitória plena sobre os racistas.

Estas manobras neocolo-

os ratos começam a fugir

"Os brancos dominarão a Rodésia durante mil anos". Semelhante declaração foi feita pelo chefe dos racistas rodesianos, Ian Smith, há cerca de três anos. Hoje, o mesmo Ian Smith, pede em tom suplicante aos seus concidadãos brancos que não fujam do país, que lhe dêem "mais alguns meses". No entanto, aquela minoria privilegiada, ignorando os apelos do seu líder continua a abandonar a Rodésia a ritmos crescentes.

No ano passado, só segundo os dados oficiais, abandonaram o país 16 600 pessoas, ou seja, um em cada 14 colonos brancos. Números bastante inferiores à realidade, segundo o "Star", de Joanesburgo, pois não inclui os cidadãos que fogem sem cumprirem as formalidades legais.

Calcula-se que 85 por cento dos partidários de Smith foram obrigados a transferir-se para as cidades, de onde os racistas, mesmo armados até aos dentes, só se arriscam a sair em colunas defendidas por uma escolta militar. As casas dos colonos brancos são protegidas contra as granadas, com redes, e estão equipadas com sistemas de alarme. As ruas são patrulhadas por guardas armados.

Os racistas vivem hoje no Zimbabwe "sem largarem as metralhadoras das mãos". Mas se, quanto às metralhadoras, é muito simples recebê-las dos patronos do Ocidente, quanto às mãos para as porem a funcionar, elas faltam cada vez mais. De facto, são cada vez menos os interessados em servir como mercenários de Smith.

Actualmente, as perdas diárias do exército racista são de tal ordem que, mesmo por mais dinheiro, encontram-se poucos mercenários interessados em se porem à frente das balas. Os efectivos das tropas de Smith são cada vez menores, e só em grandes unidades se arriscam a deslocar-se às localidades rurais.

Ian Smith procura febrilmente meios que o possam ajudar a salvar o regime da catástrofe. Proibiu a imprensa de publicar qualquer informação sobre os guerrilheiros que não partissem dele próprio. É evidente que não foi por isso que os ataques dos guerrilheiros se tornaram menos intensos.

Recentemente, um dos líderes da Frente Patriótica, R. Mugabe, sublinhou mais uma vez, que "quaisquer manobras que tenham por fim manter, sob este ou aquele pretexto, o regime de Smith, serão rejeitadas pela Frente. Existe uma única solução aceitável para o problema do Zimbabwe: a transferência do poder político e militar para o povo do nosso país, e até o conseguirmos, a luta de libertação continuará a ser intensificada". "A luta armada no Zimbabwe", assinalou há dias outro líder da Frente Patriótica, Joshua Nkomo, "prosseguirá até à vitória total sobre o regime racista".

Fazendeiros, empresários, banqueiros e mercenários fogem receando a cólera daqueles que durante tantos anos exploraram impiedosamente. A fuga dos racistas constitui um prenúncio de mudanças positivas no Zimbabwe.

O navio racista de Smith afunda-se, e os "ratos" tratam de se pôr a salvo.

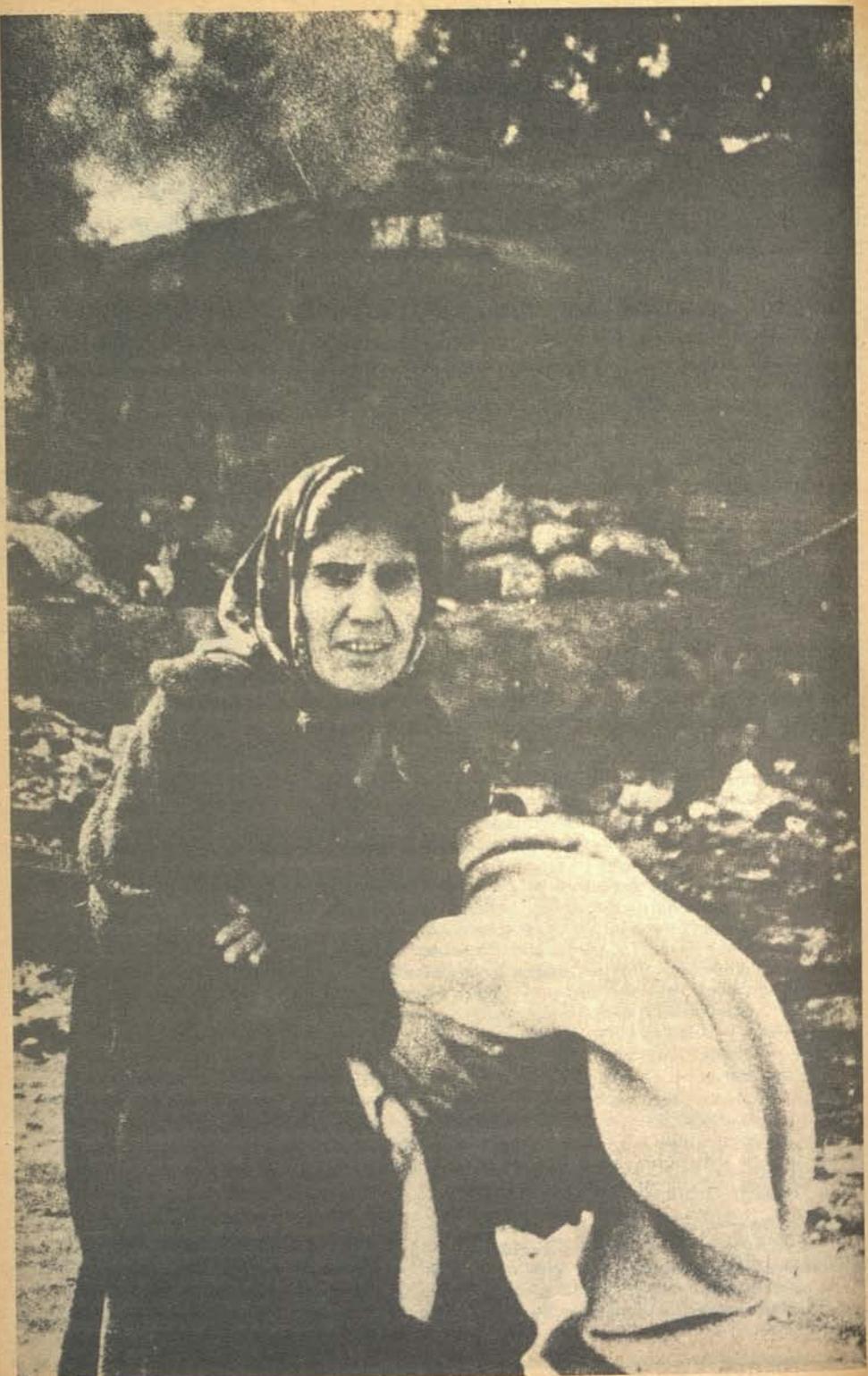


O fim do «charme» discreto da minoria racista...

nialistas foram denunciadas pelos "países da linha da frente", e pela opinião pública progressista mundial. E, por iniciativa deste grupo de países, as questões sobre a situação da Rodésia foram apresentadas à discussão do Conselho de Segurança da ONU, que salientou que qualquer "solução interna" sob a égide do regime racial-fascista, é inaceitável e ilegal.

Compreende-se, portanto, porque é que os partidários de Smith se sentem tão pouco à vontade, e não é a troco de nada, que a proporção de brancos para os naturais do país tenha baixado de 1 para 10, para uma relação de 1 para 28.

Os ratos começam a fugir.



MÉDIO ORIENTE

A cimeira de Bagdad

Os Árabes avançam na sua unidade e abrem uma nova alternativa «ante a capitulação e o aventureirismo»

Mohamed Salem

COMENTANDO os resultados da reunião entre os presidentes dos Estados Unidos, Israel e Egito, em Camp David, "Cadernos do Terceiro Mundo" sustentava no seu número anterior que era provável que "se debilite o apoio da direita árabe à posição de Sadate e que avance a unidade entre as forças progressistas. Camp David pode ser o incontrolável detonante de uma radicalização que, a longo prazo, poderá romper, o actual impasse político e militar no Médio Oriente, em favor de uma mudança revolucionária e de uma paz justa e verdadeira".

Foi exactamente neste sentido a evolução dos acontecimentos nas últimas semanas. O Mundo Árabe

não assistiu passivamente à capitulação de Sadate; pelo contrário, superou uma situação adversa em que nunca estivera tão desunido e debilitado, recuperou a iniciativa e é agora o "trio de Camp David" que teve de passar à defensiva. O primeiro passo foi dado pelo Iraque, cujo governo dirigiu a todas as capitais árabes um convite para uma reunião cimeira a ser realizada em Bagdad, a fim de avaliar a nova situação. O Egito não foi convocado e esta seria a primeira cimeira árabe a realizar-se fora da sede oficial da Liga Árabe no Cairo.

"Militarmente, a Conferência de Camp David procurou congelar a frente egípcia, para permitir a livre expansão do inimigo desde o Nilo até ao Eufrates", afirmou Saddam Hussein, vice-presidente do Conselho de Comando da

Revolução iraquiana, ao explicar os objectivos da convocação do seu governo. "Politicamente – prosseguiu – a reunião de Camp David procurava impor a fórmula de claudicação aos árabes. Sadate recebeu parte do Sinai, mas entregou todo o Egito ao inimigo sionista e ao imperialismo norte-americano para que fosse usado como cabeça de ponte contra a Pátria Árabe e a África.

RECONCILIAÇÃO SÍRIO-IRAUIANA

Poucos dias antes da cimeira, o governo iraquiano tomou a decisão de convidar o presidente sírio Hafez Al Assad, a deslocar-se a Bagdad, pondo fim a mais de dez anos de bloqueio nas relações sírio-iraquianas.

A histórica entrevista en-

tre os presidentes Assad e Al-Bakr não só terminou com um ambicioso programa de aproximação entre ambos os países, como foi também interpretada pela imprensa árabe como "o começo de uma nova era anti-sionista", necessária para fazer frente ao desafio de Camp David. O diário israelita "Jesuralem Post", por sua parte, manifestou que a reconciliação constitui "a ameaça real que enfrentam as conversações israelo-egípcias em Washington", enquanto a emissora estatal judia atribui aos círculos militares de Israel a afirmação de que o acordo "reforça a capacidade militar síria nas alturas do Golan". Ter-se-ia produzido, segundo as mesmas fontes, "uma mudança categórica na situação militar na região".

O espírito da Carta Nacional para a Ação Conjunta, assinada a 26 de Outubro em Bagdad, esteve presente na Cimeira iniciada a 30 do mesmo mês, a nível de ministros na capital iraquiana. Saadum Hammadin, Ministro das Relações Exteriores do país sede, sintetizou no seu discurso de abertura os três pontos centrais das deliberações:

1) a necessidade de examinar a situação política do Mundo Árabe após os acordos de Camp David;

2) a oferta de reforços para a frente oriental, particularmente no Golan sírio;

3) a constituição de um fundo de nove mil milhões de dólares destinados aos países da "Linha da Frente" (Síria, Jordânia), à OLP e inclusivamente ao Egito, se este país optasse por abandonar a sua actual po-

a carta nacional de accão conjunta

O texto do transcendente documento assinado pelos presidentes Ahmed Al-Bakr, do Iraque, e Hafez Al-Assad, da Síria, diz nos seus parágrafos fundamentais:

"Em resposta à responsabilidade nacional e histórica das lideranças do Iraque e da Síria;

E como consequência da sua profunda convicção nos princípios do nacionalismo e da unidade árabe;

Conscientes dos graves perigos contra a Nação Árabe impostos pela aliança imperialista-sionista, mais graves e perigosas na actual conjuntura pela assinatura dos acordos traiçoeiros entre o regime egípcio e entidade sionista;

Sentindo a necessidade de assegurar os pré-requisitos à defesa de causa árabe, sua dignidade, sua soberania e o seu futuro;

E determinados a conseguir uma mudança qualitativa nas relações entre ambos os países irmãos;

Os dirigentes dos dois Estados reuniram-se em Bagdad, de 24 a 26 de Outubro de 1978, numa atmosfera caracterizada pelo profundo sentido da sua responsabilidade histórica, e pela decidida determinação de responder às esperanças nacionalistas das massas árabes;

Ambas as lideranças aprovaram uma Carta de Ação Conjunta entre os dois Estados, em todos os campos políticos, militares, económicos, culturais, informativos e outros, para atingir as formas mais fortes possíveis de relação unitária entre os dois Estados e o caminho para a unidade árabe, considerada como o objectivo máximo das massas árabes.

A partir desta Carta, estabeleceram-se quatro Comissões Conjuntas, para assuntos políticos, económicos, educativos e militares. Esta última se encarregará de estabelecer uma fórmula de acordo de defesa comum, que pode servir de base à união militar total entre os dois países".

lítica em relação a Israel.

ESFORÇOS UNITÁRIOS

A dois de Novembro iniciou-se a segunda etapa da Cimeira, a nível de Chefes de Estado, com a participação de todos os Países árabes, menos o Egito, o que constituiu um triunfo da política unitária, contra as previsões de que alguns regimes reaccionários se absteriam de comparecer.

A conferência deliberou, como é óbvio, à porta-fechada. Enquanto os correspondentes das agências transnacionais se dedicavam a especulações de toda espécie sobre as eventuais discrepâncias internas, a Cimeira foi o marco propício para múltiplas reuniões bilaterais do mais alto nível. Assim, delegações da OLP e do governo iraquiano estudaram os mecanismos para melhorarem as relações entre ambas as partes, que tinham tido momentos muito tensos poucas semanas atrás. Por outro lado, o próprio Yasser Arafat, dirigente máximo da OLP, anunciou que "actualmente não existem conflitos com o governo da Jordânia, graças ao processo de pacificação entre a Organização Palestina e o Rei Hussein, iniciado a fins de Setembro com a mediação do presidente líbio Muammar Khadafi.

Como consequência dessa aproximação poder-se-á produzir brevemente a reabertura de uma delegação da OLP na capital jordana, superando uma situação de ruptura que data do tristemente célebre "Setembro Negro" de 1971.

As discrepâncias sobre a conflitiva situação no Líbano também foram analisa-

das em múltiplas reuniões entre Arafat e o presidente Elias Sarkis, o mandatário sírio Hafez Al Assad, o príncipe Fahd, herdeiro do trono saudita, e o rei Hussein da Jordânia e conseguiram-se acordos que certamente repercutirão em favor da paz naquele país, a manutenção da sua integridade territorial e a sua mais firme participação na defesa da causa árabe.

A 4 de Novembro, numa última tentativa para persuadir Sadate, a Cimeira enviou ao Cairo uma delegação integrada por representantes do Líbano, Iraque, Síria e Emirados Árabes, que reflectia os diversos matizes políticos expressados. A comissão foi rejeitada por Sadate, que se negou inclusive a recebê-la e este desaire precipitou o desenlace.

Os acordos de Camp David foram condenados por unanimidade, o que dissipou toda esperança de Washington de ganhar para o seu projecto pelo menos alguns dos governos árabes dos chamados "moderados". Além disso, foi estabelecido um fundo comum para a luta anti-sionista de onze mil milhões de dólares, cifra superior à que foi inicialmente proposta, e definiram-se medidas concretas de acção para o caso de Sadate finalmente assinar a paz em separado com Israel. Medidas que, naturalmente, são mantidas em segredo, por enquanto.

Na opinião de Yasser Arafat, a Cimeira de Bagdad "foi uma réplica decisiva aos acordos de Camp David". Com expressões semelhantes, todos os participantes se congratularam com os resultados, com a



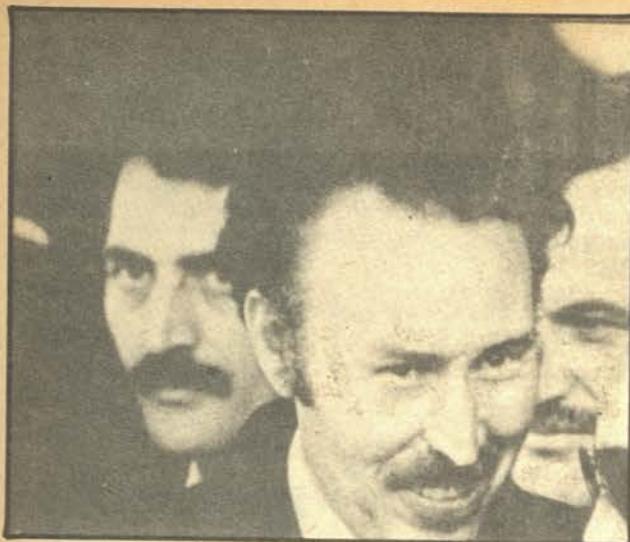
Kadhafi, da Líbia



El-Bakr, Presidente do Iraque



Yasser Arafat, da OLP



Boumedienne, da Argélia



Hussein, da Jordânia



Afez Assad, da Síria

excepção talvez do Sudão que tem sido historicamente um aliado das posições egípcias. O próprio príncipe Fahd — de quem a diplomacia norte-americana esperava que evitasse um pronunciamento categórico — foi contundente na sua condenação às actuais negociações israelo-egípcias, ao observar que elas “não prevêem a retirada total de Israel dos territórios ocupados, nem o reconhecimento dos direitos legítimos do povo palestiniano.”

UMA NOVA ALTERNATIVA

Enquanto egípcios e israelitas continuam negociando em Washington, a discutir sobre os milhares de milhões de dólares que Carter deverá pagar a cada um para “persuadí-los” a aceitar a Pax Americana, a consolidação de uma posição árabe comum já está produzindo resultados.

A Conferência dos Países Islâmicos, por exemplo, or-

ganização que agrupa mais de quarenta nações de África e Ásia, ratificou numa reunião extraordinária dos seus Ministros de Relações Exteriores, que “as questões de Jerusalém e Palestina são as mais importantes do Mundo Islâmico” e que a pretensão de Israel de situar em Jerusalém a sua capital constitui um desafio a todos os membros da Conferência Islâmica.

O fortalecimento da Frente Oriental, por outro lado, já está em marcha, e até mesmo dentro do Egito os resultados da Cimeira, apesar de silenciados pela imprensa — estão estimulando os sectores opositores. Novas mudanças a nível da cúpula militar egípcia indicam que Sadate não conta com o apoio de toda a oficialidade do seu país. E neste sentido os participantes da Cimeira foram muito cuidadosos em distinguir a sua condenação ao governo do Cairo, da sua solidariedade permanente com o povo árabe do Egito.

O futuro é incerto. Mas como explicou o vice-presidente iraquiano Saddam Hussein, as opções do Mundo Árabe, ainda que reduzidas, não se limitam às “duas alternativas abstratas da submissão ou do aventurismo.” Entre as duas, afirmou, “já existe um amplo espaço disponível para ser utilizado militar e politicamente”. A unidade árabe expressa em Bagdad amplia este espaço, elemento essencial para assegurar o fim da ocupação das terras árabes e a efectiva auto-determinação do povo palestiniano, único meio de garantir uma paz definitiva no Médio Oriente.

ASIA

TIMOR

A GUERRA DO PVO

*«A vitória, mais que militar, será política»
afirma-nos o Ministro das Relações Exteriores
da República Democrática de Timor Leste*

MARI Alkatiri, ministro das Relações Exteriores da República Democrática de Timor Leste esteve recentemente no México, onde se encontrou com altas individualidades do governo mexicano e com os principais dirigentes de diversos partidos políticos. É a primeira visita à América Latina de um membro do governo timor, e contribuiu para esclarecer, nesta região, a luta que o seu povo travá contra a invasão da Indonésia. Luta que desperta cada vez mais simpatias em todo o Terceiro Mundo. De visita à redacção dos "Cadernos do Terceiro Mundo", Alkatiri concedeu-nos esta entrevista exclusiva:

– Qual é a situação actual da luta independentista de Timor-Leste?

– Neste momento, em Timor, continua uma larga ofensiva por parte das forças da Indonésia. Iguais ofensivas se tinham efectuado o ano passado na zona oriental do nosso país. Que foram derrotadas, desmanteladas pelas forças de

libertação, nos princípios deste ano. No início de Agosto, os invasores indonésios, com apoio de pilotos norte-americanos, lançaram uma ofensiva ainda maior contra as nossas forças, mobilizando cerca de 60 mil soldados, apoiados pela força aérea norte-americana.

Os aviões são norte-ameri-



Cristina Canoura

canos, os pilotos são norte-americanos, a ofensiva foi traçada por estrategas norte-americanos, indivíduos que estiveram no

timor

Vietnam, apoiados por artilharia pesada e grande quantidade de soldados de infantaria. Contaram com quase quinze mil soldados especiais.

— Tem provas da presença de pilotos norte-americanos?

— O problema de apresentar provas é o mesmo que tivemos desde o começo da guerra. É muito difícil trazer documentos para fora. O bloqueio ao nosso país é grande, tanto a nível aéreo como naval. E isto dificulta enormemente ter um contacto físico regular com os nossos companheiros que estão lutando. Esta é uma das razões pelas quais não possuímos documentos necessários para provar a intervenção norte-americana. Mas esta denúncia, fazêmo-la três anos depois de começada a guerra, e não é uma denúncia leviana. O nosso povo está a sentir na sua própria carne esta intervenção.

Claro que as autoridades norte-americanas em Washington desmentiram várias vezes esta presença. É muito natural. Seria estranho se não o tivessem feito. Mesmo quando bombardeavam Hanói, e todo o Mundo o sabia, eles desmentiam. Quanto mais agora, quando sabem que existe um bloqueio contra o nosso país. Podem desmentir com mais facilidade.

Gostaríamos realmente que esse desmentido correspondesse à verdade e que a nossa denúncia correspondesse à mentira. Mas, de facto, não se pode. A denúncia é a verdade, e o desmentido a mentira. Esta é a realidade, e já prometemos à opinião pública mundial que o provaremos.

— Qual é a posição actual da vizinha Austrália em relação ao conflito?

— A posição da Austrália é completamente incompreensível. A Austrália afirma que reconhece de facto a anexação de Timor Leste pela Indonésia. Mas não o reconhece "de jure". De todas as formas, a cooperação entre a Austrália e a Indonésia é muito nítida, muito clara. Nos começos da guerra havia ainda muita camuflagem nessa cooperação. Agora, todo esse disfarce deixou de existir. A Austrália coloca-se claramente do lado da Indonésia. Não autoriza de forma nenhuma qualquer dirigente da FRETILIN a visitar a Austrália, para contactar as forças progressistas e democráticas que nos apoiam.

— No entanto, não cessa o apoio do povo australiano à luta da FRETILIN...

— Sim, o apoio popular é muito grande. E continuam a funcionar os receptores que captam a Rádio Maubere, directamente de Timor-Leste.

DESCONTENTAMENTO NA INDONÉSIA

— Pensam que se pode abrir alguma brecha política dentro do exército indonésio?

— Neste momento, dentro do exército indonésio existem grandes divisões, mesmo a nível de generais. É necessário fazer notar que, nos começos deste ano, um general indonésio, directamente vinculado à guerra, de nome Ben Murdani, contactou a FRETILIN para encontrar, como ele dizia, uma solução pacífica para o problema de Ti-

mor Leste. Este interesse do general despertou as forças imperialistas, especificamente as norte-americanas, que começaram a notar que a Indonésia por si só era incapaz de continuar a guerra. Produziu-se, então, o afastamento deste general e a intervenção directa das forças norte-americanas.

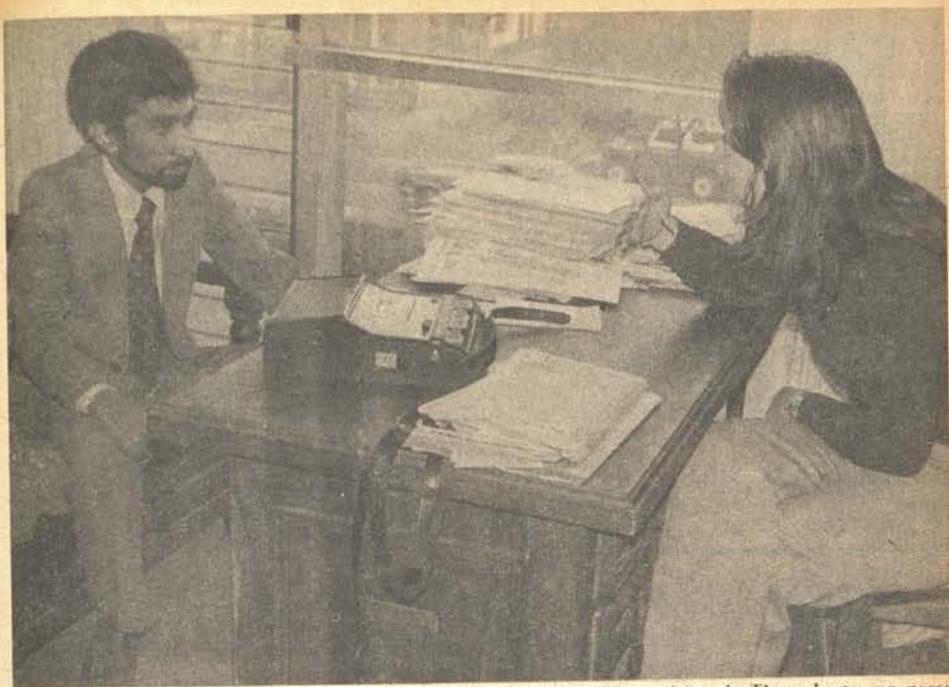
Esta intervenção é resultado da derrota política e também da derrota militar do exército indonésio.

Nesta altura há um descontentamento generalizado na Indonésia: a nível de massas, e a nível de Forças Armadas, que chegam a recusar-se a combater. É de salientar que o serviço militar é obrigatório.

Existe também uma tentativa de liberalização das forças armadas. Uma tentativa de lhes dar outro sentido. É por isso, por exemplo, que aparece um general Widodo, que afirma que as forças armadas devem ser da confiança do povo e não estarem contra o povo. Este oficial procura aparecer como figura salvadora, quando ele próprio está ligado directamente ao imperialismo. O general Widodo é uma das pessoas indicadas na Indonésia para substituir Suharto.

Isso estaria ligado à evocação da figura histórica de Sukarno, forjador da independência Indonésia, que ultimamente tomou novo vigor?

— O que sucede de facto na Indonésia, é que existe um descontentamento geral das massas. Existem condições objectivas para o derrubamento do actual governo. Faltam no entanto as condições subjectivas. Ou seja, uma força organi-



Mari Alkañiri, Ministro das Relações Exteriores da República Democrática de Timor-Leste, na nossa redacção do México

zada que possa conduzir à reunificação da oposição. É por isso que fazem reviver um morto, como é o presidente Sukarno. Um morto que foi derrubado pelo actual regime de uma forma sangrenta. Juntamente com isso, aparece um general Widodo, que pretende tomar posições demagógicas, parecidas ou aproximadas às posições anteriores de Sukarno. Widodo tem além disso o apoio de um partido maioritário: o Partido Muçulmano da Indonésia. Representa, pois, uma força política e quer ser também o representante de uma força militar.

A situação na Indonésia é crítica em todos os sentidos: económica, política e socialmente. Mas, infelizmente, as forças democráticas da Indonésia não estão suficientemente organiza-

das para poder conduzir as massas, e derrubar o actual regime.

O próprio Suharto aceita já a sua substituição, mas dentro de condições que ele mesmo pretende impor, para que não lhe suceda o que sucedeu a Ali Butto no Paquistão, e a Indira Ghandi na Índia.

AUSTRÁLIA E O PETRÓLEO

— A Austrália justifica a anexação da Indonésia pelo facto de que desde os tempos da colonização portuguesa, Timor reivindica as duzentas milhas de mar territorial, o que inclui o petróleo da plataforma. Vocês consideram que esse argumento apresentado pela Indonésia continua válido como motivo de anexação,

ou existe outro pano de fundo?

— Nós achamos muita piada às últimas posições da Austrália, e particularmente da Indonésia. Ao princípio era porque Timor Leste não tinha viabilidade económica para ser independente e, portanto, não podia sé-lo. Agora que Timor Leste tem viabilidade económica para ser independente, tão pouco pode sé-lo. São posições contraditórias, mas nós entendemos perfeitamente. Esta posição é da responsabilidade tanto do governo australiano como da Indonésia.

Nós sempre dissemos que tínhamos viabilidade económica, sempre dissemos que tínhamos petróleo, mas tudo isso foi negado pela própria Indonésia. Agora são eles que dizem

timor

que na verdade o temos. Nós pensamos que esta justificação nunca poderá ser válida. Já dissemos aos australianos que a nossa guerra é, sobretudo, uma guerra política. As causas não são somente humanitárias, ou económicas. São causas políticas. Porque o imperialismo dentro da sua estratégia global nunca poderia admitir o estabelecimento de um regime anti-imperialista em Timor Leste. Esta é a causa principal.

A OFENSIVA DIPLOMÁTICA

— Quais os países que reconhecem a República Democrática do Timor Leste?

— Todos os países ex-colônias portuguesas na África, todos os países revolucionários da Ásia — Laos, Vietnam, Campuchia, China e Coreia — e na África, três países mais: Guiné-Conakry, Benin e Sahara Ocidental. A Albânia já reconheceu também a República Democrática do Timor Leste.

— Qual é a missão de vocês neste momento na América Latina?

— A nossa primeira missão é informar a nível de organizações, de partidos, e mesmo a nível de Estados, e conseguir de todas essas forças um apoio concreto à nossa luta.

Pensamos que já é tempo de que se comprove a justiça da luta em Timor Leste e, dada a posição anti-imperialista demonstrada pelo governo mexicano, nós estamos convencidos de que é possível estabelecer certas inter-relações entre os nossos dois Estados e go-

vernistas, certa cooperação, no sentido da luta geral anti-imperialista.

— E qual será a posição que você, como Ministro das Relações Exteriores, levará às Nações Unidas?

— O problema do Timor Leste já foi discutido a nível da Assembleia Geral, já foi discutido a nível da Assembleia Geral três vezes, esta é a quarta vez que é tratado. Foi além disso debatido duas vezes a nível do Conselho de Segurança. Conseguimos das Nações Unidas resoluções muito importantes, embora essas mesmas resoluções não tenham sido cumpridas, por parte da Indonésia. Essas resoluções exigem a retirada das forças de ocupação, rejeitam a anexação do Timor Leste pela Indonésia e reconhecem de forma clara e explícita a FRETILIN como a força dirigente do povo do Timor Leste. Sabemos que este ano vamos encontrar mais dificuldades, na medida que outras forças já estão directamente envolvidas no conflito. Por nossa parte, não podemos deixar de denunciar toda essa criminosa intervenção que se pratica contra o nosso povo.

GUERRA POPULAR

— Nas condições de isolamento de Timor, como se pode explicar a continuação da luta?

— Esta é uma das razões pelas quais muitas vezes a nossa luta se torna incompreensível. Há duas formas de ver a nossa luta. Ou com admiração, pela forma valente e heróica da resistência, ou com desconfiança. Duvida-se da possibilidade de vitória. No começo, o

número dos que duvidavam era maior. Mas agora o número diminuiu. Porque depois em três anos de luta, é a Indonésia que não consegue o controlo sobre o Timor Leste.

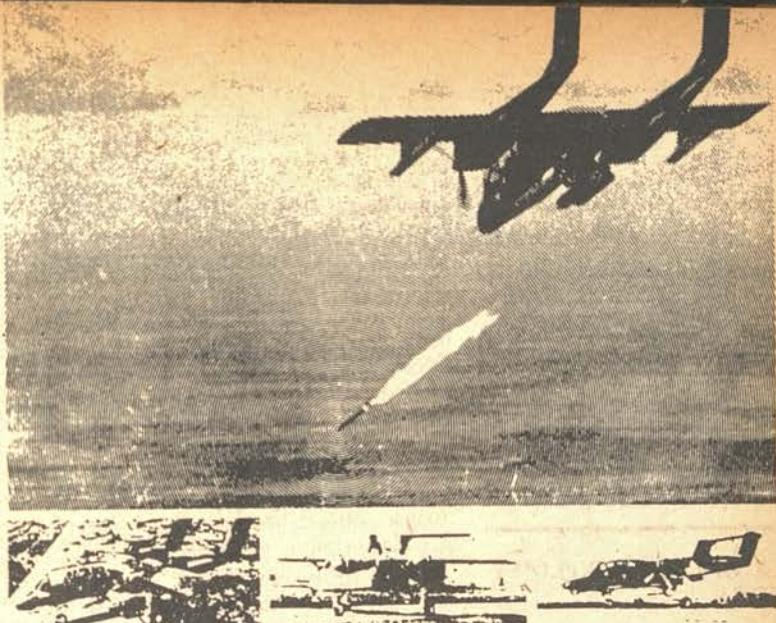
Há pouco tempo, o presidente Suharto esteve em Dili, a capital. Foi um fracasso total. A Indonésia viu-se na necessidade de levar o seu presidente a Dili, para mostrar à opinião pública internacional que exerce um controlo sob a região. Das treze mil ilhas que a Indonésia possui das quais três mil são habitadas — Suharto somente visitou Sumatra até agora. E fracassou. Nem sequer em Dili conseguiu mostrar que existia um controlo por parte da Indonésia. A resistência passiva da população notava-se claramente em Dili.

Fracassada esta tentativa, poucas semanas depois, o Ministro das Relações Exteriores volta novamente a Dili e leva com ele alguns embaixadores. Mas quem são esses embaixadores? Precisamente os amigos tradicionais da Indonésia. São aqueles que desde o primeiro dia da invasão apoiaram a Indonésia. Como é possível? Por que não levam outros embaixadores?

— Quem foram esses embaixadores?

— Da Índia, da Malásia, do Japão, da Austrália. Mas ainda assim continuam sem dados fidedignos para poder provar que a Indonésia controla Timor Leste.

No início, superestimámos a força do inimigo e pensávamos que a resistência não era mais que um acto de coragem e heroísmo da nossa parte. Mas com a resistência aprendemos a



Propaganda
bélica imperialista do
avião de
combate Bron-
co PV-10,
a que apeli-
dam de «bur-
ro de carga». Cínicamente,
a compa-
nhia constru-
tora, a Rock-
well Interna-
cional, manda
perguntar a
Timor dos
seus efeitos

Or Venezuela or West Germany) or Indonesia or the U.S. Marines, Navy and Air Force

Their reasons for choosing Bronco are numerous, but center around this: it's a real workhorse.

The Royal Thailand Air Force, for example, accumulated over 11,000 flight hours on 16 OV-10C's in its first two years of operation. About 5,000 hours were counter-insurgency missions of various types using mixed ordnance. Including suppression attacks on terrorist camps and mountain fortified positions, escorting ground troops through terrorist territory, para-paratroops, reconnaissance, and rescue helicopter escort. With as many as five separate tasks conducted on a single flight.

Bronco's Combat Ready Rate during this time was a remarkable 90%. Testimony to its simple, reliable design. And its ability to stand up to rugged terrain, torrential rains, very high temperatures and humidity, sand and gravel operating surfaces and battle damage.

resistir. Com o transcorrer do tempo vimos que tínhamos força para poder resistir. Aprendemos, como diz o nosso presidente, que "podemos, queremos e vamos vencer". Essa é a verdade.

— Como é possível que nesta guerra de desgaste e enfrentando um armamento do tipo convencional como o empregado pela Indonésia, vocês possam continuar com a resistência?

— A nossa estratégia é o oposto da estratégia indonésia. Nós traçamos uma estratégia de guerra popular prolongada, enquanto a deles é de guerra relâmpago.

go. O que se demonstrou até agora, é que a nossa conseguiu a vitória e a deles a derrota.

OS PRIMEIROS MESES DE GUERRA

— Quais as razões?

— Primeiro, pelas condições naturais, topográficas, próprias do terreno. Segundo, porque a nossa é uma guerra popular na qual todo o povo está mobilizado. E, em terceiro lugar, porque possuímos armamento suficiente para fazer uma



Rockwell International

And since OV-10 incorporates features like quick, tight maneuverability, low-speed, short takeoffs and landings and long cruise periods, it's well suited for a variety of economic development and utility missions as well, including spray operations, cargo and passenger transport, leaflet or loudspeaker communications, mapping and fueling.

Over 870,000 flight hours of worldwide operation have proven that Bronco can fly many different missions. At operating costs that won't work a strain on any country's budget.

For more information contact Columbus Aircraft Division, Rockwell International, 4300 E. Fifth Avenue, Columbus, Ohio 43216 U.S.A.

timor

mais poderosos do que nós, seria perder forças e permitir que o inimigo ganhasse espaço. Em segundo lugar, para criar no seio das forças inimigas a ideia de uma vitória fácil. Em terceiro lugar, para atrair o inimigo a zonas onde nós podemos combater.

E assim foi. Nos primeiros meses de guerra, o inimigo infiltrou-se em zonas onde jamais devia ter ido. Pensou que era uma vitória, tomou as cidades principais e algumas aldeias estratégicas. Mas qua aconteceu? No momento em que as forças inimigas se instalaram em várias zonas, as nossas começaram a apertar cada vez mais o cerco contra tais cidades. No segundo semestre de 1976, realizámos uma vasta ofensiva de aniquilamento das forças inimigas. E retomámos, então, vinte e cinco posições inimigas. E com elas, as armas. Inclusivé armas pesadas que não tínhamos.

A partir daí, começámos a reorganizar as nossas forças, de forma a aumentar o número das forças regulares e armar cada vez melhor as milícias regionais.

Novamente comprovamos que o inimigo não estava em condições de poder resistir a uma guerra em Timor Leste que fosse popular e prolongada.

VITÓRIA POLÍTICA

Também devemos chamar outra vez a atenção sobre a situação interna na Indonésia. Uma guerra popular prolongada no Timor Leste terá repercussões cada vez maiores no seio da sociedade Indonésia. Quem poderia imaginar dois ou

três anos atrás que hoje haveria em Jacarta manifestações contra o próprio Suharto?

Pode-se comprovar agora que entre os generais indonésios existem grandes divisões. Os partidos da oposição legal vêm adquirindo mais força. Assim como o movimento estudantil se organiza cada vez mais e melhor. A situação na Indonésia é explosiva, e de um momento para o outro o actual regime pode cair.

Nunca imaginámos uma vitória militar clássica, mas sim uma vitória eminentemente política contra a Indonésia. As possibilidades de uma vitória militar, nas condições de isolamento físico em que nos encontramos, eram poucas, mas as possibilidades de uma vitória política eram grandes. Os soldados da Indonésia não sabem porque estão combatendo. E vão dar-se conta de que estão combatendo numa guerra injusta. Já o estão fazendo, pois o número de desertores aumenta dia a dia. A vitória política tem amplas repercussões na sociedade.

— Para terminar, quais são as perspectivas da FRETILIN para o próximo período?

— Em fins de 1977, estávamos convencidos de que a luta terminaria entre 1978 e 1980. Agora, com a intervenção directa das forças norte-americanas, sabemos que a guerra se prolongará, a menos que as forças democráticas indonésias consigam acelerar o seu processo de organização para poder derrubar o actual regime.

VENCEREMOS

Embora não possamos

prever, sabemos que a luta se prolongará.

É necessário abordar outro tema, que é o sintoma da debilidade do regime da Indonésia. Suharto, antes de abandonar a ilha, sente a necessidade de agarrar-se a uma tábua de salvação. Recorre então ao governo francês para comprar armas. Todos conhecem a visita do Ministro das Relações Exteriores francês à Indonésia. Nessa visita, foram assinados vários acordos. Através de um deles, o governo francês compromete-se a fornecer armas à Indonésia, incluindo aviões "Mirage", helicópteros "Alouette" e "Pumas", blindados, camiões e transportes militares.

Condenamos o facto de diversos Estados manterem relações com a Indonésia. O que dizemos é que qualquer ajuda militar oferecida neste momento à Indonésia significa um apoio para continuar a agressão contra o Timor.

Já não é segredo para ninguém que a Indonésia agrediu Timor, que tentou por vias militares anexar o nosso país, e que até agora já massacrou cerca de 120 mil timorenses.

Neste sentido, todo o apoio ou ajuda militar que se ofereça à Indonésia é criminoso e condenado por nós. Desgraçadamente, a França, Estados Unidos e Alemanha Federal contam-se entre estes países.

Nós podemos afirmar que, assim como os companheiros vietnamitas e os indochineses em geral venceram todo este "complot" imperialista. Nós também venceremos.

PANORAMA TRICONTINENTAL

Brasil

Justiça culpa Governo por morte de jornalista

NUMA decisão sem precedentes e de grandes repercuções na luta por liberdades democráticas no Brasil, um jovem juiz de São Paulo, Mário José de Moraes, decidiu, a 28 de Outubro, que o Governo é responsável pela morte do jornalista Wladimir Herzog, morto na prisão a 25 de Outubro de 1975.

A acção movida pela viúva do jornalista arrastou-se por três anos, e permitiu a denúncia dos métodos utilizados pela repressão através dos chamados "Destacamentos de Operações de Informação do Centro de Operações de Desfesa Interna (DOI-CODI)" das Forças Armadas Brasileiras.

Herzog, conhecido jornalista que dirigia o noticiário de uma estação de Televisão em São Paulo, foi preso para ser interrogado quando o DOI-CODI dirigia a sua acção contra os suspeitos de tentarem "reorganizar o Partido Comunista Brasileiro". Barbaramente torturado, segundo se pôde comprovar pelos relatos de outros presos, também torturados, que passaram pe-

los horrores dos cárceres brasileiros na mesma época, o jornalista sucumbiu.

A versão oficial das autoridades foi que Herzog "morreu por voluntário suicídio, por enforcamento". As evidências, no posterior exame do corpo, desmentiram essa versão, e confirmaram assim os testemunhos dos presos. O médico legista que assinou o laudo necroscópio, Harry Shibata, foi comprometido neste processo, ficando patente a sua cumplicidade com os torturadores e a sua desonestade profissional ao confirmar a versão oficial.

A Justiça declarou o Estado responsável pela prisão, tortura e morte do jornalista, culminando uma "Acção Declaratória", isto é, uma acção que não tinha como objectivo exigir uma indemnização à família Herzog, mas conseguir que o Poder Judiciário declarasse a responsabilidade do Estado na morte de Wladimir Herzog, desmentindo a versão oficial de suicídio.

A decisão judicial abre um precedente, e cria as condições jurídicas para



que dezenas de processos semelhantes sejam abertos. Nessa medida, teve uma grande repercussão política, desmoralizando o regime militar, e a função repressiva do governo.

Sérgio Bermudes, o advogado de 32 anos que abriu esse novo caminho para a Justiça no Brasil, passou a ser intensamente procurado. São muitas as dezenas de famílias que perderam seus parentes nas mãos da polícia e do aparelho repressivo no Brasil, e são muitos os milhares que passaram pelos sofrimentos e humilhações nos locais de "interrogatório" e torturas montados pelo regime,

Alguns dias depois da decisão do caso Herzog, anunciou-se que a viúva do operário metalúrgico Manuel Fiel Filho, também morto no DOI-CODI de São Paulo a 17 de Janeiro de 1976, vai processar o Estado nas mesmas condições: versão oficial de "suicídio", para o qual teria usado "as próprias meias", e a comprovação de torturas.

Chile

Um bom cliente

O estreitamento de relações económicas e comerciais entre o regime de Pinochet e a China parece ser acompanhado de uma grande compreensão política mútua. A visita que o ministro dos Negócios Estrangeiros da Junta, Herman Cubillos, fez recentemente a Pequim, mostrou que os dois países "têm pontos de vista comuns no domínio internacional". O novo embaixador chinês no Chile, Hu Cheng Fung foi mais longe quando da entrega das suas credenciais a Pinochet, saudando a política aplicada pela Junta, sobretudo no campo económico.

O interesse de Pequim pelo cobre chileno passou por cima do boicote internacional. Em 1975 a China comprou 8 000 toneladas de cobre e em 1976 comprou 34 000 toneladas. Nos primeiros seis meses do ano passado, os dirigentes chineses importaram mais de 30 000 toneladas de salitre.

Estes dados são uma amostra das potencialidades de desenvolvimento do comércio entre os dois países, desde o crescente isolamento internacional da



Junta. Nos termos do contrato recentemente assinado com a sociedade chilena de cobre "Codelco", a China receberá 90 000 toneladas de cobre. Quanto ao salitre, a RPC recebeu 15 000 toneladas apenas em Setembro passado. Pequim compra ainda ao regi-

me de Pinochet ferro e petróleo.

Quando o governo de Unidade Popular apelou a Pequim para o reforço das relações económicas entre os dois países, os dirigentes chineses responderam que não tinham "nem meios nem possibilidades". •

SATO

Uma NATO para o Atlântico Sul

Em Lima, capital do Peru, realizou-se recentemente uma reunião dos Chefes de Estado-Maior das Marinha de Guerra dos países da Organização dos Estados Americanos (OEA). O objectivo principal daquela reunião foi vencer a resistência dos países que se opõem a uma velha ideia do Pentágono, de criar a Organização do Tratado do Atlântico Sul (SATO), o

correspondente para o hemisfério sul da NATO.

Com o objectivo de estabelecer uma aliança entre regimes reacionários da África e da América Latina, o subsecretário de Estado norte-americano, David News, visitou uma série de países latino-americanos acompanhado pelo general Lee Sarut e pelo contra-almirante Gordon Schuller.

O primeiro-ministro da



África do Sul Pieter Botha, então Ministro da Defesa, visitou o Paraguai, onde assistiu à cerimónia de mais uma "tomada de posse" do ditador Stroessner, "eleito" para mais um mandato presidencial. Botha foi também à Argentina e ao Uruguai, e, quando voltava, fez em Montevideo uma

declaração de completo apoio à criação da SATO.

O vice-almirante Ugo Marquez, chefe do Estado-Maior da Marinha de Guerra uruguaia, declarou que numa conversa com, crê-se, Schuller, apercebera-se de que a criação de uma aliança militar no Atlântico Sul aproximava-se "a passos gi-

gantescos".

Apesar dos esforços feitos, os Estados Unidos só conseguiram até agora apoio para a criação da SATO dos regimes mais odiosos da América Latina, como o Chile, o Paraguai e o aparentemente, não apoiam a ideia.

SAHARA

Novas vitórias

Toda a problemática do Sahara Ocidental tem evoluído nos últimos tempos como se de um rastro de cometa se tratasse. Efectivamente, desde que Ould Daddah foi deposto na Mauritânia pelos militares saturados já de uma guerra perdida, muita coisa se modificou. E, até, mesmo o Eliseu de Giscard d'Estaing deixou de propagandear o belicismo virulento, para, num tom comedido, vir-se arvorar defensor de uma solução pacífica para o conflito.

O cessar fogo decretado unilateralmente pela Frente POLISARIO em território ocupado pela Mauritânia continua – confirmado mais recentemente no IV Congresso do movimento de libertação do povo saha-



rauí, realizado nos últimos dias de Setembro, em zona libertada da República Árabe Saharaui Democrática. As conversações secretas entre os representantes saharauis e as autoridades militares de Nuakchott prosseguem, sem que, no entanto, até ao momento, tivessem sido conseguidos quaisquer acordos. As exigências da POLISARIO são porém claras: reconhecimento da soberania nas suas fronteiras internacionalmente reconhecidas; restituição da parte ocupada pela Mauritânia e a retirada

das forças mauritanas para as suas fronteiras de 1960.

O partido de governo em Espanha, a UCD – Espanha que em 1975, recordese, assinava o Acordo Tripartido de Madrid, no qual se pretendia "vender todo o povo Saharaui como se de um rebanho de carneiros se tratasse" – vem, depois de ter feito deslocar ao Sahara o seu responsável de assuntos internacionais, Javier Rupérez, também ela, reconhecer a POLISARIO como único e legítimo representante do povo saharauí. "Mudam-se os tem-

PANORAMA TRICONTINENTAL

pos, mudam-se as vontades" dizia já Camões — o grande poeta aventureiro português do século XVI.

O regime de Hassan II de Marrocos vê-se, entretanto, cada vez mais isolado, e apavorado, vai fazendo declarações contraditórias, ora bramando contra o Eli-séu, ora lançando "palavrinhas" de amor, como amante despeitado. Entretanto, à hora de fecharmos esta edição, o monarca marroquino partia para os Estados Unidos, não propriamente com tenções de fazer "turismo".

Tão isolado está na cena internacional o regime de Rabat, que se vê na obrigação de cair no ridículo desenterrando uma comemoração, a 5 e a 6 de Novembro, tentando ressuscitar o ambiente chauvinista e expansionista da marcha fámelica que foi a "Marcha Verde". Nesse sentido, foi dada ordem por Hassan para que tal feito fosse comemorado em tudo quanto houvesse lugar. Os embaixadores receberam ordens muito preciosas. Também nas cidades saharauis ainda ocupadas pelo invasor marroquino, as ordens do rei se preparavam para ser cumpridas, quando as populações saharauis dessas cidades resolveram também comemorar "à sua maneira". "A 6 de Novembro, em El Ayoun — informa a POLISARIO — o nosso povo realizou uma imensa mani-

festação face à encenação que as autoridades fascistas de Ayoun queriam pré-fabricar. Os nossos cidadãos expuseram-se, assim, corajosamente, às armas dos agressores e saíram em massa à rua, reclamando justiça e gritando palavras de ordem da Frente POLISARIO pela liberdade e independência, contra a invasão do seu país.

Bandeiras da RASD cobriram todos os lugares e

centros administrativos e mesmo casernas militares. Todo o comércio fechou e os trabalhadores abandonaram os locais do (escasso) trabalho de limpeza, que é chamado "de promoção social".

Várias centenas de cidadãos saharauis foram indiscriminadamente detidos e uma violenta campanha de repressão foi exercida sobre toda a população de El Ayoun".

Irão

governo militar prisões, greves e rebeliões

Dois dias de manifestações, confrontamentos e tiroteios em Teerão culminaram com a demissão do Governo de Djafar Charif-Emami, no dia 5 de Novembro à noite. No dia seguinte, o Xá Reza Pahlevi nomeou um novo primeiro-ministro, o general Gholam Reza Azhari, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. A maioria dos novos ministros são militares.

As primeiras medidas do governo militar: censura à imprensa, prisão dos diretores de cinco jornais, instruções à tropa para dispersarem todos os ajuntamentos públicos e perseguirem os franco-atiradores. Nos

dias seguintes, uma vaga de prisões atingiu vários ex-ministros, entre eles o antigo Primeiro-Ministro Emir Habbas Hoveyda e o chefe da SAVAK — a polícia política iraniana — general Nematollah Nassiri. O antigo ministro da Informação, Dariush Homayou, também foi preso sob a acusação de fomentar indirectamente a agitação, por ter ordenado a publicação de um artigo contra o chefe religioso exilado, Ayatollah Khomeiny, o que provocou violências na cidade santa de Qom.

A sequência de prisões contra os acusados de corrupção e abusos de poder fez-se sob a vigência da lei



mercial, e deveria atingir também o antigo presidente da Iran Air, o general Ali Mohammed Khademi, que se suicidou a tiro, antes de ser preso. Dezenas de jornalistas acusados de incitarem o povo à rebelião foram detidos, e alguns correspondentes estrangeiros foram expulsos do país.

Entretanto prosseguia a greve nas indústrias petrofíferas e paralisou-se a exportação do petróleo, o que chegou a ameaçar o abastecimento a vários países, uma vez que o Irão é o segundo exportador mundial, logo a seguir à Arábia Saudita. A crise política e social iraniana teve outras graves consequências económicas, com as greves a multiplicarem-se, por reivindicações económicas e

políticas, as destruições e a fuga de capitais, amedrontados pela agitação que já dura há vários meses e pela instabilidade do regime.

Após a posse do novo Governo militar, o líder do Partido da Frente Nacional, Karim Sanjabi, que estava em Paris, regressou ao Irão, onde declarou que não era possível um acordo com o governo para acabar com a revolta política no país. Sanjabi que dirige a maior organização da oposição legal, foi também pre-

A violência com que os militares tentam conter as greves e manifestações não parece ter qualquer eficácia. A agitação continua em várias regiões e o líder religioso shita, Ayatollah Khomeiny, tem-se manifes-



tado pela intensificação da rebelião contra o Xá. Apesar da produção do petróleo ter voltado ao normal, após uma greve de três semanas, as paralisações em muitos sectores afectam a economia e a oposição política e religiosa ao regime do Xá prossegue agitando todo o país.

Israel

Carvão Sul-Africano

A revista americana "Koal-Age" anunciou recentemente que Tel-Aviv e Pretória assinaram um acordo prevendo importantes fornecimentos de carvão sul-africano a Israel.

Israel e a África do Sul mantêm, desde há muito, relações comerciais. O volume do comércio bilateral, sem contar com o comércio de armas e diamantes, aumentou de três milhões de dólares em 1961, para 120 milhões em 1977.

De resto, os contratos entre os dois países não se referem apenas à cooperação comercial e económica. Tel-Aviv, a despeito das sanções decretadas pela ONU, fornece armamento moderno ao regime racista da República Sul-Africana, e delegações militares de Pretória deslocam-se frequentemente a Israel para estudar a sua estratégia militar. Além disso, conselheiros israelitas ajudam os racistas a preparar "especia-

listas na luta contra a guerrilha".

A ajuda israelita à África do Sul na criação de armas atómicas suscita também grande inquietação na opinião pública mundial.

A cooperação política reforça-se igualmente. Tel-Aviv reagiu favoravelmente à farsa política racista de outorga dum pseudo-independência aos bantustões do Transkei e do Boputatswana, desaprovada por todos os países. Tel-Aviv e

Pretória, aliás, apoiam-se mutuamente do ponto de vista diplomático, tendo em vista romper o isolamento político de Israel e da África do Sul na cena

internacional.

As raízes desta aliança, que representa uma ameaça séria para a segurança dos países africanos e árabes, mergulham na identidade

das doutrinas racistas do apartheid e do sionismo, e na política agressiva dos dois países.

Nicarágua nova ofensiva sandinista

O Exército sandinista colocou-se em estado de alerta e o comando da frente interna já começou as operações militares que desembocarão na próxima ofensiva para atirar para o lixo a ditadura somozista. Eden Pastora, o "Comandante Zero" da ocupação do Palácio Nacional de Manágua em Agosto, e recentemente nomeado chefe do Estado-Maior do Exército sandinista, anunciou com estas palavras uma nova ofensiva contra o regime de Somoza.

Ante a persistência de Somoza em permanecer no poder e o impasse nas negociações que já provocou dissidências na FAO — Frente Ampla de Oposição — aumenta a tensão na Nicarágua e a convicção de que a luta armada se intensificará. A proposta da FAO para que Somoza peça a demissão e se abra o caminho para a formação de um governo nacional com a participação do Partido Liberal Nacionalista, que apoia o ditador, foi o



motivo da saída do "Grupo dos Doze", que tem o aval dos sandinistas, e do Partido Socialista.

Fugindo à violência, calcula-se que cerca de sessenta mil nicaraguenses já abandonaram o país, e bus-

caram refúgio na Costa Rica, nas Honduras e outros países. Segundo um portavoz da Frente Sandinista, nos reencontros de Setembro passado, foram mortos dez mil pessoas e a Guarda Nacional perdeu 1500 ho-



Yemen Democrático

Uma Revolução progressiva

mens. A iminência de uma nova ofensiva fez recrudescer o êxodo das populações e a vigilância e a violência da tropa de Somoza.

A Guarda Nacional nicaraguense já violou por várias vezes a fronteira da Costa Rica e algumas ações guerrilheiras ocorreram entretanto em Manágua e Leon, enquanto Somoza declarava numa reunião pública em Jigalpa: "É-me indiferente a pressão que a Administração Carter tente exercer sobre mim, pois eu não me vou demitir". A nota mais indicativa da situação, é que Somoza se apresentou e discursou metido numa espécie de jaula à prova de balas, maneira já habitual de se apresentar em público.

O presidente Carter manifestou-se pela primeira vez favorável a um governo "plenamente apoiado pelo povo" na Nicarágua. As ambiguidades do governo norte-americano, que se autodenomina defensor dos direitos humanos, devem-se à dificuldade de conseguir um compromisso que permita afastar Somoza sem criar uma situação perigosa aos seus interesses.

Consequentes com a sua decisão de derrubar Somoza e não permitir a continuidade do Somozismo, a Frente Sandinista anunciou a sua nova ofensiva, que poderá ocorrer a todo o instante.

primeiros organismos eleitos do poder popular, funcionam há cerca de um ano. A campanha de alfabetização atinge maior amplitude.

Os progressos do Yemen democrático na via do desenvolvimento económico e político têm-lhe granjeado inimigos entre as forças do imperialismo e da reacção árabe. Todavia, o povo do Yemen tem sabido superar as dificuldades.

Na arena internacional, a RDPY pratica uma política activa e positiva. A República intervém ao lado dos povos em luta pela liberdade, a paz e o progresso, mantendo contactos estreitos com as forças progressistas mundiais.

Os conselhos do povo,





NO YEMEN DEMOCRÁTICO

Estão muito activos os jornalistas do Golfo Arábico. Inúmeros congressos e reuniões regionais realizaram-se ultimamente com o objectivo de fortalecer a organização do jornalismo democrático naquela região. Essa actividade é particularmente intensa no Yemen do Sul. A União de Jornalistas do Yemen Democrático acaba de realizar uma reunião extraordinária na qual Ahmed Ibrahim Bakr foi eleito secretário-geral e Abdullah Sharaf Said subsecretário-geral.

REUNIÃO NA JAMAICA

Com a presença de delegações cubanas, haitianas e do Carihe em geral, para além da Federação Latino-Americana de Jornalistas, comemorou-se na Jamaica, de 5 a 10 de Setembro último, o Dia Internacional do Jornalista, que coincide com o 35.º aniversário da função da Jamaica Press Association.

A participação militante da imprensa verificou-se nas denúncias das agressões económicas perpetradas pelo FMI na Jamaica e na firme determinação de defesa da sua soberania.

O banquete da cerimónia foi presidido por Michell Manley, primeiro-ministro da Jamaica, assim como pelos ministros de Relações Exteriores e da Informação.

Afeganistão

Combate ao desemprego

Aplicando com coerência o programa das reformas socio-económicas promulgado depois da revolução de Abril, o governo da República Democrática do Afeganistão toma medidas energéticas para combater o desemprego e assegurar o pleno emprego da população.

A construção de novas empresas e o aumento da capacidade económica contribuem para combater o desemprego. A criação do terceiro turno permitiu,

por exemplo, criar 1700 novos empregos no combinado textil de Gulbabar.

A Rádio Kabul indica que na etapa actual no Afeganistão, existe, entre outros, um traço capital: a mudança de consciência social dos trabalhadores. Testemunham-na manifestações totalmente novas para o Afeganistão, como os sábados vermelhos e os donativos ao Estado de fundos e terrenos para a construção de escolas e hospitais.

Índia

Indústria Farmacêutica

Há um ano que foi nacionalizada a mais antiga sociedade para a produção de medicamentos na Índia, a "Smith Stantrit and Co.". A companhia, que registava um elevado défice devido à má gestão praticada pelos patrões, depois da nacionalização e da entrada de doze fábricas para o grupo, aumentou o volume de transacções, elevando sensivelmente a produção.

Desde os primeiros anos da independência, a Índia pratica uma política destinada a libertar a indústria farmacêutica do capital estrangeiro. Hoje, apenas 32 empresas estrangeiras estão

autorizadas a operar neste ramo, detendo 40 por cento das acções nessas companhias. O sector público controla os restantes 60 por cento.

A União Soviética tem auxiliado Índia neste processo. A companhia nacional "Indian Drugs and Pharmaceutical Ltd" foi criada em 1961 nesta base, possuindo hoje uma fábrica farmacêutica em Hyderabad (Andhra-Pradesh), que produz mais de vinte concessões de medicamentos, uma fábrica de instrumentos cirúrgicos em Madras e uma outra de antibióticos em Rishikesh.

reportagem
especial

TANZÂNIA

o porquê da agressão

A invasão de Idi Amin é dirigida contra um país que está na vanguarda da luta contra os regimes racistas da África Austral e cujo líder,

Julius Nyerere, tem uma ampla influência internacional.



Julius Nyerere

Neiva Moreira e Beatriz Bissio enviados especiais a Dar-es-Salaam

Na primeira mensagem em que anunciava ao seu povo que a Tanzânia havia sido invadida, o presidente Julius Nyerere pediu aos países amigos de todo o Mundo que interrompessem qualquer iniciativa de mediação. Nyerere, afirmou que a Tanzânia não considera como inimigo nenhum regime africano, mesmo quando não aprove as atitudes dos seus líderes. "Os nossos inimigos são os imperialistas na África Austral", disse. E acrescentou: "Se Idi Amin tivesse apenas vociferado que a Tanzânia é sua inimiga, poderíamos continuar a ignorá-lo. Mas como actuou como um inimigo, devemos tratá-lo como inimigo. Ele invadiu a Tanzânia, assassinou demasiadas pessoas. Só temos uma tarefa, a de derribá-lo. Temos capacidade para fazê-lo. Temos razões para fazê-lo, e temos a determinação de fazê-lo".

Não é fácil para um povo pacífico admitir que está metido numa guerra. Tão pouco é fácil distinguir a imagem de Amin da de um palhaço (não queremos, evidentemente, com isto ofender os artistas do circo). Mas o cidadão comum da Tanzânia está bem informado sobre as contínuas provocações de Amin contra o seu país, e deduz que por detrás da invasão militar estão conhecidas maquinações externas.

Por isso, a entrevista que o presidente moçambicano Samora Machel nos concedeu em Maputo (ver nas páginas seguintes) teve tão

ampla repercussão na Tanzânia. Machel disse-nos claramente que a agressão não foi ocidental. Que o imperialismo está por detrás dela.

Há poucos dias, o diário moçambicano "Notícias da Beira" sublinhou que, com a agressão de Idi Amin à Tanzânia, não resta nenhum Estado da "Linha da Frente" na luta de libertação da África Austral, que não tenha sido atacado do exterior. Zâmbia, Botswana e Moçambique foram agredidos pela Rodésia. Angola, e, também, a Zâmbia, pela África do Sul, e, agora, a Tanzânia, pelo regime de Idi Amin.

O principal objectivo destas agressões militares é distrair a atenção do compromisso com a luta de libertação na África Austral. É uma maneira de dividir e imobilizar forças e recursos que deveriam ser utilizados contra o inimigo comum. No caso da Tanzânia, o que buscam as repetidas agressões é atingir um centro nevrálgico da resistência contra a dominação racista no sul da África. E, também, devido à própria reputação internacional do presidente Nyerere.

UM PACTO COM JUSTOS INTERESSES

Os interesses capitalistas que procuram bloquear a luta de libertação na África Austral conhecem perfeitamente a situação interna do Uganda. Estão conscientes de que necessitam de

Idi Amin como instrumento das suas provocações contra a Tanzânia. Por seu lado, Amin necessita de uma aventura externa para neutralizar as pressões internas que ameaçam a estabilidade do seu regime.

A situação deteriorava-se para o governo do Uganda nas últimas semanas. O descontentamento entre os civis reflectiu-se no exército. Amin pediu ao vice-presidente Mustafa Adrisi, que está no Cairo, para que retornasse, mas este recusou-se, temendo pela sua vida. Cerca de duzentos soldados leais a Adrisi foram levados a Masaka, no sudoeste do país, e assassinados há alguns dias.

Panfletos com reivindicações das Forças Armadas estão circulando dentro dos quartéis. Um desses documentos foi levado a Amin por oficiais de alta graduação, exigindo o fim imediato das divisões dentro do exército, que os oficiais dedicados aos "negócios" deixassem as Forças Armadas, que o aumento dos preços dos bens essenciais fossem controlados, que se terminasse com o processo de reforma de oficiais de altas patentes sem razões fundadas, bem como outras reivindicações gerais.

Antes de consumada a invasão, Amin mudou o seu "estilo". Primeiro anunciou uma invasão do Uganda por parte da Tanzânia, Israel e Grã-Bretanha. Depois, os invasores teriam sido cubanos e chineses. Enquanto a Rádio

Campala emitia estas notícias ridículas, o encarregado de Negócios cubano foi convocado por Amin, que lhe comunicou desejar um fortalecimento das relações com Havana.

Todas estas mentiras pretendiam confundir a opinião pública internacional e encobrir a agressão real contra a Tanzânia.

Enquanto escrevemos esta nota, em Dar-es-Salaam, considera-se nesta capital que os combates deverão continuar durante algumas semanas, embora alguns círculos diplomáticos creiam possível que Idi Amin retire as suas tropas para evitar uma derrota militar desastrosa.

Nas áreas invadidas — uns mil e oitocentos quilómetros quadrados na fronteira norte, na margem ocidental do Lago Vitória — as tropas do Uganda não só assassinaram civis e roubaram gado, como também destruiram importantes centros económicos, entre



Idi Amin «presta contas» ao imperialismo invadindo a Tanzânia, único país da Linha de Frente que não havia sofrido agressões externas

ele o principal engenho açucareiro da região.

O objectivo é claro: depois da sua retirada — ninguém duvida que terá de ocorrer — a Tanzânia deve-á enfrentar novas dificuldades. Problemas económicos que limitarão as suas

possibilidades de apoiar a luta libertadora no sul da África.

Resta apenas um ponto por esclarecer: quanto tempo o regime de Idi Amin poderá sobreviver à derrota que, hoje ou amanhã, certamente virá?

PUB.

leia mensalmente ECONOMIA E SOCIALISMO

revista de Economia Política

faça uma assinatura (12 n.ºs)

— Portugal (continental) — 400\$00
— Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau,
Moçambique, S. Tomé e Príncipe — US \$16

APARTADO 3186 — LISBOA

SAMORA MACHEL

quem está por detrás da invasão?



«Não é por acidente que o país mais internacionalista da África é agredido»

Na sua casa do Maputo, o Presidente Samora Machel concedeu-nos uma longa entrevista, em que falou sobre importantes assuntos da actualidade africana, particularmente da situação no Zimbabwe. Sobre as agressões de Idi Amin à Tanzânia, fez as seguintes declarações:

A Tanzânia é o país mais internacionalista da África. O mais internacionalista desta época. Todos os movimentos de libertação na África estão, ou estiveram lá. O UNIP — Partido Nacionalista Unido da Independência — da Zâmbia teve as suas bases na Tanzânia. A FRELIMO nasceu na Tanzânia, o MPLA teve a sua sede central na Tanzânia. A SWAPO — Movimento de Libertação da Namíbia — teve a sua sede na Tanzânia. O ANC da África do Sul, a ZAPU e a ZANU, do Zimbabwe, também têm sede central na Tanzânia, e lá a teve também o MOLINACO das Ilhas Comores. Estes oito Movimentos têm ou tiveram as suas sedes na Tanzânia.

Também há lá uma representação dos Montoneros da Argentina...

Sim. Há uma presença latino-americana na Tanzânia também. Este é o primeiro ponto. Em segundo lugar, não apenas as sedes políticas estão na Tanzânia, como também a FRELIMO, por exemplo, realizou o seu treinamento militar na Tanzânia, e lá estavam as suas bases militares. O MPLA tinha bases e treinamento militar na Tanzânia, apesar das suas fronteiras estarem longe, no Oceano Atlântico. E só recentemente, depois da independência de Angola, é que a SWAPO transferiu para esse país a sua sede central. As primeiras bases militares da ZAPU e da ZANU também estiveram na Tanzânia. Todos os que tiveram de recorrer à luta armada tiveram as suas bases na Tanzânia. Este é o segundo ponto.

UM INTERNACIONALISMO VERDADEIRO

O terceiro: não foi só o treinamento militar, mas também as armas com que começamos a luta armada, foram desembarcadas na Tanzânia. As armas que começaram a luta no Zimbabwe foram desembarcadas na Tanzânia. As armas empregadas na Namíbia, também foram desembarcadas na Tanzânia. Os abastecimentos para a frente Oriental do MPLA

também foram desembarcados na Tanzânia. O imperialismo não é ingênuo, estúpido ou inconsciente.

E há outro aspecto: o do apoio financeiro e material. A Tanzânia apoiou financeiramente o PAIGC — Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Apoiou o Vietnam, com contribuições populares para ajudar esse país. Isto é pouco comum em África. O único exemplo de contribuição popular para ajudar a luta de libertação da África e outras partes do Mundo. Houve bichas para doar sangue para os combatentes moçambicanos e para hospitais da FRELIMO. O sangue dos tanzanianos está misturado com o sangue de muitos povos. Isto sim, é verdadeiro internacionalismo, o que corre todos os riscos que a sua decisão implica.

Depois da independência de Moçambique, pensaram que a Tanzânia se retirava da cena política. Mas não. Após a libertação de Moçambique, criou-se o grupo dos países da "Linha de Frente". E a Tanzânia está na vanguarda. O imperialismo crê que o obstáculo aos seus propósitos na Zimbabwe é a Tanzânia. Crê que o presidente Nyerere é quem bloqueia estes propósitos. Estão conscientes de que os tanzanianos e o presidente Nyerere estão comprometidos com o Zimbabwe, que a luta zimbabwiana é a sua própria luta. De modo que o imperialismo seleccionou, e preparou, o seu bailarino, que, neste caso, é Idi Amin, e tocou samba, rumba, tango... Tudo para distrair a Tanzânia do seu alinhamento com a libertação africana. Abriram a nova frente para comprometer nela a Tanzânia, de modo a que este país não pudesse prestar a atenção necessária ao problema do Zimbabwe.

Não é por acidente. O imperialismo está por detrás de tudo isto. Os imperialistas são responsáveis pela agressão à Tanzânia. Amin é simplesmente um instrumento para distrair a atenção, para abrir uma nova frente. Mas já não estamos no século das conquistas territoriais.

QUE RESPONDERÁ AMIN?

Presidente, há outro aspecto do problema: a Tanzânia e o presidente Nyerere são muito respeitados e admirados na África e no Mundo. Esta agressão motiva-



rá o apoio e a simpatia de muita gente...

Nós apoiamos a Tanzânia. Estamos contra o imperialismo, estamos contra a agressão.

Mas a agressão poderá ser detida?

Invadir um país não é o mesmo que ocupá-lo... Há muitos factores que influem no resultado de uma guerra. Idi

Amin invadiu, mas não pode ocupar a Tanzânia. Não pode. É impossível. Pode permanecer num certo território pela força das armas, mas a resposta à sua invasão será uma ofensiva. O dever de todo o cidadão é defender a soberania do seu país, defender a sua independência, defender a liberdade, defender a integridade territorial. A invasão será derrotada.

Não se deve esquecer, que uma agressão como esta também expressa a necessidade de desviar problemas internos. São problemas internos que provocam agressões e invasões. É uma demonstração da incapacidade de resolver estes problemas. Mas quando o invasor se vê obrigado a retirar-se, descobre que o fogo que levou ao país agredido ainda ficou na sua própria casa. Todas as contradições latentes explodiram e quando os pais dos mortos, as viúvas e os órfãos lhe perguntarem porquê... que responderá Amin?

Pub.

8

ABRIL
revista de reflexão socialista

Um espaço de diálogo

SAI MENSALMENTE

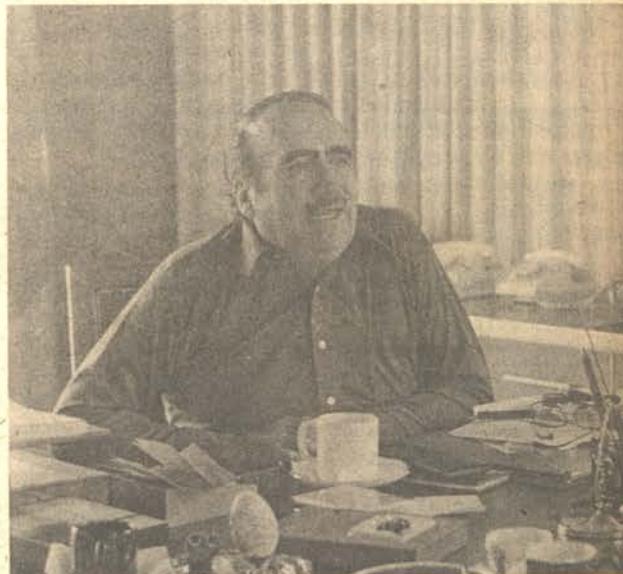
pág. 118 n.º 9/Novembro 78

Apartado 2860 LISBOA 2

informação

NOTIMEX: primeiros dez anos de existência

Pedro Ferraz, director da Notimex, e Humberto Delgado, subdirector técnico, concederam, em exclusivo, a seguinte entrevista para os *Cadernos do Terceiro Mundo*, por motivo do décimo aniversário da criação desta prestigiosa agência de notícias.



A NOTIMEX fez, recentemente, anos, precisamente, dez anos de existência. Como foi criada a agência?

A fundação da NOTIMEX deu-se em 1968. E nasce num México que acabava de viver o famoso 68 e se preparava para se transformar no centro de atenções de todo o mundo

com as Olimpíadas de Outubro.

Ainda que tivesse sido criada como Sociedade Anónima, os seus fundos são do governo, o que leva a que a agência não tenha qualquer ligação com o orçamento de qualquer secretaria de Estado, evitando-se, assim, que algum ministro ou secretário congele o

seu normal crédito. No entanto, a designação do Presidente e do Conselho de Administração depende da Presidência da República e do Conselho de Ministros

Nasce como alternativa a algum outro meio de comunicação ou por alguma razão especial?

Penso que o México se deu conta da importância

informação que tem a sua imagem no estrangeiro. Estávamos, então, muito preocupados por tudo aquilo que se dizia a nosso respeito no exterior. Pensou-se, então, criar uma agência que tivesse ligações internacionais, e é por isso que é criada a NOTIMEX, que se liga de imediato com a IPS (Inter Press Service), entra na Organização de Agências do Terceiro Mundo na qualidade de observadora, e é nomeada, nessa mesma organização, como centro emissor de notícias para a América Latina.

Com quanto pessoal conta a NOTIMEX?

Temos dois tipos de pessoal. O contratado, são cerca de 150 pessoas, e os restantes são trabalhadores "free lance": editores, directores de TV, desenhadores, operadores de câmara especializados em documentários, etc.

Como se organiza a agência para a elaboração do "serviço informativo"?

A área jornalística conta com 45 pessoas: redactores, repórteres e 4 teletipistas. O funcionamento da agência passa por uma secção de edição, que se divide em nacional e internacional. Destes dois departamentos flui o material que, posteriormente, vai integrar o serviço que enviamos aos nossos clientes. O editor-chefe é quem selecciona as notícias que devem ir à sede da IPS, a Roma — onde temos uma linha permanentemente aberta — e as que vão para os Estados Unidos. Temos também o nosso serviço natural para os clientes do México. Foi desta forma que se começou a criar um importante fluxo de notícias.

Que percentagem pensam vocês que cobrem dos clientes nacionais, em relação a outras agências privadas?

Cobrimos uns quarenta periódicos de primeira linha em toda a República, produzindo uma média de 200 notícias diárias. Além disso, abriu-se recentemente uma sucursal da NOTIMEX em Los Angeles, na Califórnia, que vendeu já os seus serviços ao *La Opinión* de Los Angeles, o jornal mexicano mais importante que se publica fora do México. Também a Rádio Cali e um canal de televisão, igualmente de Los Angeles, contam com os nossos serviços.

Deve ser o primeiro caso de uma agência do Terceiro Mundo que está a informar os Estados Unidos...

De facto. A mesma linha que nos liga à Califórnia, pode passar também por San Antonio, Nova York, Chicago, para regressar a Los Angeles. A Sociedade de Locutores de Chicago — prestigiosa instituição — cedeu-nos instalações para os nossos serviços, e já temos um correspondente em Washington.

O próximo passo poderá ser a América Central, na qual o México tem grande influência?

Estamos a tratar conjuntamente com a IPS de possuir o Canal Centro-Americano que vai até Caracas.

E porque a IPS?

Porque foram eles quem tiveram mais visão e proporcionaram à NOTIMEX as possibilidades de ampliação, que agora se estão a processar. Temos uma dimensão bastante forte, uma imagem muito poderosa dentro das agências do

Terceiro Mundo. Orgulhosamente para nós, pois, como dissemos, trata-se de uma agência auto-suficiente, que não vive de um orçamento, como acontece com agências de outros países, que não só recebem ajuda técnica como também económica. A razão de estarmos ligados à IPS, é porque o México, através da NOTIMEX, necessitava de uma expansão da sua imagem. E, actualmente, a NOTIMEX chega a África, ao Mundo Árabe, traduzida em inglês e francês pela IPS. Além disso, através da rede da Tanjung, a agência jugoslava, chegamos ao Oriente.

A NOTIMEX, está, pois, a chegar a todo o Mundo...

De facto. Temos também um convénio com a DPA da Alemanha Ocidental, e por isso as nossas notícias são transmitidas em todo o espaço coberto pela DPA, especialmente no centro da Europa. Em geral, as notícias que as agências noticiosas transmitem do México são os terramoto, os crimes, e tudo o resto o mundo ignora. Para obstar a esta situação, estamos a cumprir o lema da NOTIMEX: "levar a imagem do México a todo o mundo".

Pensamos que uma das coisas interessantes nesse sentido é precisamente a fórmula da NOTIMEX. A auto-suficiência que possui. Como é que isso foi conseguido? Pois, em geral, todos os meios de comunicação social dão déficit...

Como já dissemos anteriormente, a agência não vive de um orçamento governamental. Temos, pois, de nos virar para outro lado. Cobrimos, por exemplo, a informação dos canais de televisão estatais ou priva-

dos com uma média de duas horas e meia diárias...

A colaboração do Canal 13 foi fundamental. A competência e a colaboração da sua directora, D. Maria del Carmen Millán, e dos funcionários que a rodeiam, o interesse que puseram nos nossos serviços, constituiu uma ajuda incensurável.

Além disso fazemos os anúncios filmados, os programas, os videotapes, etc.

Dizia que a NOTIMEX abastece os principais e a TV de noticiário. E a radio-difusão?

Cobrimos as duas principais estações de rádio com noticiário do México. Temos, além disso, Cadeias Nacionais, como a Estrella de Oro, Radio Modulación, Radio Forjal, em Guadalajara, e a Radio Cali na Califórnia, Estados Unidos.

Recentemente, inaugurámos um novo serviço que é o NOTIFONO. Basta discar o 91-21-21 e poderão escutar o resumo de notícias num minuto, durante as 24 horas por dia.

Um serviço tão interessante como esse, terá de ser financiado de alguma forma...

Sim. Com publicidade.

Dizia há pouco que a NOTIMEX está a pôr especial atenção nas notícias sobre cultura, ou artigos sobre aspectos científicos, que integram o seu noticiário...

De facto, assim é. Os artigos culturais e científicos quase que desapareceram dos serviços da maioria das agências privadas. Divulgam apenas o sensacionalismo: como o caso do bebé-proveta e coisas desse estilo.

Mas, no México, temos

uma quantidade de material muito interessante a esse respeito. E fomos nós quem deu grande projecção para o estrangeiro destes aspectos culturais e científicos: Congressos, investigações do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, etc.

E isso suscita interesse? Está-se a publicar no estrangeiro. E, mantemo-nos a par do grande interesse que há em muitas regiões sobre este tipo de informação. Conseguimos que o material, que antes se destinava apenas às revistas especializadas e de pouca circulação, comece a ser popular.

Como poderão ser resumidos os êxitos da NOTIMEX nestes dez anos da sua existência?

Basicamente a sua expansão. No plano interno, transformámo-nos como que numa aula prática onde o nosso pessoal está continuamente a valorizar-se. Os estudantes de jornalismo, por exemplo, visitam-nos e trabalham em conjunto connosco as suas teses.

Quais os planos para os próximos anos?

A nossa preocupação é que o que fazemos continue a ser bem feito, trabalhando com boa informação e em primeira mão.

informação

Aplausos vindos do Brasil

Na sessão de 27 de Junho último da prestigiosa Associação Brasileira de Imprensa, foi aprovado, por decisão unânime, e com aplausos, a proposta do Conselheiro José Gomes Talarico, destacado lutador democrático, a seguinte moção:

“Ao Conselho Administrativo da ABI:

Endereçamos à Mesa Directiva do Conselho Administrativo da ABI dois exemplares da Revista “Cuadernos del Tercer Mundo”, editada na Cidade do México. E tem edições em espanhol e português, existindo também um projecto para a editar em inglês. Nos dois últimos anos

os “Cadernos” transformaram-se numa publicação que goza da mais ampla aceitação jornalística, não só na América Latina, como também em África e na Europa, especialmente nas nações de língua espanhola e portuguesa.

Integram a sua direcção os companheiros Pablo Piacentini, da Argentina, Neiva Moreira, do Brasil, e Beatriz Bissio do Uruguai. Neiva Moreira, devemos recordar é um antigo militante da imprensa brasileira, primeiro no seu estado natal, Maranhão, e depois no Rio de Janeiro e em Brasília, como secretário de redacção e director de diversos diários. Deputado Fe-

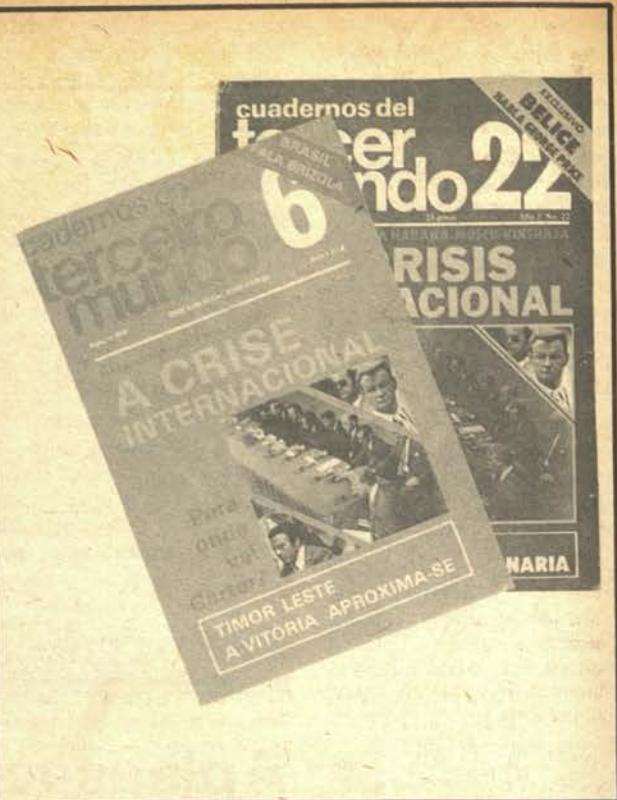
informação

deral por Maranhão, secretário-geral da "Frente Parlamentar Nacionalista", é um dos pioneiros da implantação de Brasília como a nova capital da República, na qual desenvolveu um destacado trabalho como membro da Mesa Directiva da Câmara de Deputados na transferência do Legislativo para o Planalto. Abandonou o país em 1964, passando pela Bolívia, Uruguai, Chile, Peru e México, deixando ali a sua destacada presença devido à sua notável bagagem intelectual e profissional. É autor de vários livros e ensaios. Como um dos estudiosos do chamado Terceiro Mundo, Neiva Moreira é hoje uma das maiores autoridades desse grande e decisivo grupo de nações. Entre as novas nações africanas é uma personalidade que merece o maior respeito por parte dos seus povos. Igual acolhimento goza no Mundo Árabe. Na América Latina é considerado um dos jornalistas mais actuantes.

Solicitamos que se inscreva nas actas esta manifestação e seja enviada uma mensagem de felicitações a Neiva Moreira pelos "Cahernos do Terceiro Mundo". Sala das sessões, 27 de Junho de 1978."

Denúncia

O jornal Denúncia, editado até agora em Nova Iorque por um grupo de jornalistas argentinos, está a ampliar a sua organização com visitas a dar uma maior cobertura dos acontecimentos que se desenrolam nesse país da América do Sul e a extender a sua presença na América Latina.



A edição mexicana
e portuguesa dos
«Cahernos do
Terceiro Mundo»:
uma só luta
no campo
da informação

Dois destacados jornalistas argentinos, Manuel Caggero e Carlos Alberto Gabetta são, respectivamente, os novos director e chefe de redacção na Europa, Victoria Azurduy será a correspondente no México. Elias Condal, em Roma, e Carlos Lefranc Walker, em Washington.

“No momento crucial que vive a Argentina impõe-se-nos a obrigação de

ampliar e reforçar a nossa estrutura, de modo a tornar este órgão político e jornalístico importante e eficiente para que todos os sectores que lutam contra a ditadura, sem exclusões e o sintam como seu”, declara o editorial do Denúncia que anuncia os nocos avanços.



Várias etnias indígenas habitavam o território do actual Equador, quando Tupac Yuncan iniciou, em 1478, a conquista dessas terras para o seu império Inca. Em poucos anos a região norte, cujo centro era Quito, adquiriu grande importância. Mas a rivalidade pela sucessão entre Atahualpa, de Quito, e Huáscar, de Cuzco, debilitou a tal ponto o poderio inca, que um pequeno bando de duzentos aventureiros, comandados pelo espanhol analfabeto Francisco Pizarro, conseguiu colocar esse império de cultura avançada e quinze milhões de habitantes sob domínio da coroa espanhola.

A partir de então os indígenas deixaram de ser homens livres, que trabalhavam solidariamente a terra, para se converterem em semi-escravos, explorados sob o regime de "encomiendas". Esta situação pouco muda com a independência do país. O poder político é usurpado pela oligarquia local que consolida a propriedade latifundiária da terra. O facto de ser índio é também agravado economicamente pelo jovem Estado através do "tributo dos índios".

A incapacidade política da oligarquia governante e a sua falta de sentido nacionalista reflecte-se nas sucessivas mutilações que sofreu o Equador, que tinha 1 038 000 km² sob o domínio espanhol, 706 000 km² em 1830 ao separar-se da Gran Colombia, constituída por Bolívar, e que incluía a Venezuela, a Colômbia e o Panamá, 537 000 km² depois de ceder territórios ao Brasil em 1904, 472 000 km² após iguais cedências à Colômbia em 1916, e, finalmente, 270 000 km² depois do Protocolo de Paz com o Peru, em

1942, no final de uma breve guerra entre os dois países.

Em 1895, a Revolução Liberal dirigida por Eloy Alfaro renova as esperanças do povo numa verdadeira reforma agrária. Mas a grande propriedade das terras não é afectada, e o país sofre a dominação neocolonial do imperialismo britânico, cujos caminhos-de-ferro levam ao porto de Guayaquil a produção exportável, numa brutal exploração das riquezas do país.

A banana, o café e o cacau representavam 80 por cento dos rendimentos do país nos primeiros anos de 70. Em 1972, o Equador começa a exportar petróleo, e este se transforma rapidamente no primeiro produto da economia nacional. Neste mesmo ano a situação política também muda. O velho líder populista José María Velasco Ibarra (quatro vezes presidente, quatro vezes deposto) é destituído pela quinta vez, no quarto golpe militar que sofre. As Forças Militares colocam no governo o general Guilherme Rodriguez Lara e anunciam um amplo plano de reformas. O Equador integra-se na OPEP, adquire 25 por cento das ações do monopólio "Texaco-Gulf" e passa à defesa intransigente das 20 milhas de mar territorial contra os barcos pesqueiros norte-americanos, o que deu origem à chamada "guerra do atum".

Internamente, o governo mi-

Equador

litar criou expectativas com a promulgação de uma nova Lei de Reforma Agrária em substituição da aprovada em 1964, segundo o modelo da "Aliança para o Progresso" americana e que se mostrou inoperante. Porém, poucos foram os progressos; o objectivo do plano quinquenal 1973-77 de distribuir terras a 75 mil beneficiários só se cumpriu parcialmente.

Os mesmos interesses que bloquearam a reforma agrária levaram à queda do general Rodriguez Lara, que foi substituído no governo por uma Junta Militar, em 1976. Neste ano de 1978, os militares promoveram uma abertura política, com eleições à presidência, e o vencedor do primeiro escrutínio, em Julho, foi o populista Jaime Roldós Aguilera, que se opunha ao regime militar. É o provável vencedor do segundo escrutínio contra o candidato dos militares, Sixto Durán, se a Junta realmente permitir o novo escrutínio, adiado várias vezes, e também a posse do vencedor.



República do Equador

Governo: Conselho Militar Administrativo Provisório (DERG) presidido pelo coronel Mengistu Hailé Mariam. **Capital:** Adis Abeba (1 000 000 h). **Superfície:** 1 221 900 km². **População:** 28 000 000 h 90 por cento rural. **Idioma oficial:** amárico (fala-se árabe na Eritreia e somali no Ogadén; usa-se muito o inglês). **Moeda:** dólar etíope. **Festa Nacional:** 21/3 (Proclamação da República, 1975). **Religião:** cristã ortodoxa no centro do país, islâmica na Eritreia e no Ogadén. **PNB per capita:** 100 dólares anuais. **Educação:** um milhão de estudantes em todos os níveis; analfabetismo: 90 por cento. **Saúde:** um médico para cada 75 mil habitantes.

A Etiópia é membro pleno da ONU, da OUA e do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Almanaque 9

Etiópia

Há cinco anos atrás, a Etiópia parecia um país estacionado no tempo, tragicamente feudal e com tradições ainda dos tempos bíblicos. Cercados pela igreja etíope Ortodoxa (cristã copta) omnipotente e corrupta, o imperador Hailé Selassié, com mais de oitenta anos de idade, já tinha reinado mais de quarenta.

Dizendo-se descendente da Rainha de Sabá e conhecido como o "Leão de Judá", Selassié gozava de certo prestígio internacional, desde o seu discurso na Sociedade das Nações, em 1936, quando alertou o Mundo contra os perigos do fascismo italiano que invadiria e ocuparia o seu país. Depois, por alojar em Adis Abeba a sede permanente da Organização da Unidade Africana, e apoiar, desde o início, o Movimento dos Países Não-Alinhados.

Mas nada disso reflectia a sua política interna, onde noventa por cento da população é camponesa, mas oitenta por cento das terras estavam nas mãos da igreja e dos senhores feudais. Aliado incondicional dos Estados Unidos, Selassié era visto como uma ameaça pelos regimes progressistas da região que lhe atribuiam ambições expansionistas.

A Eritreia, povoada por árabes, e que após a Segunda Guerra Mundial e o fim do colonialismo italiano, e de acordo com uma resolução da ONU de 1952, esteve ligada por federação à Etiópia, foi anexada por Selassié em 1962, perdendo, as-

sim, a sua autonomia, o que criou as condições para o surgimento dos movimentos de libertação.

A população muçulmana da Eritreia levantou-se em armas contra a perda da independência. As suas vitórias, a seca que fez deteriorar o nível de vida dos camponeses da região, e a rebelião da população somalina do Ogadén enfraqueceram o regime de Selassié, cada vez mais corrupto e ineficaz.

O "cerco ao imperador" cresceu paulatinamente, e culminou, a 12 de Setembro de 1974, quando Selassié é derrubado por um golpe militar e parte da sua família é fuzilada. Selassié consegue salvar a vida, em troca da sua fortuna depositada no exterior. O general Aman Andom assumiu o poder e proclamou a República, mas, em Novembro do mesmo ano, é fuzilado com outros 60 dos seus partidários, acusado de tentar "desvair o curso do movimento popular de renovação".

No seio do DERC (Conselho Militar Administrativo Provisório) travava-se uma longa e intensa luta pelo poder, que culmina, a 3 de Fevereiro de 1977, com o fuzilamento do presidente Teferi Banti e seis dos seus colaboradores, que foram acusados de tentarem um golpe ditatorial. Assumiu o poder o Coronel Mengistu Hailé Mariam.

Apesar da sua instabilidade, o DERC fez profundas reformas na sociedade etíope: nacionalizou a banca e as principais in-



dústrias estrangeiras. Uma reforma agrária radical deu ao regime uma base de apoio campesina, enquanto os seus apoios externos, com a expulsão das missões e bases militares norte-americanas, mudavam para os países socialistas.

No entanto, o governo etíope não conseguiu resolver o problema das diversas nacionalidades que povoam o seu território. Ao ver que as suas reivindicações autonomistas não seriam satisfeitas, o movimento de libertação eritreu intensificou a luta e passou a controlar a maior parte do território da Eritreia e a manter um cerco sobre as suas principais cidades. Ao mesmo tempo, a Frente de Libertação da Somália Ocidental, que luta pela reintegração do Ogadén à Somália (em razão da identidade étnica, cultural e religiosa), serviu de pretexto para que em 1977, o regime somaliano invadisse e ocupasse a maior parte da região, o que levou a uma guerra onde interviveram militares cubanos em apoio às forças etíopes.

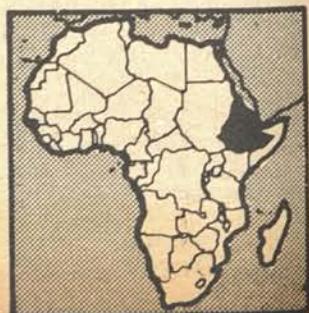
O DERC, estreitamente apoiado pelos países socialistas ainda tem de fazer face a intrincados problemas geopolíticos que envolvem os países do chamado "Corno da África". E além da oposição dos antigos senhores das terras e de uma esquerda radical, tem o grave problema da Eritreia, onde uma solução negociada parece distante.

Etiópia

Governo: Junta Militar, que prometeu entregar o poder ao vencedor das eleições a serem realizadas nos próximos meses.

Capital: Quito (550 000h) Superfície: 270 670 km² (excluídos 174 565 km² que o Equador reivindica ao Peru). População: 7 600 000 h. (58 por cento rural). Moeda: sucro. Idioma oficial: espanhol (fala-se também o quechua). Festa Nacional: 10/8 (independência, 1809). Religião: maioritariamente católica. PNB per capita: 465 dólares anuais. Educação: 1 500 00 estudantes em todos os níveis; analfabetismo: 25 por cento. Saúde: um médico para cada 3 500 habitantes.

O Equador é membro pleno das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).



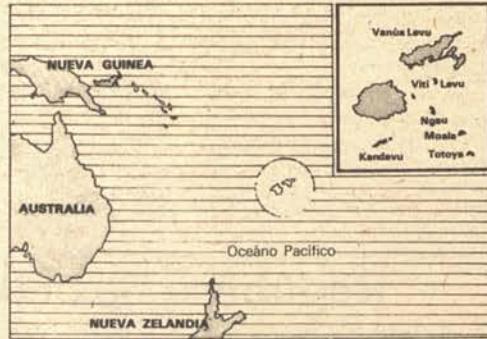
Fidji

Um dos últimos "paraísos perdidos" sonhados por pintores e aventureiros, Fidji está ameaçada hoje, pelos mesmos problemas do resto do mundo contemporâneo: o desemprego, as tensões raciais e a poluição nuclear. São 800 ilhas, e ilhotas de origem vulcânica e coralígena, formando um arquipélago que recebeu migrações asiáticas que constituíram a base da etnia melanésia, (segundo alguns autores houve imigrações americanas). Os ocidentais que aí chegaram primeiro — o holandês Abel Tasman em 1643, e o britânico Cook, cento e quarenta anos depois — nada encontraram que justificasse a permanência.

Em 1789, chega a Fidji o capitão inglês Bligh que descreve os nativos como pessoas que vivem "nus e contentes" à sombra dos coqueiros, sem mais preocupações que a da generosa pesca e a recolha dos frutos silvestres. Além de darem origem à mestiçagem, os visitantes ingleses parecem ter transmitido

os seus instintos expansionistas a Na Ulivau, o rei de Nbau, que estendeu a sua dominação ao resto do arquipélago.

Os missionários britânicos, que começam a chegar nessa época, logo convencem as fidjianas da necessidade de se vestirem. Atrás deles, chegam os comerciantes ingleses a vender tecidos e os demais produtos da civilização ocidental. Para o pagamento desses produtos, introduz-se a produção de óleo de coco e o cultivo do tabaco e da cana de açúcar. Admirado com esses progressos civilizadores, o filho de Na Ulivau, Takombau, oferece a Washington a anexação de Fidji aos Estados Unidos. Ocupada nessa ocasião com a Guerra da Secessão, a Casa Branca perde esta oportunidade de acrescentar uma estrela mais na sua bandeira. A coroa britânica, entretanto, em plena expansão, não deixa escapar a ocasião, e ocupa formalmente o arquipélago a 10 de Outubro de 1874, finalizando a obra iniciada pelos seus religiosos e comerciantes.



Domínio de Fidji

Capital: Suva, na Ilha de Viti Leyu (60 000 h). **Superfície:** 18 272 km². **População:** 570 000 habitantes, 75 por cento rural; 50 por cento de origem indiana, 42 por cento melanésio-polinésio, 6 por cento mestiços e europeus e 2 por cento chineses. **Moeda:** dólar fidjiano. **Idioma oficial:** inglês (também se fala o fidjiano e o indiano). **Festa nacional:** 10-10 (Independência, 1970). **Religião:** hindu, muçulmana e cristã. **PNB per capita:** 850 dólares anuais. **Educação:** 200 mil estudantes em todos os níveis. **Saúde:** Um médico para cada dois mil habitantes.

Fidji é membro pleno das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.



A colonização inglesa mudou profundamente o aspecto das ilhas, ao introduzir em massa trabalhadores indianos, que também eram levados como mão-de-obra barata para a África e a América, para aliviar a pressão demográfica na Índia. Ao mesmo tempo, essa imigração serviu para assegurar as estruturas locais de Fidji com a adição desta camada social.

A independência em 1970 não altera estas estruturas. A delegação de Fidji à reunião de 1977 da Commonwealth foi das únicas (juntamente com Singapura e Malavi, de governos ultra-direitistas) a votar contra a luta nacionalista no Zimbábue, na Namíbia e na África do Sul, países onde os fidjianos não teriam os direitos reservados aos brancos.

Os milhares de fidjianos emigrados para a Nova Zelândia, em busca de trabalho, são muito discriminados. No entanto, as estatísticas oficiais acreditam apenas 130 desempregados em Fidji e omitem toda a referência à emigração. Uma balança comercial deficitária de 130 milhões (para um produto interno bruto de 360 milhões) de dólares, revela a magnitude do problema econômico.

Fidji está situada próxima das Ilhas Marianas, em vias de serem anexadas aos Estados Unidos com um estatuto semelhante ao de Porto Rico. Ameaçada pela proliferação de armas nucleares, Fidji propôs, junto com a Nova Zelândia e Nova Guiné, a desnuclearização do Pacífico. Mas a tese não conseguiu o apoio do Pacífico Sul, integrado por Austrália, Samoa, Tonga, Nauru e as Ilhas Cook, o que faz prever que a região continuará a ser um campo de experimentação de armas terríveis que podem terminar com esse "paraíso perdido".



Fernão de Magalhães chegou ao arquipélago filipino em 1521, mas a colonização, sob domínio espanhol, das ilhas só é concretizado em 1564, contra a resistência da sociedade malaia tradicional e da população islâmica de Mindanao, que nunca aceitou converter-se ao cristianismo. Ingleses e Holandeses também disputavam as ilhas.

A história da colonização espanhola aí é semelhante ao dos países latino-americanos. Em princípios do século XIX, nasce um movimento independentista que foi cruelmente reprimido. A revolução anticolonial dá-se em 1896. Os Estados Unidos entram no conflito e as Filipinas sofrem a mesma sorte de Porto Rico: passa a colónia norte-americana em 1898.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o arquipélago foi ocupado pelo Japão. No calor da luta nacional contra o invasor, nasce o movimento Huk, de base camponesa e inspiração socialista. Mas os norte-americanos retornaram no fim da guerra, e a independência que concedem em 1946 é pouco mais, que formal: o arquipélago continua sob a dominação económica e política dos Estados Unidos.

A independência não trouxe transformações sociais, o país vive sob o regime da "hacienda", a grande propriedade cultivada por meeiros. Setenta por cento da população é camponesa, mas 2 por cento é proprietária de 60 por cento da terra. O meeiro recebe, em princípio, a metade da colheita, mas, de facto, uma grande parte dos seus rendimentos serve para pagar as dívidas usurárias contraídas com o "cacique", o grande latifundiário.

A corrupção do regime, o empobrecimento do povo e a entrega da economia às multinacionais encontram a resistên-

cia de diversas organizações populares. Estas, internamente, lutam contra a cumplicidade do regime de Ferdinando Marcos com os latifundiários e os capitais estrangeiros, que controlam as indústrias extractivas (enxofre, níquel, cobre, manganes, e ferro). Na política externa, manifestam-se contra a presença de bases militares e navais norte-americanas, que convertem o arquipélago numa plataforma de agressões contra os governos revolucionários do sudeste asiático, além de defendem o regime de Marcos.

Com as armas fornecidas pelos Estados Unidos para liquidar o movimento separatista muçulmano de Mindanao, Marcos reprime o conjunto das forças progressistas. Sob a "lei marcial" decretado em 1972, foram detidos mais de sessenta mil opositores.

A repressão não calou as críticas da Igreja Católica, que qualificou de "farsa" o referendo de 1976 que homologou tal lei, nem os protestos massivos dos 200 mil estudantes universitários, que, em 1977, obrigaram o governo a recuar no seu projecto de aumentar os preços das propinas.

Pressionado simultaneamente pela Frente Moro de Libertação (de Mindanao), a guerrilha camponesa em várias ilhas, o descontentamento das massas urbanas, cujo salário se deteriora por uma inflação incontrolável,

Filipinas

e a política americana de Direitos Humanos, Ferdinando Marcos empenhou-se, nos últimos tempos, em forjar uma imagem nova, legalizando a actividade dos partidos Comunista e Socialista, negociando a autonomia as regiões muçulmanas, intensificando os contactos diplomáticos na África e na América Latina, convertendo-se no porta-voz do "Grupo dos 77" diante do Fundo Monetário Internacional reunido em Manilha e, finalmente, auspiciando, na capital filipina, uma Conferência sobre os Direitos do Homem, para demonstrar que o seu "autoritarismo constitucional" não os viola.

As negociações sobre as bases norte-americanas de Clark e Subic Bay, constituirão um teste para confirmar, ou desmentir, essa "nova imagem" de Marcos, depois de Marcos ter rejeitado a proposta do ex-presidente Ford de um pagamento de mil milhões de dólares pelo arrendamento até 1980.



República das Filipinas

Governo: Ferdinando Marcos, presidente. **Capital:** Cidade de Quzón (1 000 000 h) é a capital constitucional, mas a sede do governo está, de facto, em Manilha (1 500 000 h). **Superfície:** 300 000 km² no conjunto de mais de sete mil ilhas e ilhotas. **População:** 42 milhões de habitantes (70 por cento rural). **Moeda:** peso filipino. **Idioma oficial:** tagalo, chamado "filipino" desde 1946; nos documentos oficiais emprega-se o espanhol e o inglês. **Festa Nacional:** 4-7 (Independência, 1946). **Religião:** maioritariamente católica; há quase dois milhões de muçulmanos em Mindanao. **PNB per capita:** 310 dólares anuais. **Educação:** dez milhões de estudantes em todos os níveis; **analfabetismo:** 20 por cento. **Saúde:** um médico para cada três mil habitantes.

As Filipinas são membro pleno das Nações Unidas e pertenceu à SEATO (Organização do Tratado do Sudeste Asiático) até à sua dissolução em 1977.

Gabão

Em poucos países africanos o neocolonialismo se manifesta tão insolentemente como no Gabão, que, em dezoito anos de independência, ainda não conseguiu romper nenhum dos vínculos que o submetem à antiga metrópole. Pior: a sua dependência agravou-se nos últimos anos com a entrada massiva das multinacionais americanas.

Das diversas riquezas do país — petróleo, ferro, urânio, manganês, madeira — 92 por cento da população beneficia de apenas uma quarta parte. O resto enriquece uma pequena minoria local e, fundamentalmente, alimenta a voracidade dos consórcios estrangeiros. A exploração irracional ameaça esgotar as reservas petrolíferas em menos de dez anos, enquanto as florestas tropicais, que cobrem 75 por cento do país, vão desaparecendo de forma alarmante, devido à exploração depredatória das companhias madeireiras.

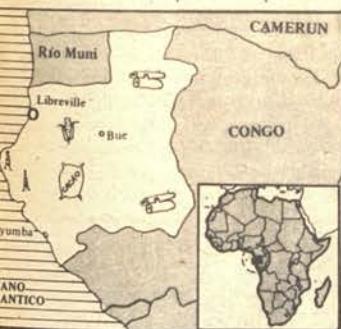
Até recentemente, as serrarias eram a única indústria local de magnitude, mas, nos últimos anos, as multinacionais descobriram que este "porto de

paz" pode servir-lhes de entrada aos mercados da África Central, e iniciaram um processo de industrialização. Franceses e norte-americanos dividem as iniciativas: os primeiros controlam o petróleo através da "Elf-Gabão", subsidiária da "Elf-Aquitaine"; os segundos, já possuem 50 por cento da exploração de ferro e manganês através da US Steel e da Bethlehem Steel.

O "desenvolvimento" só fez agravar os problemas sociais. As promessas de emprego nas cidades acelerou o êxodo dos camponeses, transformando a estrutura social, ao converter em mão-de-obra barata os produtores independentes. Com a economia rural desmantelada, desfróti-se a possibilidade de auto-abastecimento em alimentos e liquida-se o último sector não dependente dos capitais internacionais.

A ordem neocolonial está protegida, desde 1960, por um tratado de aliança entre Libreville e Paris. A sua eficácia ficou demonstrada em 1964, quando um grupo de oficiais tentou derrubar o presidente Leon M'Ba. A intervenção brutal de paraquedistas franceses pôs fim à aventura e M'Ba continuou no cargo que exercia desde a independência. A "vitrina do neocolonialismo" não sofreu nenhuma mudança.

M'Ba, morto em 1967, foi sucedido por seu ministro da Defesa, Omar Bongo, que continua fiel à sua orientação e torna-se o "interlocutor privilegiado" de Giscard D'Estaing em



República do Gabão

Governo: Omar Bongo, presidente. **Capital:** Libreville (250 mil habitantes). **Superfície:** 267 667 km². **População:** 950 mil habitantes (67 por cento rural). **Moeda:** Franco CFA. **Idioma Oficial:** francês. **Festa Nacional:** 17/8 (Independência, 1960). **Religião:** animista e cristã. **PNB per capita:** 861 dólares anuais. **Educação:** 300 mil estudantes em todos os níveis. **Saúde:** um médico para cada 10 mil habitantes.

O Gabão é membro pleno da ONU, da OUA, da OPEP e do Movimento dos Países Não-Alinhados.



África. O Gabão transforma-se no "Gendarme" da África Central, à maneira dos "subimperialismos" que servem aos Estados Unidos.

Assim, em Janeiro de 1977, o Gabão fornecerá o avião e as armas que um grupo de mercenários utiliza na fracassada agressão contra o Bénin. Em Junho do mesmo ano, Libreville foi a sede da Conferência Cimeira da Organização Unidade Africana, e Bongo demonstrou, uma vez mais, a sua aliança com os interesses neocolonialistas, ao negar os vistos para que a Frente Polisário pudesse assistir ao evento, apesar do movimento de libertação do Sahara ser reconhecido pela OUA.

No entanto, as correntes progressistas africanas conseguiram impor-se em temas chaves como o do Sahara e do Zimbabwe, e impediram que Bongo desvirtuasse as resoluções tomadas durante o ano que lhe correspondeu presidir a OUA, e que terminou em Julho deste ano.

Ultimamente, a economia gabonesa vem enfrentando sérias dificuldades. Uma dívida externa colossal, uma degradação monetária inquietante e a baixa na produção de matérias-primas são os sintomas da crise. A inflação e o desemprego também se agravam: numerosos trabalhadores imigrantes foram expulsos, entre eles dez mil do Bénin, e as condições de imigração sofreram um endurecimento.

Para fazer face à situação, o regime do Gabão adoptou um "plano de estabilização", aprovado pelo governo francês e pelo Fundo Monetário Internacional, cujas medidas de austeridade recaem, principalmente, sobre as classes mais desfavorecidas.

Gâmbia

No maciço de Futa Djalon, grande reserva de água da África Ocidental, nascem os rios Senegal, Gâmbia, Niger e Konkouré. Nas vertentes húmidas e relativamente frescas, a população autóctone de agricultores viu chegar, no século XVI da nossa era, os pastores Peules, atraídos pelas ricas pastagens da montanha. Progressivamente islamizados, os peules elegeram como chefe, por volta de 1725, a Karamoko Alfa, sábio que os organizou em instituições comunitárias.

A foz do rio Gâmbia foi explorada pelos portugueses no ano 1447. Rechaçados pela população local, os navegantes não se aventuraram rio acima. Em 1588, os ingleses compram as instalações costeiras portuguesas e, a partir de 1644, utilizam-nas como porto de escravos para as suas plantações no Caribe e na parte sul das colônias norte-americanas. Mas as expedições exploradoras, demasiado pesadas, não conseguem infiltrar-se no território. Só em 1818 um simples grumete, acompanhado de um guia local

e um burro, chega até à nascente do Gâmbia.

Os ingleses estabelecem alianças com os príncipes tribais do interior do país e mantêm intacta a estrutura social. Com a abolição da escravidão, no começo do século XX, o minúsculo enclave perde significado económico. Em contrapartida, enerxado no meio do Senegal, a peça mais importante da colonização francesa na África Negra, a Gâmbia adquire importância estratégica quando a convocação da Conferência de Berlim (Novembro 1884) gera uma corrida das potências europeias pela partilha da África.

As guerras europeias afectaram as relações entre a Gâmbia e o Senegal. Os exércitos franceses e ingleses atravessam as fronteiras num e outro sentido, até que se estabeleçam os limites actuais em 1888.

Com a pressão da luta anticolonialista africana, a Gâmbia torna-se independente em 1965, integrada na Commonwealth. É o caso típico de um território colonial convertido



em Estado sem ser uma Nação, com fronteiras arbitrárias que não reflectem nem uma situação étnica, nem cultural, nem económica. E demonstra como a independência pode ser uma mera formalidade, se não acompanhada de uma transformação social profunda, e de um rompimento radical com o neocolonialismo.

A economia da Gâmbia, baseada na exportação do arroz e amendoim, segue tão dependente dos centros externos de decisão como na época colonial. O tribalismo não só se manteve, mas foi oficialmente consagrado pela Constituição de 1970, onde se estabelece a República e a representação na Câmara de Representantes dos senhores feudais junto com deputados eleitos.

O predomínio dos conservadores no governo reflecte-se na política externa, e leva a Gâmbia a adoptar posições conciliadoras com os regimes racistas da África Austral. No entanto, o presidente Jawara insiste em afirmar que a sua política externa é "independente" e se baseia no esforço "para a consolidação da paz e da segurança internacional, e na luta contra todas as manifestações de opressão racial e colonial".

Em 1975, a Gâmbia figurou entre os 15 países fundadores da Comunidade Económica da África Ocidental (CEDEAO), um ambicioso projecto de integração que, pela primeira vez, vence as tradicionais barreiras linguísticas entre anglofones e francófonos, para formar um mercado único de 130 milhões de habitantes, e que despertou grandes esperanças pelo seu potencial de desenvolvimento regional.



República da Gâmbia

Governo: Sir Dawda Kairaba Jawara, presidente. **Capital:** Banjul (45 mil habitantes) que até 1973 chamava-se Bathurst. **Superfície:** 10 369 km². **População:** 525 mil habitantes (85 por cento rural). **Moeda:** dalasi. **Idioma oficial:** inglês. **Festa Nacional:** 18/2 (independência, 1965). **Religião:** muçulmana. **PNB per capita:** 120 dólares anuais. **Educação:** 25 mil estudantes em todos os níveis em 1973. **Analfabetismo:** 80 por cento. **Saúde:** um médico para cada 26 mil habitantes.

A Gâmbia é membro pleno da ONU, da OUA, da Comunidade Britânica das Nações, da Comunidade Económica da África Ocidental e do Movimento dos Países Não-Alinhados.

as vozes da áfrica revolucionária

N.º 420 — 22 DE OUTUBRO — 1978 — 15\$00
Angola 25 Kwanzas Portugal 25 escudos

Tempo

PSIQUIATRIA:

ABREM - SE AS PORTAS

BULGARIA:
ONTEM E HOJE
MERCENÁRIOS:
A REDE DA GRA-BRÉTANHA



TEMPO, de Maputo. Revista semanal ilustrada.
Redacção: av. Ahmed Sekou Touré, 1078-A
Caixa Postal 29 17 Pórtuguesa: Portugal

GRANDES MOMENTOS DA CIÊNCIA

INSTITUTO DE
INVESTIGAÇÕES
GENÉTICAS
FUNDADAÇÃO
JIMMY CARTER

EUREKA!

A SOLUÇÃO
PARA OS
PAÍSES COM
DITADURA
MILITAR!!

PARECE
QUE ALGO
SE TRAMA
CONTRA
NOS!!

SEM
PARTICIPAÇÃO
DAS
MASSAS!

TUDO
SOB
CONTROLE!

A
INER-
TEZA
ABALA-ME!

MUDANÇA
DE GOVERNO
DEMOCRACIA
INSTANTÂNEA!!!

NÃO
PODE
SER?!

COM UM
PROGRAMA
DE GOVERNO
SEM SURPRESAS
DESAGRADÁVEIS!
JÁ ESTÁ!!!

O
PRESIDENTE
DEMOCRÁTICO
DE
PROVETA!

ARG!

SUFOCO?!